

DOCUMENTAÇÃO

[1r.]

Senhores Presidente e mais Vereadores da Câmara, e Juizes de Paz deste Município

[à margem:]

Não competindo à Câmara dar andamento à representação dos recorrentes, requeiram aos Senhores Juizes de Paz, encarregados de manter a tranqüilidade pública. **Porto Alegre** em sessão de 25 de outubro de 1833.

[a] [?] **P[aiva] Magalhães Calvet**

Escudados pelo direito de petição, por esse direito inauferível consagrado no artº 179 § 30 da Constituição do Império, vêm hoje à vossa presença os Cidadãos abaixo assinados, os Cidadãos que vedes presentes, a expor-vos o risco que corre a conservação da tranqüilidade pública desta Província, a conservação desta tranqüilidade sempre apreciável, e que tão invejada tem sido na presente quadra por tantas outras Províncias menas [sic] afortunadas até aqui que a nossa. E a quem, Senhores, cumpria fazer esta confissão se não aso Funcionários Públicos encarregados de manter a segurança dessa tranqüilidade, e em cujas mãos existem os meios de a tornar duradoura a despeito das tramas dos sectários da mais vergonhosa retrogradação? Este pensamento, é sobretudo a certeza de vossos sentimentos de Patriotismo e adesão ao atual Governo, e Livres instituições que nos regem, são, Senhores, as garantias com que vêm os representantes lançar-se em vossos braços, e pedir a vossa coadjuvação a prol da conservação do melhor dos bens, a pública tranqüilidade. Premedita-se, Senhores, nesta Cidade o estabelecimento de uma **Sociedade Militar**, cujos fins gerais, são segundo se afirma nos Estatutos, que correm impressos: 1º. sustentar e defender a Constituição Política do Império, o Trono do Sr. D. **Pedro 2º.**, e os direitos que lhe garante a mesma Constituição; 2º. sustentar a Dignidade Militar; estabelecer entre os Sócios a mais perfeita fraternidade; e concorrer à Sociedade em geral, e cada um dos Sócios pela sua parte, com todos os meios ao seu alcance, para fazer [1v.] reviver a subordinação, e disciplina militar atualmente aniquiladas; e 3º. finalmente, proteger e beneficiar aos Sócios, e suas famílias em todos os casos de urgência, e mesmo a quaisquer Militares não Sócios, se assim o julgar a Sociedade.

Tais são, Srs., os fins da **Sociedade Militar**, que se vai instalar nesta Cidade, desta Sociedade de classe, que só admite Militares, ainda que o sejam de Corpos extintos, como o da Guarda de Honra, Milícias, e Ordenanças, ou ainda que sejam reformados. Os seus fins começam, Srs., a ser explicados por uma idéias tão vaga, que entre as diversas inteligências, que se lhe podem dar, algumas há, que fazem estremecer aos Brasileiros amigos das novas instituições. Que quererá dizer, sustentar a dignidade militar, a dignidade de uma classe, que entende talvez tê-la perdido pela prática da salutar disposição do artº 179 § 16 da Constituição do Estado? Que quererá dizer, sustentar a dignidade militar ao passo em que muitos militares choram a perda de certos privilégios e exceções odiosas, que as punham além do nível dos demais Cidadãos? Que quererá dizer, sustentar a dignidade militar, quando muitos militares lamentam a disposição do novo Código do Processo, que aboliu o foro militar, quando em todos os processos que não versem sobre delitos puramente militar? Que quererá dizer, sustentar a dignidade militar depois dos memoráveis acontecimentos do sempre Glorioso Sete de Abril de 1831? que

[2r.] querará dizer, em suma, sustentar a dignidade militar, quando por uma mensagem do Governo se publica a existências do plano de restaurar no Trono do **Brasil** o Duque de **Bragança**; quando este Príncipe entra triunfante em **Portugal**; quando por toda a parte sediciosos jornais assoalham a necessidade da restauração, como o único meio de salvar o **Brasil** das garras da anarquia, finalmente aparece o Aviso expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, em que se ordena, que sejam passados a avulsos, e empregados onde não haja Tropa aquartelada os Militares aderentes a facções anárquicas, ou restauradoras? Todas estas considerações, e sobretudo o pleno conhecimento de alguns militares apologistas do Duque de **Bragança**, e por assim dizer, criaturas suas; de alguns militares, cuja pouca adesão à nova ordem de coisas, é geralmente reconhecida; de alguns militares preponderantes, ou por suas graduações, ou por sua fortuna; de alguns militares, enfim, que possuindo todos estes predicados, são todavia os fundadores da **Sociedade Militar**, que se pretende instalar nesta Cidade: todas estas considerações, repentes os Representantes, lhes fizeram ver logo no primeiro horoscopo [sic] do desorientamento dos fautores de semelhante Sociedade, que ela será a precursora da perturbação da nossa até aqui nunca interrompida tranquilidade. Além do exposto, Srs., a associação de indivíduos que pertencem todos à uma classe outrora rodeada de privilégios, que hoje vê [2v.] derogados; a exclusão de todos os outros Cidadãos, que não pertencem à essa classe de descontentes; estas idéias, e só elas bastam, para torná-la odiosa, e muito suspeita; e sobretudo quando seus fins são ingerir-se nos negócios políticos do Estado. Neste caso está a **Sociedade Militar**, que se pretende [sic] instalar nesta Cidade: é o seu principal fim sustentar o Trono do Sr. D. **Pedro 2º.**, e a Constituição. Isto, Srs., é a maior injúria que se pode fazer aos Rio-Grandenses. Eles não precisam para sustentar tão sagrados objetos da criação de uma Sociedade de classe, e de uma classe onde há tantos indivíduos não afetos à nova de coisas: o sustentáculo de tão claros objetos, não se firma sobre a **Sociedade Militar**, que se pretende instalar, e assim sobre os corações de todos os Brasileiros, dignos de o serem. Concedem, Srs., os Representantes, e na verdade se persuadem, que muitos Militares dos alistados para a premeditada Sociedade, não são do número dos descontentes, e que ao contrário são outras tantas escaras do atual sistema; mas igualmente se persuadem, que em uma Sociedade de classe, e onde há indivíduos com os requisitos já relatados; a par do interesse geral, e das vivas afeições nascidas da existência de uma Pátria, e do livre gozo dos direitos do Cidadão, se discutem negócios, que dizem, respeito à ordem pública, e aos atos do Governo; e então essa Sociedade acarreta inumeráveis perigos à Causa [3r.] Pública, e vai, sem que o perceba grande parte de seus membros, perturbar a tranquilidade; e embaraçar a livre marcha da Administração. A associação é arrastada a produzir estes males por homens, que não a vão cultivar, senão para a agitar; que não entram nelas, senão para adquirir uma espécie de existência; e que não hão de falar, senão para preparar suas intrigas; e para usurpar uma celebridade escandalosa. A perturbação Social, é então infalível, e infalível será nesta Província a desordem, e todas as suas conseqüências; se a **Sociedade Militar** se instalar. Tal é, Srs., o desconceito, que os Representantes merecem alguns dos alistados para a Sociedade em questão; tal é a certeza que todos têm do seu afero às antigas instituições; de sua adesão ao Duque de **Bragança**; tal o bem fundado receio da força moral, que a existência de semelhante Sociedade pode dar ao partido restaurador; e tal enfim, sua aversão sobremaneira pronunciada, às reformas da Constituição, já decretadas, que não é possível a todo o Brasileiro, pensar sem o maior horror e indignação na premeditada empresa da **Sociedade Militar**, que se pretende[sic] instalar; e com especialidade aos Representantes que

estão prontos a sacrificar no Altar da Pátria a última gota de seu sangue, para evitarem os males, e a vergonha de uma restauração, que é, ao seu pensar, sinônimo da mais aviltante escravidão. [3v.]

Em tais circunstâncias, Srs., de que recurso deviam lançar mão os Representantes, para evitar que ao instalar-se a **Sociedade Militar**, se não vissem desenvolvidas nela cenas tristes, e que por ventura nossa se não tem até hoje representado nesta Província, que tanto se há distinguido por sua inalterável tranqüilidade? De nenhum outro certamente, senão o de patentear-vos com franqueza, a necessidade de não consentir na instalação da **Sociedade Militar**; e por isso vos requerem, que por bem da manutenção e sustentação da tranqüilidade pública, vos digneis levar ao conhecimento do Exmo. Sr. Presidente em Conselho todo o expendido, cuja veracidade vós melhor, do que ninguém, reconheceis, e pedir-lhe todas as providências legais a fim de obstar-se a instalação da premeditada Sociedade, bem certos os Representantes, que fazendo-se saber aos Diretores dessa Sociedade, a indignação com que o Público a olha, julgando a sua instalação de muito mau agouro à conservação da ordem pública, de plano desistirão de seu intento, embora não haja uma Lei positiva, que proíba as associações. É esta, Srs., a pertensão [sic] dos Representantes, e tão justa a julgam, que contam com o seu deferimento, e espera.

R. G.⁶⁷[4r.]

Porto Alegre 24 de Outubro de 1833.

[assinam]⁶⁸

Silvano José Monteiro de Araújo e Paula

Ten Comandante do Batalhão de Guardas Nacionais desta Cidade

João Manuel Lima e Silva Major e Comandante do Batalhão n. 8, de Caçadores de 1^a. Linha

José Mariano de Matos, Major Comandante interino de Artilharia

Felisberto Fagundes de Souza 2^o. Comandante da Companhia M.P.⁶⁹

João Francisco dos Santos, Capitão 1^o. Comandante da Companhia dos Guardas Municipais Permanentes

José Jacinto Pereira Major Reformado

Afonso José de Almeida Corte Real Proprietário

Tenente **Antonio Coelho de Souza**

Bento José Ribeiro Boticário

André Jesuíno de Oliveira Barreto Boticário Aprovado

Manuel Antonio de Magalhães Calvet Cirurgião de partido dos G.M.P.⁷⁰

Manuel Inácio dias Pereira Alferes da 2^a. Linha

Joaquim Inácio [Xarão?] portietario[sic]

José Luís de Andrade

Major Avulso de 1^a. Linha do Exército⁷¹

Vicente Ferreira Gomes

Juiz Municipal

⁶⁷ Receberão Graça

⁶⁸ Muitos dos signatários, Farroupilhas, têm notícias biográficas no Processo dos Farrapos, de Aurélio Porto.

⁶⁹ Municipais Permanentes ?

⁷⁰ Guardas Municipais Permanentes

⁷¹ Major Avulso do 1^o. Corpo de Artilharia. Cf. Processo dos Farrapos, v. 1, p.340

Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza
Francisco de Azevedo de Souza Fazendeiro
Joaquim Francisco Teixeira Proprietário
João José da Rosa Negociante
Joaquim José da Silva Júnior Boticário
José Maria da Silva Negociante [4v]
Serafim dos Anjos França Advogado
Clementino Inácio da Silveira Proprietário
Sebastião Xavier Ferreira da Silva Capitão do 8º. Batalhão
Velocino de Almeida Lessa
José Joaquim de Paula Negociante
Manuel Felizardo de Souza e Melo Inspetor da Fazenda
Luís José dos Reis Alpoim 2º. Ten de Artilharia a Cavalo
Joaquim Ferreira de Oliveira Souza Inspetor do Distrito das **Dores**
Antonio Maria Calvet Empregado da Tesouraria
Antonio de Azambuja Cidade D^o ⁷²
Apolinário José Gomes D^o
Antonio José Pedroso D^o
Vicente Ferrer dos Santos Soares D^o
Joaquim Loureiro de Souza Lobo D^o
Joaquim Gomes dos Santos D^o
João Batista da Silva D^o
João da Maia Braga
Manuel Marques Pereira Lima
Pedro José de Almeida ⁷³ Boticário
Anselmo Cristino Fioravante
Simeão Martins de Meneses
João Pedro Freire Barem
Luís José da Fontoura Palmeiro
João Antonio de Magalhães Calvet Empregado da Tesouraria digo das Diversas
Rendas
Inácio Peixoto do Prado Empregado Público [5r.]
Manuel Martins da Silveira Lemos ⁷⁴
Cândido José Ferreira Alvim Negociante
Francisco Ferreira Jardim e Braga Negociante
Antonio Bernardino dos Santos Xavier Empregado Público
José Francisco Vaz Viana[?]
José Gonçalves Lopes Ferrugem Empregado Público
Joseph Pereira de Barros
José Antonio Pimenta
Antonio Marques da Cunha Negociante
Hilário Gonçalves Lopes Ferrugem Coletor Geral
José Luís Cardoso de Sales Boticário
José Joaquim de Alencastro Cônsul do Império sem exercício
Francisco Vitorino Xavier de Brito Alferes de Cavalaria [ou Caçadores?]
Vicente José da Silva França Juiz de Paz Suplente do Distrito das **Dores**
Pedro José de Souza Fazendeiro
Joaquim Francioni ⁷⁵ Negociante

⁷² Dito

⁷³ Vulgo "Pedro Boticário"

⁷⁴ Professor. Irmão do Padre Chagas. Cf. Processo dos Farrapos, v.2, p.353

Inácio Batista de Freitas
 Marcelino José do Carmo Capitão Reformado
 Antonio Enes Bandeira
 Custódio Gonçalves Lopes Proprietário
 Vicente Ferreira de Andrade Tipográfico
 João Floriano da Costa Barreto
 Antonio Inácio dos Santos Negociante
 Aprigio[?] Cândido do Nascimento Alferes Reformado
 José Joaquim Barbosa e Silva Professor Público de Francês
 Firmino Maria de Vasconcelos Compositor ⁷⁶
 José Antonio dos Santos Lara
 Narciso Peixoto de Oliveira Boticário
 Francisco Fernandes Sobrinho Negociante
 Leandro Antonio Barbosa Negociante
 José Ferreira de Meneses Negociante
 Eulálio Antonio Muniz Negociante
 Custódio Ferrelra Carneiro Negociante [5v.]
 Lourenço Antonio Pinto Filho
 José Inácio de Oliveira
 Joaquim Balbino Correia Negociante
 Estevão Cândido de Carvalho Escrivão do Coletor Geral da Vila da Cachoeira
 Manuel Pereira de Barros Negociante
 Francisco de Azambuja Cidade Negociante
 José Pinto da Fonseca Guimarães Negociante
 José Antonio de Brito
 João Antonio de Araújo
 João Antunes Monteiro
 Vicente Xavier de Carvalho
 Paulino Gomes de Seixas
 João [...] Comerciante
 Antonio Cândido Baptista de Oliveira Comerciante
 Gabriel Martins ⁷⁷ Bastos
 Graciano Leopoldino dos Santos Pereira
 Albino da Costa Moreira
 Alexandre Francisco de Campos
 João Cândido de Campos
 Francisco Prestes de Paulo Barreto
 João Evangelista França Administrador do Correio Geral da Província
 Israel Antonio da Silva
 José Rodrigues Pereira
 José Carlos Pinto
 Cândido Rodrigues Pereira
 Anacleto José de Matos
 Joaquim Pereira de Borba
 Antonio José Pereira Machado
 Antonio Simões Pereira Júnior
 Antonio Cândido de Campos

⁷⁵ Biografia em Processo dos Farrapos, v.2, p.279

⁷⁶ Preparador de cavalos para corrida

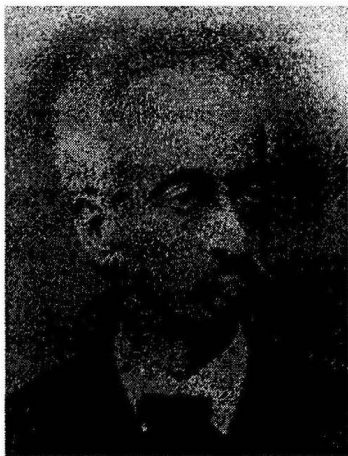
⁷⁷ No original: Miz

Antonio de Azambuja Cidade
 Francisco de Paula Pacheco
 Sebastião Pinto da Fontoura
 José Gregório de [Pontes?][6r.]
 José Antonio Jacques
 José Antonio Machado Ourique Proprietário
 José Ferreira de Almeida
 Manuel Antonio da Silva Paranhos
 José Luís da Silveira Compositor⁷⁸
 Manuel Teixeira Caldas
 Manuel Joaquim de Miranda⁷⁹
 José Rodrigues Pereira Valentado [?]
 José Rodrigues de Oliveira
 André Miguel dos Santos
 Antonio Israel Ribeiro
 Pedro Garcia Pereira
 O Capitão Antonio de Moraes de Andrade
 O Alferes Hermenegildo Joaquim Fernandes de Menezes
 O Alferes Alexandre Ferreira Ramos
 O Pároco⁸⁰ Caetano José da Veiga

⁷⁸ Preparador de cavalos para corrida

⁷⁹ No Original: Mir^{da}

⁸⁰ No Original: O Par^o



Apolinário Porto Alegre

[1r.]
[circular]

Ilmo Sr.

A imprensa é uma das mais brilhantes manifestações do pensamento humano. **Guttenberg**, quando a descobriu podia exclamar: Sou mais feliz que o sábio de **Siracusa**⁸¹, achei o ponto de apoio no espaço; e o prelo e os tipos são a alavanca poderosa, com que vou revolver o mundo.

De 1436 até hoje é imenso o quadro; a humanidade fez mais no espaço de três séculos do que nos milênios que precederam àquela memorável data. Para engrandecê-la, bastaria lembrar a queda do despotismo monárquico e do papismo; portanto o triunfo da democracia nas con- [sic] [1v.] do direito dos povos.

É ela o molde inconsutil⁸², a roupagem esplêndida da ciência, da liberdade e das artes.

O jornal, seu filho, a bíblia popular por excelência, radia sua luz por toda a parte, e tanto atravessa os tapetes pérsicos dos paços opulentos, como o chão de argila da choupana do pobre.

É pela imprensa que o **Parthenon** também quer prosperar, doutrinando.

As letras num país não tornam-se apenas a expressão duma época, são também o conduto, por onde, pelos recursos da fantasia e estilo ameno, corre a civilização aos cérebros menos acessíveis aos princípios tediosos pela abstração e as fórmulas [2r.] geralmente secas e áridas de ciência; são ainda os melhores relicários dum período histórico. É nas obras literárias atuais que a posteridade virá conhecer com mais acerto nossa filosofia, religião e costumes.

O **Parthenon Litterário**, ainda que lutando com mil obstáculos para a realização dos fins a que se propôs, pretende por meio da Revista senão tirar opimas⁸³ messes, ao mundo dar o exemplo de trabalho e boa vontade nos domínios da arte.

Constitui a Revista o seu músculo de **Atlante**.

Dirigindo-se, pois a V.Sa., um dos dignos representantes da imprensa na província, espera que o auxílio em tão árduo cometimento. [2v.]

Queira V.Sa. receber os protestos da mais profunda consideração .

Secretaria das relações externas do **Parthenon Litterário**

28 de julho de 1873.

Appollinário Porto Alegre
Augusto Rodrigues Totta
Achilles Porto Alegre

Secretaria do **Parthenon Litterário**, em
Porto Alegre, 15 de janeiro de 1880.

⁸¹ Arquimedes.

⁸² sem costura, cf. dicionário

⁸³ excelente, cf. dicionário.

Ilmo. Sr.
Sendo V.Sa. eleito, por maioria de votos, na sessão de ontem para o cargo de Presidente da Sociedade "**Parthenon Litterário**", participo a V.Sa. para o seu conhecimento.

O **Parthenon** espera que V.Sa. dignar-se-á aceitar o cargo de presidir os destinos da sociedade que teve a honra de o eleger.

Outrossim, participo a V.Sa. que a sessão de posse é no dia 21 do corrente mês.

Deus Guarde a V.Sa.

Ilmo. Sr. **Appollinario José Gomes Porto Alegre**.

O 2º Secretário.

Affonso Duarte

XXXXXXXXXXXXX

[fl. 1r.]

A comissão encarregada de dar parecer relativamente à compra da **Bailante Soirée Porto Alegre**, apesar de não ter ainda os esclarecimentos imprescindíveis sobre o terreno em que ela acha-se edificada, opina pela aquisição da mesma, porque só assim o **Parthenon Litterário** terá mais garantida sua existência pela radicação no solo, bem como poderá realizar todas as criações que aspira desde muito e que tem deixado de ser efetivas em razão da exiguidade de espaço e dos recursos pecuniários. Assim é que atualmente a sala das sessões e da biblioteca não são bastante amplas; assim é que idênticos motivos inibem de funcionar a aula noturna e impedem de abrir-se à concorrência pública o museu que já conta bastantes elementos e valiosa cópia [?] de especimens [sic] [1v.] como poderá, pois, a associação efetuar a compra de um prédio que a comissão não avalia em menos de vinte contos [de réis], se lhe falece o contingente monetário?

É de certo a interrogação que todos farão ao ouvirem o parecer da comissão.

Porém esta não admite impossíveis de semelhante espécie que são sempre sugestões ou de má vontade contra uma útil instituição, ou aliás a inércia do desânimo que de nenhum modo se coaduna com as másculas energias da mocidade.

Com trabalho e boas intenções, não há monumento, por mais colossais que sejam suas proporções, que não seja concretizado num fato de esplêndida realidade. E mais, o **Parthenon Litterário** tem gloriosas tradições no período áureo em que o egoísmo e a sede de gozas puramente materiais não se infiltrava no organismo de seus incansáveis obreiros; ele já passou aos domínios da posteridade por seu patriotismo [2r.] no passado, e por constituir-se o paladino imperterrito [sic] de todas as causas generosas em prol da liberdade e da civilização. Por isso mesmo não há escusa para ócios estéreis; qualquer solução de continuidade em sua existência laboriosa e digna, lhe importará em verdadeiro desdouro que irá refletir-se em toda a comarca das letras.

A província o contempla, e ele tem honra e créditos a zelar.

Dominada de tais sentimentos, que são as da antiga falange, a comissão apresenta, apenas, à consideração da Casa o seguinte plano rudimentário para um projeto de lei. Pensa eu o **Parthenon** deve conceder plenos poderes à diretoria para a realização duma operação de crédito no valor de vinte contos. Que para o pagamento e juros do compromisso a mesma diretoria deve emitir quatrocentas

ações de cinquenta mil réis cada uma, valor correspondente ao empréstimo. Que as entradas destas ações devem ser de 10%, mensais, o que equívale a cinco mil réis. Que a atual comissão diretora, enquanto durar a amortização do capital e juros deve constituir-se em comissão permanente até a solvência total do débito. Que posteriormente as ações [2v.] serão recolhidas em pagamentos de 10% mensais, como foram feitas as entradas.

A estas bases preliminares lembra a comissão como fontes de receita para mais pronta solução:

1º Donativos particulares, não só na capital, como em toda a província, principalmente dos sócios honorários que sempre acudiram ao apelo do **Parthenon**.

2º Os rendimentos anuais da casa bailante, que atualmente são calculados em dois contos.

3º Os aluguéis anuais que o **Parthenon** continuará a pagar até a posse completa do prédio.

4º A obtenção de uma loteria, de benefícios das diferentes empresas que vêm à capital, etc.

5º Reforma dos artigos na lei vigente relativas à jóia e mensalidades.

São estas as idéias que a comissão apresenta como ligeiro bosquejo para ser desenvolvido com maior latitude pelas esclarecidas inteligências que conta em seu seio o **Parthenon Litterário**.

Sala das sessões do **Parthenon Litterário**,

21 de abril de 1881.

[a] Apolinário Porto Alegre

[a] João de F. e Castro

[a] Gaspar Guimarães

XXXXXXXXXXXXX

Aula Noturna do **Parthenon Litterário**, 1º de fevereiro de 1884.

Ilmos. Srs.

Cumpre-me levar ao conhecimento de V.Sas. uma ocorrência que bem de perto vem alterar a marcha dos trabalhos a meu cargo, para o qual peço a atenção de V.Sas. e espero, que com a urgência possível, darão as providências necessárias.

Não ignoram que é avultado o número de alunos, que atualmente freqüentam esta aula, e que as salas dificilmente comportam-no; no entanto com desagradável surpresa na noite de 26 do mês p. findo encontrei uma das referidas salas completamente fechada, sendo aquela que é ocupada pelos móveis da biblioteca.

Aconteceu, pois, que com bastante desgosto tive de ordenar a saída dos alunos que ali trabalhavam; desgosto este que só efetuou-me quanto ao desejo que tenho de concorrer distribuindo as minhas exíguas forças ao maior número de meus concidadãos aos quais possam elas utilizar, porém se, como é fato, esta resolução veio ferir foi, por certo a V.Sas., porque se até agora tenho funcionado nesta referida sala, é intuitivo que, para isso, tive a sacção [sic] de um poder competente, isto é, o de V.Sas.

Não está agora em minhas atribuições indicar o que lhes compete proceder; com mais acerto e mais justiça deliberarão. [1v.]

Parece-me, contudo, que a deliberação de fechar a referida sala deveria ser feita de comum acordo com V.Sas. e desde que assim não foi feiro e atendendo, que tal proceder vem prejudicar os interesses de não pequeno número de cidadãos e quem o **Parthenon** comprometeu-se dar-lhes instrução, e que por seu amor ao

estudo, moralidade e disciplina tem feito jus a isso, convém tomar-se uma providência imediata.

Atendendo ao zelo e dedicação, que tem patenteado a prol desta instituição, o meu criterioso consócio **Apolinário Porto Alegre** cometo-lhe esta tarefa, assegurando que das providências tomadas por S.Sa. depende o meu proceder futuro.

Deus Guarde a V.Sa.

Ilmos. Srs. **Apolinário Porto Alegre**

Dr. **Vasco Pinto Bandeira** e **Pedro Tude da Costa Ferreira**

D. Membros da comissão fiscal da Aula noturna do **Parthenon Litterário**.

O professor

[a] **Ramiro de Araújo**

XXXXXXXXXXXXXX

Porto Alegre, 17 de março de 1884.

Ilmo. Sr.

Cumprer levar ao conhecimento de V.Sa., a fim transmitir ao "**Parthenon Litterário**" os motivos, que me inibem de continuar a ser professor da aula noturna.

É V.Sa. testemunha, que com certeza será expontâneo em atestar que tenho sabido ser zeloso de meu dever, que envidando tudo satisfiz plenamente os compromissos que contraí.

Na apreciação dos fatos sabe que tenho feito sacrifícios desde o pecuniário até a minha saúde.

No entanto nem o respeito a que tinha jus, pude conseguir; é portanto, urgente terminar ou então fazer ainda um sacrifício – o do meu amor-próprio.

Esse, porém, quer o **Parthenon** quer os meus amigos, e por seu próprio decoro, nunca vós o deverão exigir.

Se bem que seja um insignificante número de sócios, que constante e sistematicamente fazem oposições à referida aula, vê-se que esse proceder podem impedir a sua continuação; é sabido, que também pequenos vermes, ferindo a raiz, fazem tomar os grandes [1v.] cedros seculares.

V.Sa. tem sempre acompanhado essa luta injustificável, combate onde se disputam pequenas paixões, onde tudo é enfezado e estéril, onde a individualidade é preferida aos grandes interesses.

Cedo satisfeito o posto que me foi conferido por V.Sa. e espero que o meu sucessor venha trazer maior soma de benefícios devido à superioridade dos recursos, que deve possuir.

Deus Guarde a V.Sa.

Ilmo. Sr. **Apolinário Porto Alegre**

Relator da Comissão da Aula

Noturna do **Parthenon Litterário**

[a] **Ramiro de Araújo**

Porto Alegre, 13 de setembro de 1884.

Conforme foi deliberado pela comissão fiscal das aulas noturnas do **Parthenon Litterário**, fica Vossa Mercê⁸⁴ autorizado a efetuar a mudança dos utensílios das referidas aulas para um prédio sito à mesma rua.

Deverá também despende o que for absolutamente preciso com aquisição de objetos de que a mesma carece, bem como mandar fazer pagar os consertos⁸⁵ que forem necessários.

Ao Sr. Professor das aulas
noturnas do **Parthenon Litterário**

O relator da comissão

XXXXXXXXXXXXXX

Ilmo. Sr. **Ramiro de Araújo**

Desejo-lhe a melhor saúde.

Tendo o Sr. **Lima** proprietário da casa em que funcionam as aulas noturnas do **Parthenon** me declarado que precisa dela visto não ter podido o atual tesoureiro por falta de verba, satisfazer os aluguéis de seis meses vencidos, preveniu-lhe que deve mandá-la entregar, recolhendo o que pertencer ao **Parthenon** à casa de suas sessões. É com o mais profundo pesar que vejo suspenderem-se as aulas de **Parthenon**, porém não tendo sido possível reunir os seus sócios para deli- [1v.] berar-se sobre assunto tão importante, outro alvitre não posso tomar.

Sou com o maior apreço o

[...] Amigo [...] Obrigado
[a] **Jayme de Almeida Couto**

Porto Alegre, 4 de abril de 1885.

[2r.]

Amigo **Apolinário**

Aprecie esta carta e mande-me suas ordens, com urgência.

Já dirigi-me ao **Câncio** e este acha-se incompatibilizado com o dono dessa por inimizade.

O **Candinho** nada quer decidir sem lhe ouvir.

O **Germano** está, como sabe, fora da cidade.

Câncio, **Benjamim** e **Candinho** já ter [sic] organizado listas que garantem a manutenção da aula e com a sua contribuição e a do **Germano** vai tudo a 60\$000.

É porém preciso que o amigo se [2v.] dirija por escrito garantindo-lhe o aluguel por mais 15 dias, e durante este espaço então deliberar.

Peço-lhe urgência, porque o **Lima** quer, sem falta, a chave segunda-feira ou garantia.

Nada mais quer com o **Parthenon**.

Desejo melhoras a Exma. Sra. e, como sabe, sou

Seu amigo e criado
[a] **Ramiro de Araújo**

⁸⁴ no original: Vm^{ca}.

⁸⁵ no original: concertos.

Srs.

Há um ano que anuí aos pedidos de alguns amigos e aceitei a presidência do **Parthenon**. Presidi-lo foi veleidade que nem sequer um momento passou-me pela mente, desde que esta associação encetara o primeiro passo em sua existência, quando recusei as mesmas atribuições com resistência.

Eu me prezava mais como simples gladiador das letras e modesto operário na edificação do templo, do que no primeiro lugar de sua direção.

Há um ano pois, Sra., que eu paguei e desisti do transacto propósito. Fatal condescendência! Porque é o mais triste período, a quadra mais despida e desoladora em seus anais! E o que mais sinto é que venha apadrinhada com o meu nome. Esta época devem obliterá-la, foi um interstício de catalepsia, a inércia do cadáver, uma descontinuidade da vida. O pulso da mocidade deixou de bater ou apenas teve o débil latejo da decrepi[tu]de que [danificado] [1v.] do bordão.

É um relatório, que devia aposentar-se, não?

Admiram-se de frases tão incisivas? Não devem admirar-se!

Devia ser um relatório, não?

Porém, quem jamais teve a humorística lembrança de relatar a decomposição dum corpo, que lento e lento vai corroendo o verme, e atirando ao pó os seus fragmentos?

Faz-se outra coisa: medita-se ou desenha-se.

É o que eu faço.

Começo pelo debuxo e carrego o esfuminho. Não será verdade o que vai dito? Os moços de 1868 são os de 1881?

Medeia um abismo entre as duas datas. Dum lado: o entusiasmo radiante de cada cérebro, de cada lábio, de cada gesto; havia a uberdade das crianças, a firmeza das convicções e a sublime rea[ção] contra uma sociedade pueril e materialista, que se preocupa mais da floresta nos salões e da política gafa e venal na órbi[ta] da vida pública. Do outro lado [2r.] a camada gélida do indiferentismo pára o que há pouco fora digno dum culto, porque se considera uma religião; o olvido brutal para o que custou tanto afã, tanto sacrifício e tantas lutas, olvido abismo que saúda o sol no levante e o apedreja no ocaso; enfim a atonia devida aos óbices encontrados no caminho ou, quem sabe, à vontade de transigir com a turbamulta adversa.

A alma da mocidade oxidou-se em tão curto prazo e bem prova que tudo nesta terra precisa dum estremecimento moral, dum cataclismo enérgico que faça ressurgir a vida do seio da morte e o elemento civilizador numa nova palingenezia⁸⁶ social. O tronco onde a polilha⁸⁷ mora, deve cair. Que venha o renovo cheio de seiva e viço, cresça, ramifique-se, cubra-se de flores. O **Brasil** é o trono e o **Parthenon** prometera um dia ser um dos ramos do renovo.

Por quê não há de sê-lo?

Por quê há de desistir à bela promessa? [2v.]

Não sabe que uma vez nas veredas das vitórias sobre o passado, não há que recuar? Que se acha comprometido com a posteridade? Comprometido, digo bem, porquanto mesmo extinto, morto ou trucidado, é uma página clássica da história da província e continuaria a viver nas recordações tradicionais do futuro.

Fui infeliz, achei-me isolado de amigos e companheiros; e se é plausível a expressão: fui traído, porque foram eles que impuseram-me a aceitação da presidência. No entanto faço votos pela prosperidade da nova diretoria e que mais

⁸⁶ Renascimento; regeneração moral, cf. dicionário.

⁸⁷ espécie de traça, cf. dicionário.

auspiciosos anos a bafejem e a guiem na elevação do **Parthenon** à glória que lhe compete diante da civilização rio-grandense.

[escrito, com letra diferente]

(Embora sem data, este documento deve ser de 1881, pois **Apolinário** foi eleito presidente do **Parthenon Litterário**, em 1880)

(em outro documento: "Secretaria do **Parthenon Litterário**" "participo a V.Sa. para seu conhecimento...". [vide documento transcrito])

XXXXXXXXXXXXX

Pequenos apontamentos

O **Partenon Literário**, fundado na cidade de **Porto Alegre**, no dia 18 de junho de 1868, teve a sua revista. Esta teve a sua publicação iniciada no ano seguinte, em março de 1869, prosseguindo regularmente até ao fim do mesmo ano.

De janeiro de 1870 a junho de 1872 esteve suspensa a sua publicação, tendo começo a segunda série em julho de 1872, havendo, pois, uma interrupção de dois anos e meio.

De julho de 1872 a maio de 1876 correu normalmente a sua publicação quando, de novo, houve a segunda interrupção [+] e apareceu depois em abril de 1879, datando de setembro do mesmo ano o seu último número.

E a notável associação, pelos documentos em meu poder, arrastava em abril de 1885 penosa existência.

Nada mais sei daí em diante, presumindo hajam sido definitivamente interrompida as sua atividade, mais ou menos em tal época.

O que há aparecido posteriormente, - falho de base, - não merece atenção.

Em meu trabalho inédito - Bosquejo histórico sobre o Partenon Literário, - trato cuidadosamente do assunto.

[a] **Álvaro Porto Alegre**

[1v.]

+ A terceira série apareceu no dia 15 de agosto de 1877, tendo vida até aos primeiros meses de 1878.

Houve depois uma suspensão mais ou menos longa, que só desapareceu, quando em abril de 1879 surgiu a 4ª. série, de curta duração, presumindo, uma vez que nada mais se sabe a respeito, que o seu último número seja o de dezembro do mesmo ano.

EDIFÍCIO DO PARTENON LITERÁRIO

[Jornal *A Reforma* de 11/01/1885, n. 8]

[Lançamento da Pedra em 10/01/1885-sábado]

Ontem à tarde realizou-se na presença de SS. Altezas a princesa D.**Izabel** e seu augusto consorte o Sr. Conde d'**Eu**, a cerimônia do lançamento da primeira pedra do edifício que a **Sociedade do Partenon Literário**, de combinação com o benemérito **Centro Abolicionista**, vai levantar-se à educação do povo e Culto às letras.

Às 5 horas da tarde dirigiram-se SS. Altezas a casa em que atualmente funciona o **Partenon**. Recebidos pela diretoria, assistiram a uma sessão

extraordinária, que celebrou-se em sua honra, tomando a palavra, para saudar os ilustres visitantes, o Sr. Dr. **Jayme de Almeida Couto** que produziu um criterioso, e o Sr. **Júlio César Leal**, que substituiu os oradores da Sociedade, que não se achavam presentes.

Em seguida, encaminharam-se Suas Altezas a pé acompanhadas de sua comitiva, do Exmo. Sr. Presidente da Província, do **Partenon**, do **Centro Abolicionista** e de grande número de convidados, para o lugar em que se bateu a pedra, no terreno à rua Riachuelo 227.

Aí tinha-se armado um elegante pavilhão, formado de sarrafos pintados com as cores abolicionistas, relicados [sic] entre si por sarrafos também verdes e amarelos, e tendo estendido um toldo sobre o lugar em que se enterrou a pedra fundamental.

Orou o Sr. **Torres Homem**, em nome do **Centro Abolicionista** e do **Partenon Literário**. Depois de especificar a nobreza de sentimentos do povo ele opôs aquela à inatividade da especulação dos pensadores.

"Enquanto que, no **Brasil**, a sabedoria dos nossos estadistas não tem conseguido senão desfechar golpes imbeles sobre a nefanda instituição escravagista, esta vai sendo combatida de morte pela firme vontade de um rei patriota, e pela generosidade de sentimentos do povo brasileiro".

Dizendo a origem dos tesouros, que o povo doou à causa defendida pelo **Centro Abolicionista**, declarou que a aplicação daquelas quantias motivava a atual cerimônia. Aqueles dinheiros foram consagrados a auxiliar a educação dos libertos no edifício, que há muito o **Partenon** tinha projetado erguer.

Finalizou explicando como esta festa recebia um novo brilho de esperança dos príncipes. Independente de consideração de sua hierarquia social, o país era devedor de grandes serviços a ambos. O Sr. Conde **d'Eu** terminou a cruenta e prolongada guerra do **Paraguai**. A Princesa **Izabel** debelou um inimigo igualmente perigoso, existente no interior da própria Sociedade e que pesava o nosso desenvolvimento e progresso: a opressão e cativeiro dos trabalhadores.

Concluiu levantando vivas à:

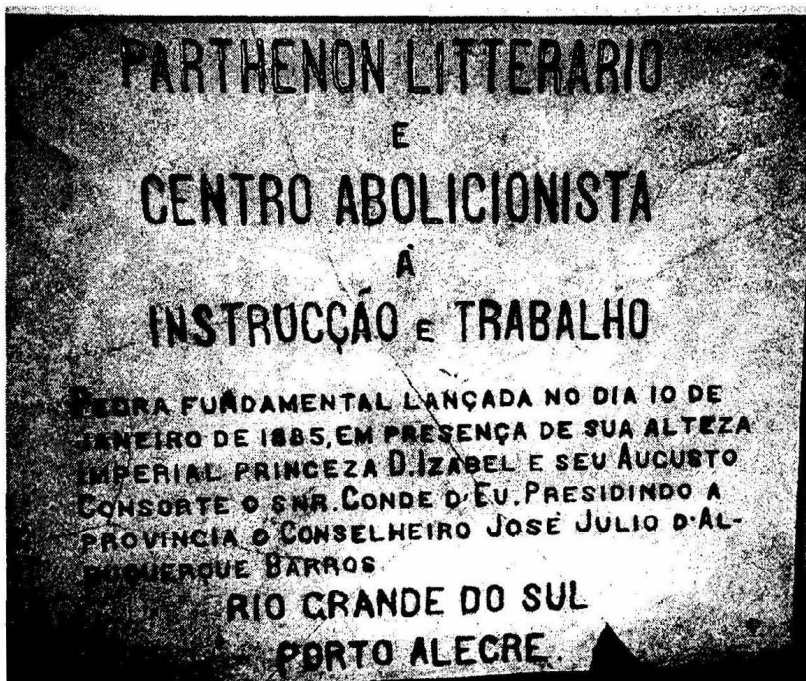
Sua Alteza a Princesa D. **Izabel**!

Viva o povo do **Rio Grande do Sul**!

Viva a pátria brasileira!

Outros vivas foram levantados pelos circunstantes à Sua Alteza o Sr. Conde de **d'Eu** e à Sua Majestade o Imperador.

Após a bênção religiosa da pedra, foi esta batida a martelo por Sua Alteza a Princesa D. **Izabel** e seu Augusto Consorte, que se retiraram em seguida, cumprimentando o Sr. **Torres Homem** e aos representantes do **Partenon** e **Centro**, o benemérito coronel **Salgado** e o ilustre Dr. **Jayme d'Almeida Couto**. Aquele distinto chefe liberal e abolicionista, fez especial alusão em seu discurso o Sr. **Torres Homem**, dizendo que o nome do Cel. **Salgado** seria sempre lembrado pela gratidão do povo no primeiro lugar dentre os cidadãos que mais fizeram pelo movimento libertador da província.



acervo museológico do IHGRGS

Pedra fundamental, de mármore, da Sociedade Partenon Literário e Centro Abolicionista localizada pelo Administrador do IHGRGS Thomaz Carlos Duarte e lançada em terreno ao lado da sede do IHG, onde atualmente está a garagem do Estado.

Folha de rosto do 1º. número da Revista da Sociedade Partenon Literário.

1º. Ano, março de 1869, N. 1

Comissão de Redação

Vasco de Araújo e Silva

Apolinário Porto Alegre

Lúcio Porto Alegre

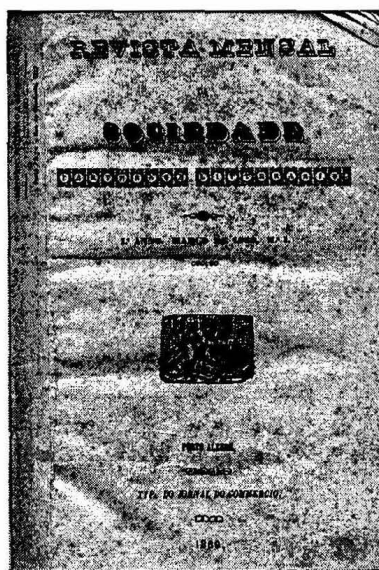
Aurélio Viríssimo de Bittencourt

Juvêncio A. de Menezes Paredes

Hilário Ribeiro de A. e Silva

Redator do mês

Apolinário Porto Alegre



acervo bibliográfico do IHGRGS

Caixa 45 - N. 06

[Doc. Nº 1]

General **Hipólito Antonio Ribeiro**⁸⁸: Divisão do Oeste – Revolução Federalista (1893) – 2 códigos e 4 peças documentais (doação do Dr. Carlos Adolpho Menna Barreto).

[lápis-tinta, com letra de **João Francisco Pereira de Souza**]

Acampamento no fundo do **Campo dos Osórios** 24 de junho de 1895.

Exmo. Sr. General **Hipólito**

Acabamos de derrotar completamente a força de **Saldanha** em número de 700 homens matamos mais de 150 maragatos inclusi **[sic]** o próprio **Saldanha**, e muitos oficiais. Viva a República! Tomamos muito armamento, muitos cavalos, ambulância, etc, etc. Tivemos 4 oficiais feridos levemente, um deles é o bravo Capitão **Bernardino Pereira**⁸⁹, os outros, é o Tenente **Pedro Fernandez**, e 2 Alferes do valente Corpo de Exploradores! Tivemos mais⁹⁰ de 10 praças feridas de diversos corpos. Temos a lamentar a morte de 4 soldados do valente “exploradores” (foi só os que morreram). Logo mais tarde mandamos parte detalhada.

Pedimos mandar o médico direto ao **Passo do Espinílho** para onde amanhã cedo marchamos.

Viva a República!
Seus Soldados e amigos dedicados

[a] O Coronel **Azambuja**⁹¹

[a] O Coronel **João Francisco**⁹²

- o -

[Doc. Nº 2]

2º. Regimento de Cavalaria “**Bento Martins**”

Relação Nominal dos praças de *pret*, que foram feridos no combate de 24 de junho de 1895.

Graduação	Números	Nomes	Observações
2º. Sargentos	4	Viríssimo Ribeiro	faleceu
		Maximiniano Alves de Azambuja	ferido gravemente
		Atanásio Francisco Ferreira	ferido levemente

⁸⁸ Natural de Canguçu/RS. Nasceu em 1825 e faleceu em Uruguaiana/RS a 16 de abril de 1904. Cf. HOMENS DO PASSADO: Jorge Reis.

⁸⁹ Irmão de João Francisco

⁹⁰ No original: mº

⁹¹ Antônio Cândido de Azambuja

⁹² João Francisco Pereira de Souza. No original: João Fran^{co}

Cabos		Anastácio Gomes da Rosa	ferido gravemente
		Esequiel dos Santos	ferido gravemente
		Vitoriano Hipólito da Silva	ferido levemente
Soldados		Laurentino Alves	ferido levemente
	soma		

Acampamento em marcha 1^o. de julho de 1895.

[a] **Pedro Garcia Filho**

Major Comandante Interino

[Doc. Nº 3]

Acampamento à margem esquerda do **Arroio Mancarrão**⁹³, junto à estância do **Belchir Baptista**, agosto 11 de 1895.

Bravos da 3^a. Divisão!

Senhores Chefes, Oficiais e praças do meu Comando.

Estão terminados os vossos sacrifícios. Estão coroados os vossos esforços. Está assinada a paz, segundo telegrama do Comandante do Distrito a este Comando, a grande aspiração de todos vós, de todos que com heroísmo digno de soldados que se batem em favos da justiça, da lei e da honra digladiando⁹⁴ em favos da Pátria e das Instituições juradas ou aceitas pela honra contra aqueles que pretendiam afrontar este emblema augusto que foi e será sempre o vosso norte, o vosso guia.

Como brasileiros e republicanos, não se aninha em vossos corações o mínimo rancor, ódio ou prevenção contra aqueles que nos fizeram sofrer as atrocidades de **Rio Negro**⁹⁵ e tantas outras que um olvido generoso as fará riscar para sempre da vossa memória, se a paz real e sincera vier derramar o seu bálsamo salutar sobre feridas tão dolorosas.

Não fostes nem sereis nunca os perturbadores da ordem e da paz tranqüila no seio da República e das instituições para cuja defesa não hesitastes um instante em sacrificar o vosso sangue com abnegação inexcedível e valor acima da grandeza dos obstáculos.

Sabereis ser generosos na paz, quanto fosteis valentes na guerra, empregando o valor do vosso braço na cultura e engrandecimento deste solo abençoado que será regado pelo vosso suor, depois de ter sido regado pelo vosso sangue. [1v.]

Congratulo-me pois convosco pelo evento da paz e vos agradeço o poderoso auxílio da vossa dedicação.

⁹³ Arroio, afluente da margem esquerda do Quaraí Mirim. Cf. Vocabulário Geográfico do Rio Grande do Sul

⁹⁴ No original: degladiando

⁹⁵ Novembro de 1893

Em qualquer parte que o destino me leve, aí encontrareis sempre com vosso amigo, o vosso velho general.

Viva a República.

[a] G^{al} **Hipólito A. Ribeiro**

- o -

[Doc. Nº 4]

Ordem do dia nº [135?]

Para conhecimento desta Divisão e devidos efeitos, publica o seguinte:

Telegrama – **Pelotas**, 28 de outubro de 1895.

General **Hipólito. Quaraí**

Para vosso conhecimento transcrevo o seguinte telegrama do Sr. Marechal Ajudante General do Exército dia 24 do corrente: - Comando 6º distrito - Para os devidos efeitos transcrevo o aviso do Ministério da Guerra de ontem datado: Sr. Presidente da República considerando o desarmamento e dispersão forças revolucionárias e a dispensa das forças civis como a anistia concedida pelo decreto legislativo nº 310 de 21 do corrente consolidaram a paz no Estado do **Rio Grande do Sul**, tomando desnecessário ali a manutenção das forças militares com organização de operações de guerra, determinei que do dia 1º. de novembro em diante, próximo futuro, cesse tal organização e o conseqüente abono de todas as vantagens campanha, extinguindo-se os Comandos de divisões e brigadas, passando o General Comandante em Chefe das ditas forças a exercer unicamente o cargo de comandante do distrito militar que exercia cumulativamente com aquele Comando, e restabelecendo-se ao de fronteira e guarnição, que deverão ser exercidos pelos mais antigos dos respectivos Comandantes dos corpos até que o governo delibere sobre as nomeações definitivas. Semelhantemente devem cessar as comissões do posto de alferes, dando-se baixa do serviço às praças que sen[do] dispensadas de tais comissões, não preferirem c[rasgado] [1v.] [continuar?] nas fileiras do exército. Saúde e fraternidade. Assinado **Bernardo Vasques. Carlos Machado de Bittencourt**. Coronel **Guilherme**, a carga assistente ajudante general.

Camaradas:

Em vista do telegrama acima transcrito parece que estão terminados os vossos trabalhos de campanha que, há perto de 3 longos anos não tem trazido arredados dos vossos lares. Oxalá que a paz não seja mais perturbada e que não tenhais a empunhar novamente o gládio para com ele ferir-vos o inimigo que tentou anarquizar a Pátria!

Camaradas:

Como cidadãos e bons patriotas soubestes bem cumprir a vosso dever defendendo as instituições que concorrestes a fundar e a consolidar, e, estou certo, não permitireis jamais que nelas se toque, com o fim de derrocá-los, sem que, pressurosos, empunheis as armas para mantê-las.

Camaradas:

Louvando-vos, a vós todos, Comando de brigadas e de corpos e mais oficias e praças pelos relevantíssimos serviços que prestastes à Pátria e à República, a faça agradecida e desvanecida por vos haver comandado, a vós tão bravos e tão leais.

Ao separarmo-nos convém dizer-vos que tereis sempre em vosso General o mesmo dedicado amigo e camarada, que jamais os olvidará, contando que como ele estareis sempre prontos [2r.] e alerta [sic] para o serviço da Pátria. Viva a República dos Estados Unidos do **Brasil**.

Acampamento à margem do **Mancarrão**, município de **Quaraí**, 6 de novembro de 1895.

Telegrama – 6 novembro 1895

Ministro **Brasil. Montevideu**. Para Ministro Guerra Marechal **Bernardo Vasques, Rio [de Janeiro]**

Telegrama acabo receber comando 6º. distrito tive ordem dissolver meu comando. Permitti ponderar-vos, como já fiz àquele comando, estado nudez, penúria, falta vencimentos, oito meses atrasados, podem trazer inconvenientes, que vossa razão esclarecida compreenderá, pois, dissolvidos e entregues a si próprios, longe lares, sem recursos, obedecem primeiro impulso necessidade, tão cruel e inumano abandono.

Saudações

Gen. **Hipólito Antonio Ribeiro**⁹⁶

idem. idem ao General **Galvão**⁹⁷. 6 novembro 1895

Pronto seguir prestar contas. Recebi vosso telegrama 28. Vos fiz ciente, estado penúria, nudez forças meu comando e para melhor cumprir vossa ordem aguardo providencieis, pagamento oito meses atrasado. Acatando devidamente ordens meus superiores hierárquicos, desejo concorrer também prestígio e normalidade governo, que não deve ser posta dúvida. Saudações.

Gen. **Hipólito Antonio Ribeiro**⁹⁸ [2v.]

Dr. **Júlio Castilhos** – 6 novembro 1895

Acabo receber ordem General **Galvão** dissolver forças Divisão. Como fazela sem pagar oito meses atraso? Aguardo providencieis. Saudações

Gen. **Hipólito Antonio Ribeiro**⁹⁹

⁹⁶ No original: G^{al}. H.A.R.

⁹⁷ Inocêncio Galvão de Queirós

⁹⁸ No original: G^{al}. H.A.R.

⁹⁹ No original: G^{al}. H.A.R.

Acervo Geral – Lata 14 / Nº 27

[folha de rosto]

Apontamentos histórico de **Bagé** 1871

[1r.]

Apontamentos históricos das Povoações do Município de **Bagé**Cidade de **Bagé**

No meado do século passado, quando entre **Portugal** e **Espanha** se ventilava a questão de limites das possessões americanas das duas nações, o general espanhol Don **João José Vertiz y Salcedo**, Vice-Rei de **Buenos Aires**, marchou à frente de um exército de cinco mil homens com o propósito de conquistar todo o território desde a **Colônia do Sacramento** até o forte português de **Rio Prado**; e chegando às cabeceiras do **Rio Negro** escolheu uma¹⁰⁰ posição vantajosa sobre a coxilha entre as principais vertentes do dito rio, e as do **Camaquã**, **Jaguarão** e **Ibicuí**; e neste ponto culminante traçou, e fez construir uma fortaleza a que deu o nome da Virgem, Mártir, **Santa Tecla**.

Santa Tecla era pois um ponto avançado na fronteira castelhana.

Até então estes campos eram corridos e devassados [1v.] somente pelos índios **charruas**, que por estes sítios paravam, e pelos índios missioneiros, que ao norte de **Santa Tecla** tinham uma estância de criar gados. Era no ano de 1773.

Por muito tempo os espanhóis não gozaram mansamente da posição que haviam usurpado; na guerra de 1776 os portugueses ao mando de **Rafael Pinto Bandeira** puseram cerco à fortaleza, e [a] obrigaram em vinte e sete dias a se render. As fortificações foram arrasadas, passando este território a pertencer aos portugueses, cujas guardas avançadas foram colocadas numa coxilha, a que deram o nome de – **São Sebastião**.

Mas nem sempre os portugueses gozaram das vantagens que lhes eram proporcionadas pelo valor de seus soldados: os zangões da corte de **Lisboa** fizeram um tratado com os espertalhões da de **Madri**, e todo o território adquirido, mais pelo denodo e heroísmo do que por acertadas deliberações do governo, reverteu, por um rasgo de pena, ao domínio castelhano! [2r.]

Então foi o forte [de] **Santa Tecla** restaurado, e ficou novamente servindo de ponto avançado às fronteiras castelhanas.

Pacificamente gozavam eles da posse de todo o território até o **Rio da Prata**, quando no princípio do século atual (1801) começou a injusta agressão da **Espanha** contra **Portugal** por se recusar este a tomar parte na liga contra a **Grã-Bretanha**; a guerra, pois, que devastava as duas nações na **Europa**, repercutiu no sul da **América**; e os portugueses do **Brasil** se armaram contra os espanhóis do **Rio da Prata**, os quais foram expelidos até cerca de **Montevidéu**; e a fortaleza de **Santa Tecla**, não tendo meios de resistir aos embates das armas portuguesas, foi precipitadamente evacuada, e após arrasada para sempre.

Os portugueses, que eram senhores da guarda de **São Sebastião**, distribuíram os campos conquistados pelos militares que mais distintos se tornaram por seus feitos e bravura; e nesta ordem assinalados, os designaram – **campos avançados** – em razão de terem avançado as nossas [2v.] guardas da fronteira;

¹⁰⁰ No original: uã.

tendo de notar-se que na **Coxilha de São Sebastião** é que estava postada a guarda principal da linha.

Nesta empresa teve não pequena parte **Domingos José Gonçalves**, conhecido por – **Port'Estandarte** – homem experimentado nas armas, sagaz, empreendedor, afeito às privações da guerra, que sempre comandando partida avançada, pode com sua espada adquirir porção de terreno que hoje faz parte do território desta Província.

Se **José Borges do Canto**, com um punhado de audaciosos e esforçados guerrilheiros, conseguiu conquistar os **Sete Povos de Missões**, aquele com meia dúzia de companheiros como ele denodados, forçou por esta parte as guardas espanholas a ceder-lhe por mais de uma vez, ora aqui, ora adiante, o terreno que defendiam.

Na guarda principal da antiga fronteira existia uma imagem de **São Sebastião**, e achava-se colocada em uma capela coberta de palha. Aos sentimentos [3r.] religiosos não só do Capitão **Pedro Fagundes de Oliveira**, como também de outros fervorosos devotos, foi que se deveu o engrandecimento de uma obra pia que aformoseia as páginas do livro do Cristianismo. Em redor daquela singela igreja alguns moradores da vizinhança edificaram várias casas, e de comum acordo pagavam os fiéis o seu respectivo trabalho ao padre **Tristão Canuto da Silva e Sá**, que funcionava na qualidade de pároco, o qual foi substituído pelo padre **José de Bitencourt Cidade**.

O grito da liberdade ecoou nas províncias do **Rio da Prata** em maio de 1810. O Vice-Rei de **Buenos Aires D. Baltazar Hidalgo de Cisneiros** foi deposto, e todas as províncias espanholas se separaram da metrópole.

Um tal estado de coisas despertou a atenção dos portugueses, que para defenderem suas fronteiras organizaram um exército na do **Rio Grande do Sul**. Este exército, ao mando do General D. **Diogo de Souza**, era dividido em duas colunas; uma, ao mando do General **Curado**, [3v.] acampou na margem do **Ibirapuitã**; e outra às ordens do General **Manuel Marques de Souza**, acampou junto aos serros de **Bagé**, e aí recebeu o General D. **Diogo** em março de 1811; mas como em 17 de julho do dito ano, depois de ter concentrado neste lugar todo o exército, o General D. **Diogo** levantou campo com o propósito de ir socorrer o Governador **Elio**, que em **Montevideu** se via apurado com os dissidentes – ficaram no lugar do acampamento várias pessoas que, por cauda da estação, que nesse ano foi por demais rigorosa, e falta de meios de transporte, não puderam acompanhar o exército, e se estabeleceram neste lugar, aproveitando os arranchamentos deixados pela tropa. Entre os primeiros moradores enumeram-se os seguintes: Capitão **Ricardo Antonio de Melo**, **Manuel Zuzarte Pinto**, **Caetano Luís Rebelo** e **Domingos José Gonçalves**. A todos estes chegamos a conhecer e entreter ralações de amizade.

Para aqui afluíram diversos moradores da nascente povoação de **São Sebastião**, por que nesta nova localidade [4r.] haviam melhores proporções para um povoado, e por fim, no ano seguinte (1812) o comandante do Distrito Capitão **Pedro Fagundes**, Capitão **Ricardo**, e outros trouxeram, como em procissão aquela Imagem, e a depositaram em um rancho de palha dos muitos que existiam do acampamento de D. **Diogo**, em cujo rancho havia habitado o Coronel **Alexandre Elói Portelha**¹⁰¹ [sic].

Foi o Capitão **Ricardo** incansável em promover os meios tendentes à fundação de uma capela. Animado pelo bafejo do espírito religioso, era com afã e

¹⁰¹ Portelli

zelo apostólico tão cuidadoso de uma causa sagrada, que com suas exortações conseguiu dos poucos habitantes o auxílio necessário, e segura coadjuvação a fim de erigir uma igreja, come em verdade levou a efeito. Imbuído destas crenças augustas convidou ao padre **José Loureiro**, que o seguisse em tão louvável empenho, e que se prestasse a ministrar os Sacramentos aos fiéis, ao que anuiu esse digno sacerdote, demorando-se entre o povo cerca de [4v.] ano e meio.

Se por um lado o Capitão **Ricardo** alimentava o sacro fogo de um ministro do Altar, por outra parte, em virtude de disposições governativas distribuía terras devolutas a particulares, na qualidade de comandante do Distrito, que a pouco havia sido nomeado.

Em 1814 foi criado neste lugar o curato de **São Sebastião de Bagé**, e no mesmo ano principiou a funcionar o seu primeiro cura provisionado **Gervásio Antonio Pereira Carneiro**, que exercia o emprego de coadjutor na Freguesia de **Nossa Senhora da Conceição de Piratini**.

O Rei D. **João 6º** condecorou este lugar com as honras de Baronato em favor do Almirante **Paulo José da Silva Gama**, a quem havia feito mercê dos rincões de **Santa Tecla e Cavalhada**, no primeiro dos quais está edificada a povoação.

Em 1820 foi construída uma Igreja, e para ela transferida a Imagem do Padroeiro. [5r.]

Prosperou a povoação até 1825, e com a guerra com **Buenos Aires** foi invadida pelo exército de que era chefe o General **Alviar[sic]**. Nessa ocasião desapareceram os livros e mais papéis que constituíam o arquivo.

Quanto o fato da guerra civil incendiou esta Província, a povoação, que a pouco como que saíra do nada, não passou isenta do mortífero contágio. É proverbial, e os fatos atestam que em tão lamentável quadra apenas foi habitada por duas famílias, cujas representantes eram senhoras bastante idosas. Serenados os horizontes; já em 1843 desterrados os sustos, a população que emigrara foi se recolhendo a seus lares, e o progresso começou a obedecer as leis de seu desenvolvimento.

Por esta ocasião achava-se aqui acampado o 2º corpo de cavalaria de linha dos dissidentes, composta de bons soldados, e excelentes oficiais, alguns dos quais foram depois oficiais superiores do Império, ao qual prestaram valiosos serviços. Comandava [5v.] esse corpo o Coronel **Antonio Manuel do Amaral**: homem probo, justo e cavalheiro; buscou todos os meios de trazer a confiança entre a população, que espavorida abandonara seus domicílios; e a seu caráter ordeiro se deve a cessação dos sustos, que ontros [sic], antes dele, haviam incutido na massa popular. Para **Antonio Manuel** não haviam rebeldes nem legais. Se no campo da batalha, cumprindo os deveres de soldado, era tímido pelos que se diziam inimigos, lá, e em qualquer lugar outra parte, era respeitado e obedecido pelos seus comandados; e entre o povo —bondoso para todos, a todos ouvia sem distinção, e do mesmo modo fazia justiça sem se importar com as paixões dos partidos, e nem dar ouvidos a lisonjeiros. Retirou-se em março de 1844, na direção da cidade de **Jaguarão**, onde foi morto, não em combate franco e leal, mas vil e cobardemente. E quando o historiador calmo e imparcial narrar os feitos praticados durante a [6r.] revolução porque infelizmente passou esta Província, o nome de **Antonio Manuel** indubitavelmente ocupará, nas páginas dessa história, um lugar honroso.

Em 14 de novembro do dito ano entrou na povoação uma divisão do exército Imperial, à frente da qual se achava o Presidente e General em Chefe Barão de **Caxias**, e ao retirar-se deixou de guarnição o 8º Batalhão de Fuzileiros, do qual era chefe, e comandante da fronteira o Coronel **Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto**: homem criado a quem muito se deve pelo empenho que sempre

mostrou no que dizia respeito ao engrandecimento da povoação, e bem estar de seus habitantes. Suspensas, como então se achavam, na Província as garantias constitucionais, em razão do estado anômalo dela, não havendo aqui pela mesma causa, autoridade alguma territorial, ficou o dito coronel incumbido do governo civil da terra. Jamais decidiu questão alguma entre o povo que não fosse baseado [6v.] na justiça: seus atos sempre tiveram o cunho da equidade e da retidão. Restabelecida a ordem pública, e constituídas as autoridades locais, foi dos primeiros a acatar suas resoluções. Retirou-se em janeiro de 1849; e a Municipalidade, pagando-lhe o tributo que devia, dirigiu-lhe um ofício agradecendo os serviços por ele prestados a este lugar e a seus habitantes.

No dia que se retirou com o seu Batalhão, foi acompanhado, até uma minha distante, por quase toda a população livre, que nesse tempo já muito avultava.

De 1844 em diante aumentou a população rápida e progressivamente; e por solicitação dos respectivos moradores, animados pelo dito Coronel, foi elevada à Freguesia por lei número 64 de 5 de junho de 1846, e por outra do mesmo dia, sob número 65, foram-lhe concedidas os foros e prerrogativas de Vila, no que tiveram grande parte, como Membros à **Assembléa Provincial** os Coronéis **Manuel Marques de Souza**, [7r.] e **Casemiro José da Câmara e Sá**.

O Presidente da Província por ofício de 7 de julho de 1846, mandou de **Piratiní** fizesse proceder em **Bagé** a eleição de Vereadores para a nova Municipalidade; infelizmente porém para a nova Vila só em 23 de novembro é que dali vieram as ordens para que se fizesse a eleição, a qual teve lugar a 20 de dezembro seguinte; saindo eleitos membros da sua primeira Câmara: **Eleutério José Pereira** (presidente), **Antonio Jacinto Pereira**, **Pedro Rodrigues de Borba**, **Manuel Vieira da Cunha**, **Ismael Soares da Silva**, **João Thomaz Farinha**, e **Antonio Joaquim da Silva**, os quais a instituíram a 2 de fevereiro de 1847.

Desde a sua fundação até 1828 foi governada pelos militares comandantes do Distrito.

Foi seu primeiro Juiz de Paz **Zeferino Fagundes de Oliveira**.

Até 1831 esteve sujeita à Câmara de **Rio Pardo**, [7v.] e desta data até 1846 a de **Piratiní**.

Elevada à Freguesia foi seu primeiro vigário encomendado **Lourenço Casas Novas**, e colado **Cândido Lúcio de Almeida**, que nesta qualidade tomou posse a 26 de fevereiro de 1860.

A nova Vila ficou pertencendo à comarca de **Piratiní**, e seu primeiro Juiz Municipal letrado foi o Bacharel **Antonio José Martins Coelho**, o qual passando a exercer o emprego de Juiz de Distrito interino abriu aqui a primeira sessão do júri a 21 de fevereiro de 1848; sendo tabelião do civil **Inácio Peixoto do Prado**, e de órfãos **José de Assis Candal**.

Criada a comarca de **Caçapava**, a ela ficou pertencendo, e após foi criada a de **Bagé**, por lei de 22 de dezembro de 1858, e por outra de 15 de dezembro do ano seguinte foi elevada à categoria de cidade.

Estando a Igreja em mau estado, devido [8r.] à sua má construção, foi demolida em 1862, e no mesmo lugar principiou-se a construir a nova e atual Igreja Matriz, cuja pedra fundamental foi colocada no dia 7 de Setembro do dito ano com a solenidade do estilo.

Conhecendo a irmandade de **Nossa Senhora da Conceição** a necessidade de uma capela para nela ser colocada a Imagem da dita Senhora, recorreu aos fiéis convidando-os a que fizessem donativos a bem de poder-se dar princípio à construção. Esta idéia, partindo do negociante **Henrique da Cunha Ribeiro**, principal empenhado na realização dela, encontrou apoio e coadjuvação na população; e com efeito, no dia 4 de abril de 1869, foi colocada a pedra

fundamental do edifício com a solenidade que requer tais atos. As obras têm progredido, e acham-se em via de conclusão. [8v.]

Vejamos agora de onde provém o nome – **Bagé** –

Já em meio do século passado existia um índio charrua denominado – **Ybagé** – que morava com sua numerosa família nas fraldas de uns serros, cujo nome é derivado deste seu primeiro habitante, que com sua prole constituía uma tribo isoladamente.

Ybagé era velho, dócil e tratável, tanto quanto a sua inteligência permitia, e obedeceu dos seus: com tais prerrogativas pode granjear a estima e o respeito daqueles, que, armados de fuzil [sic], e em demanda da **Colônia do Sacramento**, se aventuravam a cruzar estes campos, que ele considerava propriedade sua, e dos seus como senhores da terra, que eram. Morreu oprimido pelos anos, mas sempre temido e respeitado, e só depois de seu passamento é que se dispersaram os membros daquela associação, os quais sempre pacíficos, posto que altivos, jamais se sujeitaram ao domínio espanhol, ou por- [9r] tuguês, apesar de serem destes mais amigos. Foram perseguidos: não porque houvessem feito mal a alguém; mas em presença do intuito de serem despojados do solo em que haviam nascido. Aqui mesmo conhecemos, em época que a muito já lá vai, anciões respeitáveis que referiam passar como tradição, no tempo de sua mocidade, que na taba de **Ybagé** se proporcionava seguro agasalho.

Ao lado oriental, e perto dos ditos serros, que são contíguos, corre um pequeno arroio, que naquelas eras se chamava do – **Ybagé** – cujo nome ficou depois sendo – **Bagé**. Oxalá que, no socorro das idades, na poeira do esquecimento, não exista eternamente sepultada a memória de um chefe selvagem, que, apesar de sua rudez, no coração palpitava-lhe nobre sentimentos, que jamais tiveram aqueles que deram fim aos oriundos da sua raça.

Já que falamos em **Charruas**, parece justo que [9v.] a respeito deles digamos mais algumas palavras.

No começo deste século constou nos arraiais de Don **Fructuoso Rivera** que seu parente **Barnabé Rivera** havia sido assassinado, e terminado vítima de um charrua. Ignoram-se as causas que ocasionaram tão trágico sucesso. O eco de tão malfadada notícia foi o sinal da matança: as vésperas sicilianas destas paragens.

Saíram partidas de Don **Fructo** em todas as direções à cata de charruas - exterminá-los era o sonho desses homens, conseguiram levar diante o seu intento. Os poucos que sobreviveram a tão bárbaras atrocidades refugiaram-se nas serras do **Quarai**¹⁰², já sobre o **Uruguai**, donde saíram em 1832 por convite de **José Verdun** e de **Lavalleja** com o firme propósito de fazerem a guerra a **Rivera**, e a seus partidários, de quem se haviam tornado implacáveis inimigos. Com **Lavalleja** emigraram para esta Província em 1837, em número de quarenta e tantos, que somente existiam, inclusive algumas mulheres e crianças [10r.] a que serviram na revolução nas forças que comandava **Jacinto Guedes**, até 1842; e os poucos que restaram confundiram-se com a população, de forma que deles só resta a memória.

Freguesia de **Don Pedrito**

Já nos fins do século passado, contrabandeava com fumo (tabaco) desta Província na direção da campanha **Cisplatina**, e donde trazia manufaturas européas, um biscaíno [sic] espanhol chamado D. **Pedro Ensateguy**, magro, e extraordinariamente alto, a quem os companheiros, ou pessoas com quem negociava, puseram, como por contraste, o apelido de **Don Pedrito**. Certa do

¹⁰² No original: Quaraim

criminoso comércio, e receoso da punição, a fim de iludir as guardas da fronteira, andava com vários companheiros por lugares solitários: abriu uma picada nos matos de **Santa Maria**, no lugar em que lhe pareceu com melhores proporções de vadear o rio, e por aí fazia seu trânsito. Não tardou [10v.] muito em ser esta passagem freqüentada por outros viajantes, e pessoas que se estabeleceram por aquelas paragens; e com o correr dos tempos converteu-se em estrada geral, conservando sempre aquele lugar a denominação de – **Passo de D. Pedrito**.

A pedido de vários moradores do 3º e 4º Distritos de Paz deste Município, foi criada a Capela de **Nossa Senhora do Patrocínio**, junto ao **Passo de D. Pedrito**, em conformidade da lei de 18 de novembro de 1852.

Em 2 de fevereiro de 1854, foi em consequência de ordem da Presidência, demarcado o lugar onde se deveria fundar a povoação, assim como o terreno para logradouro público, pelo Capitão do 1º Regimento de Artilharia **Hermes Ernesto da Fonseca**, o qual foi acompanhado de grande número de pessoas, que concorreram à presenciar o ato, que tanto os regozijavam, figurando entre elas o Subdelegado de Polícia do 4º Distrito **Bernardino Ângelo da Fonseca**, cidadão prestimoso, que [11r.] assaz concorreu a fim de que se decretasse a criação da povoação .

A Imagem da Padroeira foi conservada em uma casa particular até 1857, época em que foi ocupar a Igreja que acabava de ser construída à custa de donativos dos fiéis.

Cresceu a povoação até o ponto florescente em que hoje se acha; tendo sido elevada à Freguesia por lei de 3 de fevereiro de 1859.

Foi seu primeiro Capelão o atual vigário **José Tavares Bastos Rios**, e as suas primeiras autoridades as do 3º Distrito, em cujo território se acha.

Posto que a povoação seja legitimamente classificada de – **Nossa Senhora do Patrocínio** – contudo, à vista da tradição que nos legou o passado, vulgarmente é reconhecida por – **Don Pedrito** – e parece que assim irá à posteridade. [11v.] [com letra diferente:]

Foi-me ofertado por meu Pai, aos 18 de Dezembro de 1871.

[a] **Traiano dos Santos Cirne**

[com letra diferente:]

Foi-me entregue por minha Mãe, aos 9 de Dezembro de 1930.

Porto Alegre – 9/12/1932

[a] **Traiano Silva [?] Cirne**

[transcrição e notas – Miguel Duarte]

LAGES. (1º Barão, 1º Conde e Marquês de) João Vieira de Carvalho.

Nasceu em Olivença [Portugal], em 16 de Novembro de 1781.

Faleceu em 1º de Abril de 1847.

Filho do Coronel João Vieira de Carvalho e de sua mulher D. Vicência da Silva Nogueira de Carvalho.

Casou com D. Izabel Eleonor da Motta Leite Araújo, falecida a 22 de Novembro de 1859.

Estudou no Colégio dos Nobres, em Lisboa. Sentou praça de soldado em 1786; reconhecido cadete em 1796, foi alferes em 1801, ajudante do 2º Regimento de Olivença, em 1805.

Galeria dos Brasileiros Ilustres – S.A. Sisson



Na invasão francesa, militou na Península, mas não querendo servir às armas do conquistador, e socorrido pelo Marquês de Alorna, veio para o Brasil oferecer ao Rei os seus serviços. No posto de Sargento-Mór de Engenheiros, fez a Campanha do Sul, de 1811 a 1812 e 1816 a 1817; sendo neste ano promovido a Tenente-Coronel, por valiosos serviços, subiu até o posto de Marechal efetivo do Exército, em 1827.

Foi 11 vezes chamado aos Conselhos da Coroa, e foi Ministro da Guerra e de outras pastas nove vezes. Era Senador do Império pela Província do Ceará, em 1829, presidiu o Senado de 1844 a 1846. Conselheiro de Estado, em 1826, era Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, e teve a honra de servir de Alferes-Mór na Coroação e Sagração de S. M. o Senhor D. Pedro II.

Era Grã-Cruz da I. Ordem de S. Bento de Aviz, e Oficial da I. Ordem do Cruzeiro, e Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

CRIAÇÃO DOS TÍTULOS : Barão com grandeza por decreto de 12 de Outubro de 1825. Conde por decreto de 12 de Outubro de 1826. Marquês por decreto de 25 de Março de 1845.

[Archivo Nobiliarchico Brasileiro. Barão de Vasconcellos. Lausane (Suisse): Imprimerie La Concorde, MLCCCCXVIII, pág.249]

Fundo Visconde de **São Leopoldo**
Doc. Nº 118
Memória Histórica e Militar (1808-1818)
pelo Tenente Coronel **João Vieira de Carvalho**

[Capa]

Memória Histórica e Militar acerca dos Sucessos e Operações no Sul do **Brasil** e margem do **Rio da Prata** desde o ano de 1808 até Junho de 1818.

Pelo Ten Cel do R. C. de Engenheiros

J.V.C.

Empregado

Na Capitania do **Rio Grande do Sul**

[à margem esquerda, com letra do Visconde de **São Leopoldo**.] Pertence a J.F.F.P.
[**José Feliciano Fernandes Pinheiro**]

[reverso da capa]

La liberté avec laquelle nous nous exprimons sur une multitude de questions, est un hommage rendu a celle dont le gouvernement veut que l'on jouisse.

Les égards ne sont dus que dans l'expression de la penceé [sic] ; mais ils ne le sont point dans l'enoncé même de cette penceé[sic] toutes les fois que bornée á la simple speculation, elle ne renferme ni provocation perturbatrice pour l'état, ni provocation injurieuse pour les particuliers. Telles sont les vraies limites de la liberté d'écriture.

De Pradt¹⁰³ Les Trois Ages des Colonies. T. P^r [Tomo Primeiro – 1801 – 3vols]

A liberdade com a qual nós nos exprimimos sobre uma multidão de questões é uma homenagem prestada àquela de que o governo quer que se desfrute.

Os pontos-de-vista são usados somente na expressão do pensamento; mas não o são no próprio enunciado deste pensamento. Todas as vezes que limitado à simples especulação, ele não encerra nem provocação perturbadora para o estado nem provocação injuriosa para os particulares. Tais são os verdadeiros limites da liberdade de escrever.

[tradução de Sérgio da Costa Franco]

¹⁰³ Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prolhia de Fourt de Pradt (23.4.1759 / 18.3.1837)

[fl. 1r]

A política dos Reis D. **João 2º** e D. **Manuel** com o valor de **P**[edro] **A**[lvares] **Cabral** abriram um novo caminho à heroicidade portuguesa. As brilhantes ações praticadas nas descobertas e estabelecimentos nas duas **Índias**, enquanto faziam respeitar o Nome português no Novo Mundo, enchiam o antigo de espanto e emulação. Contudo não seria fácil conhecer então na descoberta da terra de **Santa Cruz**, ou **Brasil** mais do que a origem de riquezas ou em consideração ao seu clima e produções, ou à sua posição vantajosa para o comércio – Aqueles Grande Reis não podiam antever que, abandonando os Campos d'**Ourique** e **Aljubarrota** iria um seu Descendente sentar-se no **Brasil** por evadir-se aos efeitos de uma espantosa revolução, que não cabendo em si, afetou toda a **Europa**. Trezentos anos se tinham passado depois de **Colombo** e **Cabral**, quando os Portugueses salvando o Rei e a Honra, quebraram a cadeia política e militar que um conquistador tinha lançado em roda da **Europa**, e estabeleceram no **Brasil** o Governo da Nação. A **Europa** jazia no jugo em que consentia, e só restava ao **Brasil** em relações políticas a **Inglaterra** pela antiga aliança, e as Colônias Espanholas do **Rio da Prata** pela sua vizinhança. Não se diga que estas se achavam no estado descuidado, em que a **Espanha** as teve sempre. A invasão dos ingleses em 1807 fez nascer o espírito militar, e os ânimos em geral tomaram uma energia que nasce quase sempre dos grandes sucessos. Os Colonos podiam bater e fazer capitular ao General **Whitelok** com os seus onze mil ingleses. Os erros deste General fizeram desabrochar o germe da revolução do **Rio da Prata** que antes tinha sido plantado, pelas idéias de **Franklin** – **Washington** e **Adams**, e mais praticamente pelas profecias políticas de **Prat**. Mandava o Vice-Reinado do **Rio da Prata** o Marquês de **Sobremonte**, e como se não houvesse bem na contenda com os ingleses, e antes se deve-se à boa sorte da reconquista do General **Leniers**, quis o Povo negar a obediência àquele, para aprestar a este. A Corte de **Espanha** aprovando a deposição de **Sobremonte** e no- [1v.] meando a **Leniers**, esqueceu da grande máxima = *Tudo a favor do Povo; e nada feito pelo Povo* = Este tomou tal ascendente que pertendeu [sic] depois depor também a **Leniers** por motivo de sua origem francesa. As Tropas Americanas tomaram o partido deste General, e restabeleceu-se a ordem. Em consequência foram desterrados para a **Patagônia** os Cabildantes Autores da intentada revolução, e foram desarmadas as Tropas Europeias como cúmplices. O General **Elio**¹⁰⁴, que governava **Montevideu** mandou expressamente uma Fragata para conduzir a esta praça os desterrados, em obséquio da amizade que tinha com um deles (**Alcega**). Este decisivo ato de desobediência obrigou a **Leniers** a amandar [sic] Tropas comandadas pelo Governador do **Paraguai**, **Velasques**, contra **Elio**, que por sua parte acercou Tropas à **Colônia do Sacramento** para se opor. Parece que com o tempo não tinha mudado o fato destas Colônias. **Liniers** e **Elio** representaram com escândalo da diferença do Século 15º ao 19º as cenas dos primeiros descobridores. Aumentada assim a rivalidade entre as margens do **Rio da Prata** era neste estado em que se achavam, quando Sua Majestade chegou ao **Brasil**. Então ou fosse, que uma Monarquia estabelecida tão perto impusesse aos Colonos, ou que eles sinceramente quisessem a independência sem desejarem as desordens ravocionarias [sic], dirigiram-se por Emissários à Sua Majestade a Rainha Nossa Senhora, oferecendo a sua vassalagem. Sua Majestade teve a bem escrever ao General **Leniers** (1º) e foi mandado à praça de **Montevideu** o Marechal **Joaquim Xavier Curado** com o pretexto de ajustar pontos de comércio, mas com o real fim de

¹⁰⁴ Francisco Xavier Elío.

conhecer melhor o estado da Praça, e os ânimos dos habitantes. Os Governadores espanhóis fiéis ao ódio nacional, manejavam sua influência para afastar os Colonos da tensão que tinham formado de sujeitarem-se à Sua Majestade a Rainha. Mal conheciam aqueles Governadores, que pelo espírito em que se achavam as Colônias, era inevitável a revolução, quanto mais que eles não tinham suficiente força armada para a rebater; conviria que ela tomasse uma marcha [2r.] mais pacífica, e tal que deixasse à **Espanha** mais esperanças do seu domínio. O Partido Carlota¹⁰⁵ devia ser apoiado pelos mesmos Governadores. Os Emissários que foram ao **Rio de Janeiro** não tiveram uma resposta decisiva. O Almirante **Sydney Smith** inseriu-se no negócio, e com estas delongas apareceu a notícia da revolução da Península contra os franceses. Era necessário que o **Brasil** não desse ciúmes à **Espanha**, e as negociações depois foram mais reservadas. A Junta de **Sevilha** nomeou D. **Baltezar de Cisneros [sic]** Vice-Rei do **Rio da Prata**, o qual chegou a **Montevideu** no meio do ano de 1809. Convocou todos os Chefes das Tropas de **Buenos Aires** para virem à **Colônia do Sacramento** a prestar homenagem. **Elio** aconselhava a **Cisneros** que os prendesse a todos e fosse para **Buenos Aires**, acompanhado da Tropa de Marinha. O tempo acreditou o bom conselho de **Elio**, que **Cisneros** não quis adotar. Depois de alguns meses obrigou o partido revolucionário a **Cisneros [sic]** a que organizasse uma Junta Governativa à maneira das Províncias de **Espanha** de que ele seria o Presidente. Teve a debilidade de anuir, e em recompensa da sua pouca firmeza, foi deposto algumas horas depois de organizada a Junta, e foi instalada outra presidida por D. **Cornélio Savedra [sic]**. O dia 25 de maio de 1810 marcou a emancipação do **Rio da Prata**, mas os revolucionários imitando os Americanos do Norte, a respeito de **Jorge 3º** conservaram em seus atos públicos o nome de **Fernando 7º**, que tinham feito sair de seus corações. O Lado Oriental daquele Rio permaneceu pelo Rei, e começou a guerra de realistas e Independentes. Foi então necessário armar o Sul do **Brasil**, e a Capitania do **Rio Grande** preparou-se para a sua maior glória. Esta Capitania que dos bosques **Yjuis** até a barra do **Rio Quaraím [sic]**, e das Cabeceiras deste até a barra do **Rio Chuí** estende-se em mais de 200 léguas de fronteira, por um terreno aberto, e sem limites naturais, apenas tem para sua defesa um Batalhão de Infantaria um Regimento de Dragões dois Esquadrões de Cavalaria Ligeira, e quatro Regimentos de Milícias de Cavala- [2v.] ria, montando toda a força a três mil e quinhentos homens, mas tais, que em seu elogio basta dizer, que não só defenderão sempre a sua Pátria, nas diferentes guerras que houveram entre **Portugal** e **Espanha**, mas até a aumentaram em território tudo quanto vai do **Rio da Prata** ao **Uruguai**,

Mas¹⁰⁶ desta vez aparecia uma guerra de revolução, e para que tudo seja mau nestas vertigens políticas, até a guerra sai dos princípios gerais da boa fé é necessário lutar com a tática e com as opiniões. A Legião de **São Paulo** forte de 1600 homens para esta Capitania, e dividindo-se toda a força militar em duas Divisões de observação, postou-se a primeira, Comandada pelo Marechal de Campo **Manuel Marques de Souza**, em **Bagé**, e a segunda, pelo Marechal de Campo **Joaquim Xavier Curado** em **S. Diogo** – No mês de janeiro (1811) tinham estas Divisões chegado aos seus destinos, quando o General D. **Diogo de Souza** saiu da Capital de **Porto Alegre** a tomar o Comando em Chefe. A Junta Governativa de **Buenos Aires** cuidou em fazer lavar a revolução nas Províncias do Interior, e com esse fim marchou o General **Campo** com um Exército de 2000 homens, que se diria

¹⁰⁵ Nota do autor: Assim se apelidava o partido que queria sujeitar-se à Sua Majestade a Rainha.

¹⁰⁶ Aparece sempre grafado: mais.

auxiliador para o **Perú**, e marchou **Belgrano** com 90 homens para o **Paraguai**. Estas pacíficas Províncias que depois do Século 15º não tinham visto a guerra, viram agora renovados os dias de **Pisado** e **Almagro**. O Vice Reinato [sic] de **Lima**, que em si tinha também o germe da revolução, mas que foi sufocada pela habilidade do Vice-Rei **Abascal**, formou um Exército realista e guiado pelo General **Goioneche**, marchou a opor-se à revolução no **Perú**. A sorte da guerra tem sido vária entre os realistas e Independentes, e assim tem subido a guerra civil do Mar [sic] **Pacífico** as **Andas** [sic], sem que um dos partidos se possa ainda dizer seguro. No **Paraguai** findou a guerra prontamente pela derrota que sofreu **Belgrano**, e negando-se aquela Província a união com **Buenos Aires** e à obediência d'**Espanha**, conserva-se independente a favor da sua posição central, fazendo comércio de suas produções, que pelos grandes Rios **Paraguai** e **Paraná** leva às [3r.] feiras do **Rio da Prata**. Da desunião de **Buenos Aires** com o **Paraguai** pensou o General D. **Diogo de Souza** tirar partido a favor dos direitos de Sua Majestade a Rainha, e por isso marchou com 1200 homens, tirados da segunda divisão, para as **Missões** com vista, não só de apoiar com força as negociações, que premeditava, mas também fazer frente a **Belgrano**, que com os restos da sua expedição retirava-se do **Paraguai**, marchando pela margem ocidental do [Rio] **Uruguai**. O General D. **Diogo de Souza** oficiou ao Governador do **Paraguai** **F. Velasques**, e alguma esperança houve de trazer àquela Província ao Domínio Português, porém tanto se propagou o espírito revolucionário que **Velasques** foi deposto, e formaram os revolucionários uma Junta Governativa despedindo o Emissário Português, depois de o terem preso e maltratado.

Viam-se baldadas todas as nossas negociações agenciais nas Províncias do **Rio da Prata**, mas assistia ainda em correspondência **Felipe Cantuci** que desde o princípio tinha figurado em todas as propostas, e ajustes de **Buenos Aires**. Os revolucionários que conheciam que o partido realista da banda oriental do **Rio da Prata**, lhe seria tanto mais terrível, quanto maior fosse a união e boa inteligência com os Portugueses, pensaram em fazer a entrega. Convidaram a **Cantuci** para uma conferência que devia haver entre ele e dois Emissários de **Buenos Aires**, os quais devendo ir munidos de credenciais do seu governo, exigiam que também **Cantuci** fosse autorizado com um diploma passado pelo General D. **Diogo de Souza**, para dar mais solenidade e caráter às negociações, que todas se encaminhavam em fazer cair o Governo Espanhol no **Rio da Prata**, e levantar o Português. **Cantuci** foi munido do diploma e fez-se a conferência, nada se ajustou, mas os Emissários de **Buenos Aires** não se descuidaram de sacar o diploma ao **Cantuci**, do qual fizeram o uso que depois notarei. **Belgrano** passou o **Uruguai**, e uniu-se a **Artigas** e **Rondeau**¹⁰⁷ fizeram a revolução na Província de **Montevideu**, sendo esta praça em breve o único ponto que restou à **Espanha** de todos os trabalhos e fadigas de **Solis**, **Gaboto** e **Mendonsa**. Depois [3v.] de aceso o facho da revolução voltou **Belgrano** para **Buenos Aires**, e **Rondeau** organizando um pequeno Exército de 3000 homens, cuja principal força, eram os Garruchos de **Artigas**, foi pôr sítio à Praça de **Montevideu**, o qual não passava de um bloqueio, porque apenas tinha duas peças de Artilharia, mal servida, e não havia um Oficial que soubesse conduzir um sítio. Nestas circunstâncias implorou ao General **F. H. Elío** o auxílio do Exército Português, mandando o seu Secretário **João Baptista Steller** que depois acompanhou o Exército. Tais eram as instruções que tinha o General D. **Diogo de Souza**, que imediatamente anuiu à rogativa, e pôs-se em marcha de **Missões** para **Bagé** aonde se destinou a reunião dos Corpos do Exército.

¹⁰⁷ José Rondeau

Compunha-se este do Batalhão de Infantaria do **Rio Grande**, dois Esquadrões de Cavalaria Ligeira do **Rio Grande**, Legião de **São Paulo**, Regimento de Dragões do **Rio Pardo**, Regimentos de Cavalaria de Milícias do **Rio Grande e Rio Pardo**, e dos Regimentos de Infantaria de **Santa Catarina** e Milícias de **Porto Alegre**, que se uniram depois nos lugares que direi, guarnecida esta força com trinta peças de Artilheria [sic].

Era no mês de julho que se empreendia a marcha do Exército que devia fazer levantar o bloqueio de **Montevidéu**.

As marchas dos Exércitos que tanto caracterizam a habilidade do General são neste país de menos combinação, mas são de maior fadiga, e exigem mais cuidado, e vigilância.

A guerra levada a grandes distâncias em um terreno chato e aberto, exige muita Cavalaria. Os cavalos não comem grão porque se não encontra em um país quase deserto, fracos por natureza tornam-se mais, porque o seu sustento é unicamente a erva do campo e nenhum abrigo têm contra as estações, muitos morrem de fadiga e fome.

É necessário aumentar no número o que lhe falta em forças e mal pode um Exército de quatro mil homens marchar sem doze mil cavalos, e se não há todo o cuidado em os livrar das surpresas do Inimigo, não se marcha, e morre-se de fome, porque eles servem também de apanhar o gado que é neste país a linha de Armazéns.

O nosso Exército achava-se com escassez de transporte, [4r.] mas tratando-se de acudir à causa de um Rei, superavam-se as dificuldades, e marchou de **Bagé** a entrar na Província de **Montevidéu** no dia 17 de julho de 1811. O General D. **Diogo de Souza** marchou com os Corpos de Cavalaria e Artilharia montada em direção à Vila do **Serro Largo**, e o Marechal **A. E. Portelli**¹⁰⁸ com os Corpos de Infantaria e Bagagem grossa do Exército dirigiu-se a embarcar no **Rio Jaguarão** aonde se lhe reuniu o Regimento de **Santa Catarina**, para atravessar a **Lagoa Mirim**, e fazer a junção perto do Forte de **São Miguel**. Logo que os Corpos de Cavalaria atravessaram o **Rio Negro** começaram a marchar por terreno espanhol, terreno da revolução que feita em **Buenos Aires** estendeu logo a tão longe a sua maligna influência; à voz da revolução ou fugiram espavoridos os pacíficos Camponeses, ou foram levados a engrossar a chusma que rodeava os muros de **Montevidéu**. Os leitos de seu descanso e os berços d'uma população pacífica e farta estavam quebrados, e as suas pobres moradas já se tinham entregado às feras, ou às ruínas. Assim marchou o Exército entregue somente ao seu sofrimento, noites se passaram em que não houve lenha para fazer o fogo tão necessário para reparar o frio e assar a carne (o único e diário alimento). A de 24 de julho é ainda lembrada. O guia perdeu o caminho e teve o Exército de parar em uma campina sem lenha, sem carne, sem barracas, e sofrendo chuva e frio, que desde manhã tinha durado morreram dois homens, e adoeceram muitos, e que soldados de outra Nação sofreriam tanto sem murmurar?

Crês tu que se este nosso ajuntamento
De Soldados não fora Lusitano
Que durara de tanto obediente
Por ventura a seu Rei a seu Regente?
Camões C. 5ª est. 77

¹⁰⁸ Alexandre Elói Portelli.

No dia 28 de julho entrou o Exército na Vila do **Serro Largo**, [4v.] aonde se achava já o Marechal **Manuel Marques de Souza**¹⁰⁹, que se tinha adiantado com a vanguarda a ocupar este ponto. Feita a remonta marchou o Exército no dia 12 de agosto e teve de atravessar um terreno bastante alto e pedregoso, que tornava bem difícil o trânsito de Artilharia e Carretas, e tão falto de gado, que tinham os Comissários de Viveres de o ir buscar em distâncias de três léguas, tão árido continuava o terreno até quatro léguas distante do **Passo da Cruz no Rio Saboiaty**¹¹⁰ [sic], aonde começa a descer, e mostrar-se fértil. À vista de um rio formoso e navegável amaciou o escaldado do sertão que se tinha atravessado.

Depois de passar o **Rio Saboiaty** achava-se um terreno sumamente chato que por sua natureza e pela estação invernosa estava tão alagado, que em partes chegava a água às abas do selim. A Cavalaria perdeu quase todos os cavalos, e com muito trabalho e a pé chegou à **Lagoa Mirim**. Ofereceu-se por primeira operação de campanha a tomada do Forte de **Santa Teresa** que os Inimigos tinham guarnecido com quatrocentos homens e cinco peças de Artilharia. Este Forte de figura pentagônica, mas acanhado em suas dimensões que também são irregulares, de baixo perfil, e sem reciprocidade em suas deferezes [sic], está sujeito a um golpe de mão. Com este fim marchou o Marechal **Marques** com a vanguarda, porém o Inimigo não esperou o ataque, e fugiu queimando os edifícios civis, fez brecha na face de um dos baluartes, e levou à força todos os moradores com os seus haveres. Da vanguarda destacaram-se algumas partidas que o acossaram e se fizeram alguns prisioneiros.

O Exército marchou da **Lagoa Mirim** para **Santa Teresa** por sessões, e no fim de setembro (de 1811) estava todo reunido para seguir a estrada da Costa do Mar para **Montevideú**. Enquanto o Exército marchava nesta direção, estava a fronteira desta Capitania pelo lado do **Rio Pardo** confiada às guerrilhas do Major **Manuel dos Santos Pedroso**. Este oficial, que não podia ser excedido em conhecimentos de pequena guerra, não só afugentou o Inimigo para além do **Uruguai**, mas ali mesmo o perseguiu. Com escassos meios de que dispunha, entrou nas povoações de **Belém**, **Sandú**¹¹¹, **Mandisobi**, **Arroio da China**, e **Curusuquatia**, e sem lhe importar os motivos da guerra, [5r.] por toda a parte arvorou bandeira Portuguesa. Da Província de **Missões** se hostilizavam também os Insurgentes, principalmente em um ataque que o Brigadeiro **Chagas**¹¹² fez à Povoação de **S. Thomé**¹¹³ donde recolheu a este lado três mil cavalos e muito gado. Depois de uma marcha feita em dez dias entrou o Exército em **Maldonado** no 12º de outubro (1811). O Governo de **Buenos Aires** recomendava ao General **Rondeau** sitiava **Montevideú**, que evitasse ação com os Portugueses, e apressava negociações com o General **Elio**. Aquele Governo que tem devido a sua existência à impossibilidade da **Espanha**, e à intriga fez persuadir ao General **Elio** que os Portugueses entravam na Província de **Montevideú** não com vistas de a pacificar, mas de a subjugar e dominar. Não concorreu pouco para esta persuasão a conferência que **Cantuci** teve com os Deputados de **Buenos Aires**, e as informações do Secretário **Steller**, que sem critério acreditou as vozes indiscretas de alguns Oficiais e soldados do Exército que repetiam "*Vamos tomar posse de Montevideú*". O ciúme nacional prevaleceu contra o conhecimento que **Elio** devia ter dos revolucionários. Nenhuma garantia podiam estes dar aos Tratados,

¹⁰⁹ Segundo deste nome. Pai do futuro Conde de Porto Alegre.

¹¹⁰ Cebolati.

¹¹¹ Paissandú, à margem esquerda do Rio Uruguai.

¹¹² Francisco das Chagas Santos.

¹¹³ Santo Tomé.

entretanto que o Exército Português obrando pelas instruções da sua Corte seria esta quem em todo o tempo responderia pela sua conduta, que conhecida pela experiência moderada não o seria menos em uma ocasião em que fazia causa comum com a **Espanha** para rebater a agressão dos Franceses.

Ees [sic] como **Elio**, que aliás tem qualidades de General, fez mal à guerra no **Rio da Prata** e pior a paz. Ajustaram à pressa alguns artigos e faria o *Sine qua non* o reconhecimento de Soberania de **Fernando 7º**, a retirada do Exército Português e dos revolucionários. Este Tratado foi comunicado ao General D. **Diogo de Souza**, e juntamente foi feita a requisição da retirada do Exército Português.

O General D. **Diogo de Souza** respondeu pela negativa querendo esperar em **Maldonado** novas instruções [5v.] da Corte. A mais evidente prova que o Exército de **Buenos Aires** podia dar do receio que tinha do Exército Português, e do espírito das negociações foi a sua pronta retirada enquanto este permanecia no seu posto. **Rondeau** passou na Colônia com a Infantaria, e **Artigas** com a Cavalaria encaminhou-se ao **Salto** no **Uruguai**, fazendo o primeiro ensaio da sua barbaridade, em obrigar a todos os habitantes do campo e povoações a que o seguissem e abandonassem os seus estabelecimentos formados à custa de anos e fadigas. Continuavam em **Buenos Aires** as cenas revolucionárias, sendo a mais remarcável a do dia 7 de dezembro (1811) em que as Tropas se bateram umas com as outras, e depois de muitos mortos e feridos foi assaltado o Quartel do Regimento de Patrícios e sendo fuzilados os principais Autores da desordem foi o Regimento dissolvido. Por este tempo veio d'**Espanha** a ordem para a retirada de **Elio**, e a nomeação de D. **Gaspar Vigodet** para Capitão General do **Rio da Prata**. Alivou-se¹¹⁴ [sic] a correspondência entre este General e o Governo de **Buenos Aires** instando ambas as partes pelo cumprimento de Tratados porém como nem aquele Governo reconhecia a Soberania de **Fernando 7º** nem o Exército Português evacuava o território Espanhol, foi inevitável novo rompimento que se publicou em **Montevidéu** no dia 16 de janeiro (1812) por uma Proclamação do General **Vigodet**.

O Exército continuava como auxiliar na causa do Rei, e devia entrar na nova campanha para cujos arranjos e planos foi duas vezes a **Montevidéu** o Marechal **Portelli** a tratar com aquele General. As desordens de **Artigas** já tinham obrigado ao General D. **Diogo de Souza** a destacar os Regimentos de Dragões e Milícias do **Rio Pardo** para cobrir a nossa Fronteira pelo lado do **Rio Pardo**, e mandou reunir ao Exército o Regimento de Milícias de **Porto Alegre**. O General D. **Diogo de Souza** chamou a conselho os Oficiais Generais, e foi resolvida a marcha para o **Uruguai**, a esperar os reforços que se [6r.] pediam à Corte em consequência das exageradas notícias das farsas de **Buenos Aires**, que tinham sido dadas pelos Coronéis **Thomas da Costa**¹¹⁵, e **João de Deus**. No dia 16 de março saiu o Exército de **Maldonado**, e chegando ao **Rio Gy** houve notícias d'algumas partidas de **Artigas**¹¹⁶ que andavam pela margem esquerda do **Rio Negro**. Com o fim de as procurar e bater saio o Marechal **Curado**¹¹⁷ e o Coronel **Oliveira** com 400 homens de Cavalaria, e puderam ainda alcançar e bater uma de duzentos homens no **Passo del Corte** no **Rio Negro** fazendo-lhe alguns prisioneiros. Sem oposição chegou o Exército à margem oriental do **Uruguai** no dia 2 de maio, e acampou na foz do **Arroio de S. Francisco** légua e meia acima de **Sandú**. Aqui se esperavam os reforços que se tinham pedido à Corte para poder avançar as operações. O nosso Ministério porém que via pelas participações que se fizeram de **Maldonado** que o

¹¹⁴ Ativou-se [?]

¹¹⁵ Tomás da Costa Rebelo e Silva.

¹¹⁶ José Gervásio Artigas.

¹¹⁷ Joaquim Xavier Curado.

nosso Exército ia ser atacado por uma força de 14.000 homens, e combinado judiciosamente que os socorros que podia enviar seriam não só muito inferiores em número, mas tão retardados que nada poderiam influir na sorte da Campanha, mandou, é verdade aprontar Tropas nas Capitanias de **São Paulo e Minas**¹¹⁸, mas deliberou juntamente dar de mão de **Montevideu**. Para isto concorreu bastante as diligências das Agentes de **Buenos Aires** no **Rio de Janeiro** que puderam ganhar à vontade de **Lord Strankford**. Este misterioso manejo não bem conhecido, mas enfim o Coronel **Rademaker**¹¹⁹ foi nomeado Enviado Português à **Buenos Aires** para ajustar um Armistício e a retirada do Exército. O Governo de **Buenos Aires** achava-se neste tempo na maior consternação¹²⁰. O Exército do **Perú** tinha sido totalmente derrotado. O da **Banda Oriental** cheio de intrigas entre os Chefes de **Buenos Aires** e **Artigas** não ousava encontrar-se com os Portugueses, e [6v.] reconcentrava-se [sic] entre os Rios **Uruguai** e **Paraná** uma contra-revolução estava pronta a rebentar, e sendo fuzilados **Alcega** e **Sentenae** [Sentenac?] que se diziam Autores, mais se acendeu a raiva entre Americanos e Europeus. Estes foram tratados com os últimos desprezos, e com a violenta medida de se lhe tirarem todos os seus interesses comerciais com o protesto de pertencerem a Espanhóis d'**Europa**.

O Presidente do Governo **Manuel de Sarratéia** foi tomar o Comando em Chefe do Exército que então se achava na margem direita do **Uruguai** em frente do **Salto**, e à sua chegada mandou de Emissário ao General D. **Diogo de Souza** o Capitão **Dupui** pedindo-lhe um Armistício como preliminar para a paz e negociações, que os revolucionários agenciavam no **Rio de Janeiro**. No meio de sustos e cabalas estava **Buenos Aires** quando chegou o Coronel **Rademaker** enviado Português. Facilmente se ajustaram as negociações, que só se reduziram, à retirada do nosso Exército. Nesta parte satisfaz **Rademaker**, mas repreendida seja a sua memória pela pressa com que se apresentou em **Buenos Aires** sem tocar em **Montevideu** ou **Colônia** para saber da posição do Exército, cuja ignorância lhe fez tomar um Ar de Suplicante, e lhe deu a escandalosa paciência de sofrer que a gazeta de **Buenos Aires** publicasse “*Las Armas victoriosa de la Patria dan los pasos libres al Exercito Portuguez*”. As vitórias das Armas da Pátria tinham sido a derrota, a fuga, e a licença de que precisava o Exército Português para retirar-se, ou avançar, estava toda nas suas baionetas. Lhes trouxe Negociadores Portugueses, que na presente época tendes enchido a Nação de crédito e vantagens perdoai à **Rademaker** pelo seu apelido¹²¹ estrangeiro. A Gazeta de **Buenos Aires** foi desmentida por uma nota que um Oficial do nosso Exército fez inserir na Gazeta de **Montevideu**. Recebida a participação do Armistício ordenou o General D. **Diogo de Souza** ao Coronel **Oliveira** que estava no **Salto** com 800 homens, [7r.] em frente do Exército de **Buenos Aires**, que ataca-se os Índios **Charruas** e **Minuanos**, que tinham ficado deste lado. Foram alguns mortos e prisioneiros junto ao **Arroio Laureles**, e assim se diminuiu aquela Casta, que longe de receber civilização, não quer se não a vida errante e o roubo. No dia 13 de julho de 1812 começou o Exército a sua retirada, e no dia 12 de setembro separaram-se as Divisões, marchando a primeira para **Bagé**, e a segunda para a **Conceição**¹²².

¹¹⁸ Minas Gerais.

¹¹⁹ João José Rademaker.

¹²⁰ Nota do autor: Foi-me dito isto mesmo pelo Secretário do Governo, que então servia **Nicolau Erreira** [sic – **Nicolas Herrera**]

¹²¹ Sobrenome.

¹²² Guarda da Conceição. A caminho de Cachoeira e Rio Pardo.

Pouco tempo depois de chegar a primeira Divisão a **Bagé** recebeu ordem para ir novamente ocupar o Forte de **Santa Teresa**, o que executou; mas no dia 4 de dezembro foi contramandada e entrou na Vila do **Rio Grande** no dia 22 do mesmo mês. Por este tempo chegaram aos seus Quartéis de **Porto Alegre** e **Rio Pardo** as Tropas que compunham a segunda Divisão. Contou o Exército dois anos de guerra feito com muitas fadigas e privações, e desempenhando o Título de Pacificador, porque salvou da guerra civil a Província de **Montevidéu**, não foi menos Português, na bizarria do seu porte e na fiel obediência às Ordens de Sua Majestade que graciosamente reconheceu os Serviços deste Exército promovendo a todos os Oficiais. O Governo de **Buenos Aires** vendo-se sem o estorvo do Exército Português ordenou novo sítio à praça de **Montevidéu**, e convidou para a federação a Província do **Paraguai**, mandando de Enviado a **Herreira** [?], que foi despedido, e a Província continuou no seu sistema de absoluta independência. Igualmente organizaram os revolucionários uma Esquadra de Embarcações pequenas ao mando do Inglês **Brown**, para bater a de **Montevidéu**. Com efeito encontraram-se e a realista foi batida, sendo parte aprisionada, e parte varada na Costa. Destruída a Esquadra de **Montevidéu**, malograda uma sortida que se destinava a recolher alguns víveres, teve o General **Vigodet** de render a praça de **Montevidéu** ao Exército revolucionário, comandado por **Carlos Alvear** no dia 23 de julho (1814).

Mas esta vez foram os Generais Espanhóis enganados pelos revolucionários, porque estipulando a capitulação que a praça [7v.] ficaria em depósito até decisão de **Fernando 7º**, a quem diziam os revolucionários, mandavam Emissários, faltaram imediatamente a todos os artigos, pondo contribuições, mandando as Armas e Artilharia para **Buenos Aires** e declarando enfim **Alvear** que a Capitulação tinha sido mais um estratagema da guerra do que um ajuste solene e sancionado. O General **Vigodet** morrendo-lhe nos braços as Colônias Espanholas do **Rio da Prata**, obteve licença de retirar-se com poucos Oficiais para o **Rio de Janeiro** e de lá para a **Espanha**. A queda da praça de **Montevidéu** aproximou mais ao **Brasil** a revolução do **Rio da Prata**, e portanto tornando-se muito necessárias as medidas de defesa e cautela. Sua Majestade ordenou que viesse de **Portugal** uma Divisão de 4000 homens comandada pelo General **Lecor**¹²³, e mandou igualmente reforçar as Tropas desta Capitania com uma Companhia de Artilharia montada do Regimento do **Rio de Janeiro** e com seiscentos recrutas para a Legião de **São Paulo**. A rivalidade ente **Artigas** e os Chefes de **Buenos Aires** chegou a um total rompimento, começando o mesmo **Artigas** com os do seu partido a fazer a guerra a **Montevidéu**, comandada então pelo Coronel **Soler**. O General **Alvear** que tinha levado para **Buenos Aires** as Tropas realistas, que encontrou em **Montevidéu** veio com elas à **Colônia** e começou a fazer a guerra **Artigas**, que em poucos dias teve de vir abrigar-se na Fronteira Portuguesa, tendo a manha de espalhar que ele abjurava a revolução e reconhecia a Soberania de **Fernando 7º**.

Corroborou estes boatos com mandar dois Emissários ao **Rio de Janeiro** que passaram pela Capitania do **Rio Grande**.

Estas vozes espalhadas e acreditadas pelas Tropas de **Alvear** fizeram com que elas se passassem para **Artigas**, que pôde então tomar ascendente tanto melhor, que nesse tempo foi chamado **Alvear** para ir acudir às derrotas que sofria o Exército revolucionário do **Perú**. No mês de março chegou ao **Rio de Janeiro** a Divisão de Voluntários d'El-Rei e sucessivamente foi navegando para a Ilha [8r.] de **Santa Catarina**. As Ordens de Sua Majestade eram que aquela Divisão desembarcasse em **Maldonado**, e que para ali marchassem dois mil homens da

¹²³ Carlos Frederico Lecor. Visconde da Laguna.

Capitania do **Rio Grande**, não só para auxiliar o desembarque mas também para levar os transportes necessários para as Tropas que se destinavam a **Montevidéu**.

O General **Lecor** teve razões para alterar estas Ordens, e fez marchar a Divisão desde **Laguna** até o **Rio Grande**.

Esta marcha foi feita por seções precedidas de vanguarda comandada pelo Ajudante General **Sebastião Pinto**¹²⁴. Neste tempo estava já em **Porto Alegre** o Quartel Mestre General **Bernardo da Silveira** agenciando o municionamento e transporte da Divisão. O General Marquês de **Alegrete** que tinha sucedido no Governo ao General D. **Diogo de Souza** prestou-se a todas as requisições, e a Divisão de Voluntário d'El-Rei não podia ser mais bem tratada, nem melhor fornecida. O General **Lecor** veio a **Porto Alegre**, e entre eles os Generais Marquês de **Alegrete** e **Silveira** se consertou o plano da campanha. Um General que lance os olhos para a Carta do País, e que se veja com seis ou oito mil homens para fazer a guerra, ou deve desconfiar do bom êxito das operações, ou conhecer, que sendo os princípios os mesmos, deve variar na aplicação. Ocupar provisões que melhor cubram o país, cuidar na subsistência do Exército, tirar os recursos ao Inimigo, voltear-lo e bate-lo é em geral a guerra de toda a parte. Porém a combinação dão marchas em relação ao terreno, tempo, e diferentes Armas, o conhecimento da verdadeira vantagem nas posições o estabelecimento e segurança da linha de Armazéns, e o conserto, e rapidez das manobras à vista do Inimigo, formam no General a grande Ciência, que falece neste país. Pelas grandes distâncias em que se acham os pontos de ataques ou defesa não pode haver harmonia nos movimentos. A doutrina de **Jomini** e **Bolow** não é aqui aplicável, assim como não é em geral todo o método da guerra Européia, que fundada em verdades geométricas e [8v.] princípios sérios tem reduzido a guerra à Ciência, mas que em desconto arrisca em um dia de desgraça a sorte de uma Nação. Os sucessos de hoje nem preparam nem destroem os d'amanhã. É necessário entregar tudo ao valor e rapidez de movimentos. (2) O Plano da Campanha foi bem concebido, e eu terei lugar de notar que com a sua pronta e fiel execução ter-se-ia dado mais cedo o golpe fatal ao partido de **Artigas** tirando-lhe o comércio do **Uruguai**.

la começar a guerra e pouco se conheciam as razões Ministeriais porque não apareceu um Manifesto. Dividiam-se as opiniões pelos interesses relativos a cada partido e até os Jornalistas em **Inglaterra** se inseriram dando a conhecer que não tinham as notícias exatas desta parte da **América**¹²⁵. Eu mesmo não conheço exatamente as razões que teve Sua Majestade para mandar ocupar a Província de **Montevidéu**, mas pelo respeito que tenho às deliberações dos Governos, que dão provas de retidão e moderação julgo ao Português justiça em direito público, e sem que aventure análises, só notarei quanto risco corre uma Nação que avizinha com uma epidemia revolucionária, não só daquelas que se encaminham à mudança de Denestria¹²⁶ [sic], Religião, ou forma de Governo, mas das que alimentam o Despotismo, e subvertem a ordem e as fortunas. **Artigas** pequeno em talentos e virtudes, mediano em valor, e grande em tirania, tirava da sua vontade o Código da Província de **Montevidéu**, e ousava tentar a fidelidade Portuguesa. O General Marquês de **Alegrete** dispôs a ocupação do Forte de **Santa Teresa**, e da Vila do **Serro Largo**. O primeiro ponto era necessário para cobrir a reunião de transportes que se fazia no pontal de **São Miguel** para a Divisão de voluntários de El Rei, e o segundo era essencial para a remonta da Divisão do General **Silveira**, que devia passar por aquelas imediações. O Forte foi tomado em agosto (1816) [9r.] por cem

¹²⁴ Sebastião Pinto de Araújo Correia.

¹²⁵ Nota do autor: *Felius antes essent, sú de illis soli Artifices judicarent.* – Quintiliano.

¹²⁶ Dinastia.

homens da Capitania do **Rio Grande** comandados pelo Major **Manuel Marques de Souza**¹²⁷, e ao mesmo tempo entrou na Vila do **Serro Largo** o Coronel **Felix José de Matos** com o Batalhão de Infantaria, Esquadrões de Cavalaria Ligeira, Milícias do **Rio Grande**, e uma Companhia d'Artilharia montada.

Passaram ali às disposições do General Marquês de **Alegrete** por ser aquele lado que tocara ao comando do General **Lecor**, sendo elas a iniciativa das operações da Campanha de 1816. O Inimigo teve muito cedo notícias das forças que se destinavam a atacá-lo, de maneira que nas correspondências achadas nas diversas ações, viram-se ofícios de **Artigas** datados em 6 de junho aos Comandantes das suas guardas de fronteira em que lhes anunciava a guerra, e o plano que premeditava seguir, que em geral era abandonar a Capitania de **Montevideú**, que não podia defender para invadir a do **Rio Grande** por ataques feitos pela fronteira do **Rio Pardo** e **Missões**, isto não só porque nesta Capitania achava mais do que perdida naquela, mas porque conheceu que a maior força Portuguesa se dirigia entre o Mar e **Rio Negro**, ficando a menor entre este e **Uruguai**. Esta desigualdade de força não era certamente pensada no plano de operações, porém este foi alterado pelo General **Lecor**, que muito boas razões teria para assim o fazer. A Divisão de Tropas do **Rio Grande**, comandada pelo Tenente General **Curado**, e que nunca montou a mais de dois mil e quatrocentos homens achou-se às mãos com as melhores e principais forças de **Artigas** que subiam a perto de quatro mil homens, e a Divisão de Voluntários de El-Rei de mais de quatro mil homens, reforçada com mil do **Rio Grande** destinou-se à tomada da praça de **Montevideú**, que se achava guarnecida por duzentos homens, e protegida nas suas imediações pelos Chefes **Frutuoso Rivera**¹²⁸ e **Ortuguez**¹²⁹ [sic] que dispunham de mil e duzentos homens. No mês de setembro começou o inimigo a hostilizar a fronteira do **Rio Pardo** e Província [9v.] **Missões**, pondo sítio à Povoação de **São Borja** aonde se achava o Brigadeiro Comandante da Província **Francisco das Chagas Santos** com trezentos homens. O Inimigo em número de dois mil comandados por **André Artigas**¹³⁰ apertava o sítio entretanto que **La Torre**¹³¹ e **Verdun**¹³² invadiam a fronteira pelo lado de **Santa Ana**¹³³ e **Serro do Jarau**. **José Artigas** postou-se na confluência dos Rios **Mata-Olho** e **Arapey**. O General **Curado** destacou o Tenente Coronel **José de Abreu** com seiscentos homens para fazer levantar o sítio de **São Borja**.

Esta coluna saindo das cabeceiras do **Rio Ibirapuitã**¹³⁴ aonde se achava a Divisão foi sempre atacado e derrotando pequenos Corpos com que o Inimigo pretendia demorar a sua marcha principalmente na passagem do **Rio Ibicuy**¹³⁵ e apresentou-se à vista dos sitiadores no dia 3 de outubro. O Inimigo confiando na superioridade numérica aceitou a ação porém foi completamente derrotado perdendo mil homens entre mortos, feridos, e prisioneiros, duas peças de Artilharia, muitas armas, e cavalos, e o resto teve de repassar ao **Uruguai**. Livre a Província de **Missões**, voltou O Tenente Coronel **Abreu**¹³⁶ para a Divisão, e saiu o Brigadeiro

¹²⁷ No original: M^o Marques de Sz^a.

¹²⁸ No original: Frutuoso Ribeiro [sic]

¹²⁹ Fernando Otorquez.

¹³⁰ Andresito.

¹³¹ Andrés La Torre.

¹³² José Antônio Verdun.

¹³³ Santana do Livramento

¹³⁴ No original: Ybirapuitã

¹³⁵ No original: Ybicuy

¹³⁶ José de Abreu. Barão de Serro Largo.

João de Deus¹³⁷ com quinhentos homens contra **Verdun**, que hostilizava o distrito de **Entre-Rios**. Encontravam-se junto ao **Rio Ibirocaí**¹³⁸, e **Verdun** foi derrotado, deixando muitos mortos e prisioneiros, armas, munições, etc.

O Inimigo pretendia a favor da sua natural mobilidade e de repetidos ataques, penetrar por algum ponto de fronteira, e por isso logo depois do Combate de **Ibirocaí** apareceu **La Torre** com mil e quinhentos homens junto ao **Serro de Santa Ana**. A Divisão Portuguesa pela sua pequena força numérica, e grande extensão de fronteira que tinha a proteger estava reduzida à defensiva, podendo apenas fazer destacamentos que se opunham às tentativas do Inimigo. O Brigadeiro **Joaquim de Oliveira Alvares** foi mandado com [10r.] oitocentos homens atacar **La Torre** que se tinha movido para **Carumbé**. **Artigas** quis ver o resultado desta ação, e ele mesmo formou as Tropas, e lhes falou. Ao meio dia de 29 de outubro começou a ação, e durando o fogo até que o Brigadeiro **Oliveira**¹³⁹ mandou atacar de baioneta e espada o Inimigo sofreu completa derrota. **Artigas** fugiu com uma pequena escolta de vinte homens. Ficaram mortos quinhentos Inimigos, quarenta prisioneiros, duas bandeiras, e muitas armas, e espadas. O General Marquês de **Alegrete** ainda que não tivesse recebido positiva ordem de entrar nas operações de campanha, julgou de seu dever apresentar-se na fronteira, visto que o Inimigo intentava invadi-la, e que não convinha à sua reputação ficar espectador ocioso da luta, que se passava nos domínios que estavam a cargo da sua vigilância e do sul cuidado, e por esse motivo saio de **Porto Alegre** em outubro, e chegou à fronteira do **Rio Pardo** em dezembro de 1816. O Inimigo que tinha visto frustradas as suas tentativas reunia toda a sua força na confluência dos Rios **Mata-Ofho** e **Arapeí** (vulgarmente o **Potreiro**) e procurava aventurar a sorte da campanha em uma ação geral.

Nada podia ser tão vantajoso ao Exército Português como este plano do Inimigo, que querendo sair do seu elemento (a pequena guerra) queria medir-se com o Exército Português muito superior a ele em disciplina e qualidade de Oficiais. Quase ao mesmo tempo se abalaram os Exércitos com a recíproca tensão de se procurarem. O Inimigo encaminhou-se ao **Serro de Santa Ana**, e de lá a **Ibirapuitã** aonde esperava achar-se o Exército Português, que a esse tempo atravessava o **Rio Quaraí** no **Passo do Faria**, e dirigiu-se a **Arapeí**. Foi então que o General Marquês de **Alegrete**, conheceu o detalhe do Inimigo. As Divisões **La Torre**, **Verdun**, e **Mondragon** compunham o Exército de três mil e quatrocentos homens com duas peças de Artilharia de 4 comandado por **La Torre**, que se intitulava Major General d'**Artigas**, que [10v.] ficou no **Potreiro** com uma escolta de trezentos homens, e as famílias, bagagens etc. O General Marquês de **Alegrete** conheceu que lhe convinha tomar posição entre **Artigas** e **La Torre**, e por isso marchou para as cabeceiras do **Rio Catalan**. Resolvendo esperar ali o Inimigo destacou na noite do dia 2 de janeiro o Tenente Coronel **José Abreu** com quinhentos homens atacar **Artigas**, que se achava em distância de seis léguas. Ao amanhecer do dia 3 postou-se o Regimento de Dragões do **Rio Pardo** em um ponto d'onde podia socorrer o Tenente Coronel **Abreu**, e avisar o Exército dos movimentos que o inimigo fizesse pelo lado de **Santa Ana** em socorro de **Artigas**, que com efeito foi atacado no mesmo dia 3, e perdendo a sua forte posição, fugiu deixando entre os mortos o seu Ajudante de Ordens **S. Martin**. Da correspondência achada se conheceu que **La Torre** tinha positiva ordem de atacar o Exército Português. O Tenente Coronel **Abreu**, e o Regimento de Dragões reuniram-se ao Exército no mesmo dia 3 de janeiro. O General Marquês de

¹³⁷ João de Deus Mena Barreto.

¹³⁸ No original: Ybirocay

¹³⁹ Joaquim de Oliveira Álvares.

Alegrete esperando ser atacado ordenou que o Exército se pusesse em armas às três horas da manhã, e às quatro chegou efetivamente o Inimigo começando logo um vivo fogo de Artilharia.

Os Índios **Charruas** e **Minuanos** faziam esforços para roubar a cavallhada do Exército¹⁴⁰ enquanto a linha se aproximava em muito boa ordem, e procurava envolver a nossa posição, fazendo um ataque com mil e duzentos homens de Cavalaria ao flanco direito. Então ordenou o General Marquês de **Alegrete** ao Regimento de Dragões do **Rio Pardo**, e a um Esquadrão de **São Paulo** que carregassem enquanto o Tenente Coronel **Abreu** volteando o flanco inimigo o batia pela retaguarda. Esta carga combinada com um ataque de baioneta feita pela Infantaria de **São Paulo** foi o mais brilhante, e o Inimigo teve de ceder por esta parte. Contudo ele continuava com empenho [11r.] na esquerda, e reconhecendo o General Marquês de **Alegrete** este ataque ordenou que postassem cem homens de Infantaria em um bosque que cobria aquele lado para atrair a atenção do Inimigo enquanto ordenava a um Esquadrão de **São Paulo**, e ao da sua guarda que repentinamente carregassem. Tendo precedido o bem dirigido fogo de uma bateria [sic] d'Obuses fez-se esta carga com o maior denodo e acerto.

O Inimigo não pode então manter-se em posição alguma, e pôs-se em retirada. A Cavalaria do Tenente Coronel **Abreu** o perseguiu e ainda além de três léguas lhes fez mortos e prisioneiros. A nossa perda foi de oitenta mortos inclusivamente um Major, três Capitães, e um Tenente, e cento e trinta feridos, entrando neste número um Coronel, dois Tenentes Cononéis, e vários Oficiais. O Inimigo perdeu seiscentos homens digo seiscentos e quarenta mortos, duzentos e setenta prisioneiros, duas peças de Artilharia, uma bandeira, três caixas de guerra muitas armas; e munições, seis mil cavalos e toda a bagage, retirando-se os restos dispersos para o **Uruguai**.

O maior elogio que se pode fazer a esta batalha é o medo com que ficou **Artigas**, não ousando aparecer mais na fronteira do **Rio Pardo**. O Exército Português continuava as suas marchas na direção do **Uruguai**, o Inimigo aterrado passava para o outro lado, quando se recebeu participação que as Divisões de **Ortuguez** e **Frotuozo Ribeiro**[sic] se encaminhavam à fronteira do **Rio Grande** tendo entrado na Vila do **Serro Largo** e Forte de **Santa Teresa**. Os Oficiais Generais assentavam em conselho que convinha mais defender a Capitania do **Rio Grande** do que perseguir o Exército de **Artigas** que tinha fugido debandado, e que não podia ser alcançado, pela sua passagem além do **Uruguai**. A Capitania do **Rio Grande** devia considerar-se o grande armazém de recursos para os Exércitos que houvessem de manobrar na Província de **Montevidéu**, a qual talada por contínuas correrias no espaço de sete anos só conserva o terreno que produzia e alimentava as suas riquezas. Assentou-se portanto em fazer ocupar ao Exército um posto donde [11v.] pudesse de modo possível acudir à defesa da Capitania e este foi escolhido nas cabeceiras do **Rio Quaraf**. Cabe agora explanar os movimentos da Divisão de Voluntários de El-Rei, e do Inimigo entre o Mar e o **Rio Negro**.

A Divisão do General **Silveira** que se compunha de dois Esquadrões de Voluntários do **Rio Grande**, o Batalhão de Infantaria, e seis Companhias de Milícias da mesma fronteira, seiscentos homens de Cavalaria, e duzentos de Infantaria dos Voluntários d'El-Rei, e a Companhia de Artilharia montada do **Rio de Janeiro**, esteve estacionada na Vila de **Serro Largo** até ao dia 22 de novembro, que se pôs em marcha pela margem esquerda do **Rio Negro**. O General **Silveira** destacou um Corpo comandado pelo Tenente Coronel **Paiva** para a outra margem daquele rio, e

¹⁴⁰ Nota do autor: Já notei quanto essencial é este objeto na guerra deste País.

o Tenente Coronel **Pessanha**¹⁴¹ para o seu flanco esquerdo. Este encontrou no dia 4 de dezembro, junto ao **Arroio Pablo Paes**, ao Inimigo em número de seiscentos homens, comandados por **Ortuguez**. Depois de uma curta ação teve de retirar-se o Tenente Coronel **Pessanha** perdendo trinta e oito mortos, e vinte e dois feridos, retirando-se também o Inimigo em respeito à Divisão do General **Silveira**, que se aproximava. Este General mandou reunir então as partidas que tinha destacado, e aproximando-se ao **Rio de Santa Luzia**, encontrou o Inimigo em número de seiscentos homens comandados por **Frutuoso Rivera**¹⁴². É circunstância notável que este Chefe, querendo reunir-se a **Ortuguez** para opor assim maior força aos Portugueses, desoveram-se [sic] sobre precedência de comando, e **Frutuoso** ficou só com os que o queriam seguir. Teve portanto de retirar-se, e o General **Silveira** marchou em seu alcance dispondo os Corpos d'ataques em escalões. Como porém estes não conservassem as devidas distâncias para se poderem apoiar, pode o Inimigo por uma pronta volte face, atacar com vantagem o Esquadrão da direita comandado pelo Capitão **Sequeira**, que sofreu alguma perda. A Divisão [12r.] do General **Silveira** entrou no dia 4 de janeiro (1817) na povoação de **Minas**¹⁴³ sustentando continuamente na marcha tiroteios com pequenos Corpos que o Inimigo espalhava pela frente e flancos da Divisão. A de Voluntários de El-Rei com duzentos homens de Cavalaria de **São Paulo**, e Milícias do **Rio Grande** comandada pelo General **Lecor** marchava do Forte de **Santa Teresa** pela estrada da Costa do Mar. Em uma noite conseguiu o Inimigo surpreender uma guarda avançada de quarenta homens postada em **Castilhos**, porém o Marechal **Pinto** marchou em seus socorro, e o Inimigo teve de retirar-se levando apenas quatro prisioneiros.

O Inimigo projetava disputar o terreno passo-a-passo tomando posições na sua retirada. O Major de Voluntários do **Rio Grande Manuel Marques de Souza** tinha sido mandado com oitenta homens de Cavalaria a recolher algum gado e cavalos, quando o Inimigo em número de trezentos homens comandados pelo Capitão **Muniz**¹⁴⁴ se apresentou querendo disputar a passagem do **Rio Chafalote**. O Major **Marques** sem entender a diferença de número, mandou carregar e conseguiu dispersar o Inimigo que perdeu dezenove mortos, vinte prisioneiros, quatrocentos cavalos, muitas armas e espadas. O Inimigo teimoso no seu sistema, tomou posição junto ao **Arroio da Índia Morta**. O Marechal **Sebastião Pinto**¹⁴⁵, com a vanguarda conseguiu bater este Corpo que era de novecentos homens comandados por **Frutuoso Rivera**. Sem mais oposição entrou o General **Lecor** em **Maldonado**, aonde se achava já a Esquadra Portuguesa comandada pelo Chefe de Divisão **Rodrigo Lobo**. A praça de **Montevideu** que era o alvo das operações por este lado, estava comandada por um paisano, **Miguel Barreiro**, e guarnecida por duzentos soldados negros e alguns do Corpo de Cívicos, que mal compunham uma guarnição de quatrocentos homens; neste estado sem Artilharia e Engenheiros, o que seria esta praça para a Divisão de [12v.] Voluntários d'El-Rei como fazia ela o arremedo de **Badajos**, **Ciudad Rodrigo**, e **S. Sebastião**? Parece a quem não está iniciado em Ordens ou motivos atendíveis que houvesse que conviria espalhar pela campanha Colunas móveis que acabassem de derrotar os Corpos Inimigos muito principalmente depois dos acontecimentos de **Catalan**, e **Índia Morta**. Não sucedeu assim, o General **Lecor** ordenou ao General **Silveira** que se lhe reunisse com a sua Divisão e juntamente marcharam para **Montevideu**.

¹⁴¹ No original: Pessanha. Manuel Antônio Pessanha.

¹⁴² No original: Frutuoso Ribeiro.

¹⁴³ República Oriental do Uruguai.

¹⁴⁴ Julian Muniz.

¹⁴⁵ Sebastião Barreto Pereira Pinto.

No **Arroio de Sauce** adiantando-se demasiadamente a vanguarda, comandada pelo Capitão de Voluntários de El-Rei **F. Siqueira** foi batida pelo Inimigo comandada pelo Capitão **Venancio**. O desprezo do Inimigo, que recai sempre em prejuízo dos temerários e descuidados causou este dezar [sic] que foi geralmente sentido. **Barreiros** com a guarnição de **Montevideú** fez o que se devia esperar de sua pequena força e absoluta ignorância da defesa das praças, abandonou-a e foi unir-se a **Frutuoso Rivera**, e **Thomaz Garcia** no **Rio de Santa Luzia**.

O General **Lecor** aproximou-se e entrou em **Montevideú** no dia 20 de janeiro de 1817 recebendo as chaves da Praça das mãos do Cabildo e mais autoridades que o esperavam. A entrada foi sumamente brilhante, e o Povo repartiu os seus aplausos entre S.M.F.¹⁴⁶ e S.M.C.¹⁴⁷ Os Corpos de guerrilhas do Inimigo, que tinham sempre marchado hostilizando o Exército, bloquearam a praça de tal maneira, que foi impossível toda a comunicação por terra. O Governador de **Buenos Aires** não podia deixar de ver com ciúme a marcha do Exército Português. Um grande partido se levantou pedindo a guerra, porém o Diretor supremo do Governo, **Puirredon**, limitou-se a mandar um Emissário ao General **Lecor** pedindo-lhe explicações sobre a marcha, e tais foram, que as relações tomaram um caráter pacífico, fazendo-se até comércio com **Buenos Aires** que tem exportado para **Montevideú** [13r.] trigo e mais gêneros de abastecimento. O General Marquês de **Alegrete** vendo-se sem a cooperação das Colunas que marchavam para **Montevideú**, pensou ligar as suas operações com as daquela Província, que enquanto o Exército marchava [a] atacar **Artigas**, passa-se ao lado ocidental do [Rio] **Uruguai**, e que bate-se alguns Corpos Inimigos que haviam nas **Missões** tirando-lhes todos os recursos, e livrasse o distrito de **Correntes** do domínio de **Artigas**. Estes golpes combinados com a independência do distrito de **Santa Fé**; e com o resultado da Batalha de **Catalan**, eram mortais para **Artigas**, que perdia assim os seus melhores recursos da Província d'**Entre-Rios**, e a comunicação do **Uruguai**. Porém o Exército parou na sua marcha pelas razões, que já notei; e assim só teve lugar a passagem do **Uruguai** no dia 24 de fevereiro por quinhentos homens comandados pelo Brigadeiro **Francisco das Chagas Santos**. Estas Tropas bastaram para afugentar todos os Corpos Inimigos e fazer o saque geral dos **Povos de Missões Ocidentais**, que além de muitos cavalos e gado consistiu em mais de cinquenta arrobas de prata, que se achava em depósito, e pouco mais de um conto de réis em dinheiro, que se repartiu pela Tropa. Como porém o Brigadeiro **Chagas** se destinasse unicamente a um golpe de mão, não podendo avançar as suas operações pela falta de apoio no **Uruguai**, teve de repassar este Rio tendo a mortificação de não poder anuir às súplicas dos Correntinos que lhe pediam auxílio de Tropas para se livrarem do poder de **Artigas**. Este Chefe depois da derrota que sofreu em **Catalan**, estabeleceu-se na **Purificação** sobre o **Uruguai**, e ali fez reunir os restos de seu dispersado Exército; e pôs a sua vanguarda de trezentos homens, comandada pelo Coronel **Verdun** nas imediações da Vila de **Belém**. O Tenente General **Curado** incumbiu o Capitão de Milícias **Bento Manuel**, que com noventa homens marchasse a surpreendê-la. Este Oficial houve-se tão bem, que conseguiu executar a ordem, aprisionando [13v.] ao dito Coronel **Vendum**, e todo o Corpo do seu Comando. Soldados que marcham mais de vinte léguas a surpreender um Corpo tripulo em número Comandado por um Chefe de conceito são os únicos, que podem fazer a guerra com vantagem neste país. Não quero dizer que eles são os melhores Soldados, confesso que se eles se vissem na linha de um Exército na

¹⁴⁶ Sua Majestade Fidelíssima.

¹⁴⁷ Sua Majestade Católica.

Europa eles teriam por encanto a harmonia de movimentos que em poucas horas destrói uma massa de cem mil homens, o seu valor natural se veria, subordinado às regras da Tática, entretanto aqui de tudo lhe serve, porque os combates geralmente se tornam parciais depois do primeiro choque. O General **Lecor** que se via rodeado de guerrilhas inimigas fez uma saída da Praça até ao **Passo do Coelho no Rio de Santa Luzia**, porém como o Inimigo não aceitou ação voltou o General **Lecor** podendo meter na Praça algum trigo. O General **Sebastião Pinto**¹⁴⁸ foi ao **Rio de Janeiro**, e lá organizou uma Divisão Ligeira de dois mil e quatrocentos homens, composta de Milicianos de **Curitiba**, e **São Paulo**, o Batalhão de **Henriques**¹⁴⁹ do **Rio de Janeiro**, e alguns Milicianos de **Santa Catarina**. Esta Divisão vindo pela Ilha de **Santa Catarina**, marchou para o **Rio Grande** no mês de janeiro de 1818. Então formou o General **Lecor** um plano (3) de operações que não chegou a realizar-se, e o General **Sebastião Pinto** marchou com a sua Divisão para **Montevidéu** sem acontecimento notável. Por este tempo reforçou-se a nova Esquadra com algumas barcas canhoneiras e embarcações pequenas que se compraram para armar em guerra. Depois de ano e meio de guerra, e das operações dos Generais **Lecor**, **Silveira**, e **Pinto** achavam-se as coisas quase no estado do princípio. **Artigas** estava sobre o **Uruguai** podendo fazer o comércio dos Estrangeiros que lhe davam armas em troca de couros e sebo, e com uma força tal que até dispunha para fazer a guerra a **Buenos Aires**; **Frutuoso Rivera** e **Ortúñez** bloqueavam estreitamente a Praça [14r.] de **Montevidéu**, a fronteira da Capitania do **Rio Grande** em contínuos rebates, e tudo fazia um sistema de guerra totalmente ruinoso a nosso respeito. A diferença de pagara a dez mil soldados contra a sobriedade de homens, que pouco exigem, pela sua educação, pela pobreza do seu partido, e pelo entusiasmo revolucionário devia formar na continuação deste sistema de guerra um vácuo espantoso nas finanças. Não quero com isto tocar na bem merecida reputação dos Generais que têm conduzido as operações, porque até trairia a mim mesmo indo contra a Comissão em que estou dos seus distintos merecimentos tão acreditados na guerra da Península, mas quero vogorizar [sic] o meu sistema de que a guerra neste país exige uma educação particular que principalmente se funda na destreza do manejo das Armas a Cavallo, e na sobriedade. Como poderá um Soldado Europeu valente e disciplinado usar das armas montado em um cavalo sem ensino, e que não conhece os toques que o Soldado lhe aplica! Como poderá este Soldado viver muitos meses alimentando-se unicamente de carne, muitas vezes até sem sal! Só o tempo e exercício lhe dará qualidades tão necessárias para unir ao valor e disciplina que já tem.

Era conveniente fazer ao Inimigo uma guerra mais direta, e mais ativa, e portanto ordenou o General **Lecor** ao General **Curado**, que marchasse com a sua Divisão [a] atacar **Artigas**. Esta Divisão pôs-se em marcha no dia 20 de março (1818) e chegou ao **Rio Ararangá** sem ser pressentido pelo Inimigo. Ali começaram [a] aparecer algumas pequenas partidas que pretendiam reconhecer a força da Divisão, mas que foram sempre afugentadas ou aprisionadas. Esta sorte teve um célebre partidário Inimigo **La Valhega**¹⁵⁰ [sic], comandante da vanguarda d'**Artigas**, depois da prisão de **Verdun**. **Artigas** abandonou a Vila da **Purificação** em que fazia o seu Quartel General indo postar-se além do **Rio Guabijú**, e a Divisão entrou [14v.] sem resistência no dia 9 de abril. O General **Curado** destacou o Marechal **João de Deus** com mil homens em seguimento do Inimigo. O Marechal encontrou a vanguarda que era de quatrocentos homens com uma peça de Artilharia, e por uma

¹⁴⁸ Sebastião Pinto de Araújo Corrêa.

¹⁴⁹ No original: Enriques

¹⁵⁰ Lavalleja

surpresa aprisionou todo este Corpo. **Artigas** começou então um desordenada fuga, e uma vida errante. Em cada seis dias muda de posição, e só confia à sua pessoa a guarda de vinte homens escolhidos. Recolhendo-se a Divisão do Marechal **João de Deus**, foi destacado o Marechal **Oliveira** que não podendo alcançar o Inimigo na sua fuga recolheu-se trazendo muito gado e cavalos, e algumas famílias, que buscavam a proteção da Divisão Portuguesa.

A este tempo tinha mandado o General **Lecor** entrar no **Uruguai** algumas embarcações pequenas que chegaram à **Sandú**, tendo sofrido o fogo de três baterias que o inimigo tinha formado na margem do Rio. O General **Curado** mandou o Capitão **Bento Manuel**¹⁵¹ com quatrocentos homens a destruir estas baterias que não só estorvavam a cooperação das Embarcações de guerra mas o auxílio de víveres nas mercantes. O Capitão **Bento Manuel** atacou a principal que estava guarnecida por trezentos homens e Comandada pelo Coronel **Aguar** que foi feito prisioneiro com todo o Corpo do seu Comando. O Inimigo abandonou as outras baterias, e retirou-se para a Vila do **Arroio da China**, aonde se achava o Capitão **Ramires** com quatrocentos homens.

Igualmente fugiu este Corpo ao aproximar-se a partida Portuguesa apesar de estar com o orgulho de uma vitória, que poucos dias antes tinha alcançado sobre as Tropas de **Buenos Aires** em **Santa Fé**. A presa feita no **Arroio da China** foi de oito peças de Artilharia de bronze, 900 armas, 500 espadas, muitas pistolas e pólvora, e 2:700 pesos em dinheiro. O Coronel dos Índios **Domingos Manduré** [15r.] desertou com o seu partido do serviço de **Artigas** apresentou-se ao General **Curado** e já se acha hostilizando o Inimigo. O General **Lecor** mandou ocupar a **Colônia** por 500 homens comandados pelo General **Pinto**, que derrotou o Insurgente **Encarnação**, que com duzentos homens pretendia hostilizar aquele ponto. Igualmente estão ocupadas as posições das **Mercês S. Domingos Soriano**, e **Rincão das Galinhas**.

Os contínuos revezes não têm desenganado o Inimigo. Teimoso em uma defesa obstinada cuida em formar reuniões por toda a parte, e os habitantes que não têm já sucumbido na luta, ou que não têm tido a resolução de abandonar os eus Corpos continuam a ser vítimas do sistema desesperado e egoísta dos Chefes **Artigas** e **Frutuoso Rivera**. Uma destas reuniões de que era Chefe o Capitão **Delgado** foi batida e dispersada nos fins de julho pelo Capitão de Guerrilhas **Bento Gonçalves**¹⁵², que além de 20 prisioneiros muitas armas e espadas tomou 700 cavalos. Ao mesmo tempo destacou o Tenente General **Curado** o Capitão **Bento Manuel** com 500 homens para surpreender **Artigas**, que se achava na margem do **Quegnay** com 600. O Capitão **Bento Manuel** conseguiu bater completamente este Corpo, tomando as duas únicas peças de Artilharia que tinha o Inimigo, e fazendo-lhe cem prisioneiros, e o mesmo **Artigas** o seria, se repentinamente não aparecesse **Frutuoso Rivera** com 300 homens de Cavalaria.

O Capitão **Bento Manuel** em atenção à diferença de numero e ao cansaço da Tropa e dos cavalos, marchou em retirada, porém como o Inimigo o perseguia muito de perto teve de abandonar as peças de Artilharia, que tinha tomado depois de as encravar, e sem mais perda se recolheu à Divisão, sendo para sentir que imediatamente não saísse uma força capaz de atacar aqueles 800 homens, porque assim ficaria aniquilado o único corpo forte que resta ao Inimigo. O inverno que tanto influi nas forças dos cavalos, e por isso nas operações da campanha [15v.] obsta por ora a ambos os partidos que elas persigam com mais atividade. A Divisão

¹⁵¹ Bento Manuel Ribeiro.

¹⁵² Bento Gonçalves da Silva.

do General **Curado** abrigou-se nas margens do **Rio Daiman**, e o Inimigo nas do **Rio Salsipuedes**. Depois de tantas ações gloriosas ao nome Português resta o desaire do dano que sofre o comércio costeiro pelos Corsários aventureiros a quem **Artigas** deu Cartas de Marca. Medidas rigorosas se necessitam a este respeito para que nem mais vingue a rebelião, nem mais sofra a fidelidade e patriotismo dos habitantes desta Capitania.

Nº 1

Cópia¹⁵³

De la carta dirigida al Ex^{mo} Sn Dⁿ **Santiago Lienirs e Bremon**¹⁵⁴ [sic] Birrei [sic] Gobernador e Cap^m Gen^{al} de estas Provincias por la S^{ra} Infanta D^a **Carlota Joaquina de Borbon**, i contestaciones, confidencial i de Oficio.

La fidelidad i particular adhesion, q.~ sempre has manifestado a mi Augusto Padre, i demas individuos de mi Real Familia, me constituim en la firme esperanza, que proseguirás com la misma exactitud q.~ siempre há distinguido tus meritos i servicios, los que en mi concepto son de tanta concideracion, que me ham movido a enviarte los actos publicos, que los otros encargados de la asministracion publica recibiram por el conducto regular i ordinario, i adecorte al mismo tiempo, que será de mi aprobacion el tener contestacion tuia, en mio tempo, no devaré de aprovechar las ocasiones que se me presenten para renumerar la lealtad i honor, que te hacen recomendable, como i tambien la de aquellos tus subordinados, que jusgues dignos de mi estimacion, i confianza.

Rio de Janeiro a los 27 de Agosto d'1808

Tu afecionada
La Princesa Dona **Carlota Joaquina de Borbon**.

[versão portuguesa]

Nº 1

Cópia

Da carta dirigida ao Exmo. Sr. D. **Santiago Liniers y Bremond**, Vice-rei, governador e Cap. General destas Províncias, pela Sra. Infanta D. **Carlota Joaquina de Bourbon** e contestações, confidencial e de ofício.

A felicidade e particular adesão que sempre has manifestado a meu Augusto Pai e demais indivíduos de minha Real Família, me constituem na firme esperança que prosseguirás com a mesma exatidão que sempre há distinguido teus méritos e serviços, os que em mei conceito são de tanta consiedação, que me não movido a enviarte os atos públicos, que os outros encarregados da administração pública pela conduta regular e ordinária, e por isso ao mesmo tempo, que será de minha aprovação o ter resposta tua, em meu tempo não deixarei de aproveitar as ocasiões que se me apresetem para renumerar a lealdade e honra, que te fazem recomendável, como também a de aqueles teus subordinados que julgues dignos de minha estima e confiança.

Rio de Janeiro, aos 27 de Agosto de 1808

¹⁵³ As cópias da correspondência em espanhol apresentam muitos erros de escrita. A versão para a língua portuguesa é especial gentileza do Dr. Luiz Carlos Duarte.

¹⁵⁴ Santiago Liniers e Bremond.

Senhora. Mal me permire mi enagenamiento contestar dignamente al singular favor de V.A.R.¹⁵⁵ por la honra con que me distingue, i se sirve exaltar mis cortos meritos. Yo Senhora no crei en quanto he efectuado Felismente al servicio de vuestros Augusto Abuelo, Padre i Hermano, haber hecho mas que lo que me preescribia la obligacion de hum Oficial de honor , amante i agradecido, ala Magestad que lo protegia, i ala nacion generosa que lo adopto entre sus hijos, i lo incorporó a su primer cuerpo nacional, quando apenas [16v.] se desplegaban en el los primeros raios de la rason, pero si a demás de estos estímulos, hubiera podido prometer-me [sic] en tan estimable i preciozo premio de mis servicios como el de merecer de berlos aplaudidos de manos de V.A.R. no sé a que grado hubiera llegado mi entusiasmo. Viva V.A.R. persuadida, que la mas dolorosa privacion que tengo experimentado en esta extrema epoca, há sido sem duda el verme impedido por las circunstancias de tributale directamente los testimonios de mi lealtad i respecto, i que la Carta de V.A.R. me há puesto en situacion, de no apetercer, ia outra cosa que allar ocasiones de sacrificarme hasta el ultimo aliento, para el servicio de V.A.R. i de su Augusta Caza; esperando que el todo poderoso obligado por los altos meritos, que la caraterisan no há de permitir de que pase mas tiempo, sin que su Divina Justicia la vengue de su perfido enemigo, i que los Reinos de **España i Portugal**, sean restituidos a sus legitimos Soberanos, tanto mas dignos de la Corona que adornan sus sienes, i de haser la felicidad de sus Vassallos, que si sus virtudes fuesen capases de maior exaltacion, la hubieran conseguido en la grave prueba de la adversidad. V.A.R. se imponderá por la adjunta ralacion del estado de los negocios de estas provincias, como de la fidelidad e energia de sus moradores, de quienes se puede decir, que sin otros recursos que los de la providencia, i de su lealtad, han dado pruebas irrefragables que no hai sacrificio de qui no sean capaces en defensa de su Soberano, de la Religion, i de la Patria. Dios prospere la Vida de V.A.R. dilatados annos, como lo desea fervorosamente.

De V.A.R.
El mas agradecido i humilde Sudito
Santiago Leniers[sic - Liniers]

Buenos Aires a 13 de Obr^a 1808

[versão portuguesa]

Senhora. Mal me permitirei meu alheamento contestar dignamente ao singular favor de V.A.R. pela honra com que me distingue e serve para exaltar meus curtos méritos. Eu, Senhora, não acreditei quanto tenho efetuado a serviço de vosso Augusto Avô, Pai e Irmão, haver feito mais do que prescrevia a obrigação de um oficial de honra, amante e agradecido à Majestade que o protegia e à nação generosa que o adotou entre seus filhos e o incorporou em seu primeiro corpo nacional, quando apenas [16v.] se despregavam os primeiros raios da razão, mas se além desses estímulos tivesse podido prometer-me em tão estimável e precioso prêmio de meus serviços como os de merecer de vê-los aplaudidos de mãos de V.A.R. nem sei a que grau tivesse chegado meu entusiasmo. Viva V.A.R.

¹⁵⁵ Vossa Alteza Real.

persuadida, que a mais dolorosa privação que tenho experimentado nessa extrema época, tem sido sem dúvida o ver-me impedido pelas circunstâncias de tributar-lhe diretamente os testemunhos de minha lealdade e respeito; e que a carta de V.A.R. me pôs em situação de não apeteer já outra coisa que achar situações de sacrificar-me até o último alento, para o serviço de V.A.R. e de sua Augusta Casa; esperando que o todo poderoso obrigado pelos altos méritos, que a caracterizam não há de permitir que se passe mais tempo, sem que sua Divina Justiça a vingue de seu pérfido inimigo e que os Reinos de **Espanha e Portugal** sejam restituídos a seus legítimos Soberanos, tão mais dignos das coroas que adornam suas cabeças e de fazer a felicidade de seus Vassallos, que se suas virtudes fossem capazes de maior exaltação, a haviam conseguido na grave prova da adversidade. V.A.R. haverá de impor-se pela adjunta relação do estado dos negócios destas províncias como de felicidade e energia de seus moradores, de quem se pode dizer, que sem outros recursos que os da Providência, e de sua lealdade, têm dado provas irrefutáveis que não há sacrifício de que não sejam capazes em defesa de seu Soberano, da Religião e da Pátria. Deus prospere a Vida de V.A.R. dilatados anos, como o deseja fervorosamente.

De V.A.R.
O mais agradecido e humilde Súdito
Santiago Liniers¹⁵⁶

Buenos Aires em 13 de Outubro 1808
[17r.]

Senhora. Habiendo ce [sic] recibido en los primeros dias del mez proximo pasado de Agosto, Ordenes de Oficio ralativas a la exaltacion al trono de S.M. el Senhor Principe D. **Fernando**, por renuncia he cha[sic] en su persona por su Augusto Padre el Senr D. **Carlos 4º** com las Reales Cédulas del Concejo de **Indias**, comonicando nos[sic] tan pausable noticia, en la forma acostumbrada i arreglo a las Leies, mandando-nos[sic] se proclamace i jurace en estos Dominios, comuniqué las Ordenes correspondientes a los tribunales, para que asi se cumplice i se determinó primero para el dia 12 ise anuncio por bando¹⁵⁷, haciendo-ce[sic] tanto mas grato, i de feliz i pronostico el citado dia, por ser el del aniversario de la reconquista; pero a representacion del Alferes Real, determiné el deferilo hasta el 31 para dar tiempo amás suntuoso preparativo, i aq.~ se acuñasen las medallas, que por extraordinario se havian mandado fabricar a la caza de moneda de **Chile**; pero el 13 llegó um Emisario fracez com varios pliegos para mi; i para todos los Hefes de la **America**, algunos de los Ministros de guerra i haisenda [sic] de **Espanña**, e otros del Emperador de los franceces comunicando-me [sic] unos i otros, que hallandoce toda la Familia Real de la Corte de **Madrid**, reunida en **Baiona** de **Francia**, el S^r **Carlos 4º** habia protestado contra su renuncia o abdicacion al trono la adhesion del S^r Dⁿ **Fernando** ala voluntad de su Padre, quem suponía haber sido Forsado, i que formalizada esta nueva permuta sancionada por solo el código **Napoleon**, el digno Uso que hacia de la Corona de **Espanña**, era el decederla en toda propiedad al Emperador **Bona parte[sic]**, quien com el mismo derecho la delegaba a su hermano **Josef** Rey de **Napoles**, q~ por momentos se esperaba en **Baiona**, en cuja ciudad se debian juntar las Cortes para sancionar este nuevo Ordem de succion a la Corona de **Espanña** a la que renunciaban el Rei Dⁿ **Fernando** ilos Señores infante D. [17v.] **Carlos** e D. **Antonio**. Que un uzurpador usando del derecho de la fuerza derribe un

¹⁵⁶ No original: Santiago Leniers.

¹⁵⁷ Edital.

potentado de su Trono qualquiera lo comprehende, como de q~ hum facineroso sorprendiendo al incauto viajante amenasando su vida lo despoje de sus bienes q~ este lhe cede mal de su agrado, son echos de que el teatro del mundo abunda: pero q~ el usurpador, i de saltiador, quieran dar una forma legal, el primero a su ozurpacion i el segundo a su latrocinio, dando por supuesto la libre i espontanea voluntad de ambos, es hum echo, q~ carece de exemplar.

Al anuncio de la llegada de un Deputado Frances com pliegos de su govierno, aum q~ bien remoto de lo peregrindo de sus contenios, no quise, por un miro efecto de precacion, ni recibir el tal enviado, ni menos abrir los pliegos, sin la prezencia de los Señores Fiscales, Oidor, Subdecano, Alcalde, i el primer Regidor de la ciudad: com los pliegos del Emperador venian, como apxrecé arriba unos de nuestro Ministro de guerra. O'Farrill¹⁵⁸, i otros del de hacienda Asanza, confirmando en parte lo q~ me decia el Emperador, i una particular de este ultimo, aconsejandome me conformace al nuevo Ordem de cozas, por ser vantajozas a la Nacion, i la opinion de la generalidad de los hombres sensatos de ella.

El Emperador en su Carta, despues de lacerme mil ofertas allaquenas¹⁵⁹[sic], me hacia responsable de las rezultas.

Hombre vil i infame, acostumbrado averte [sic] rodeado de aduladores; los españoles te enseñaram, que no esto [sic – es lo?] mismo combatir contra tropas mercenarias, que contra una nacion energica, i elevada al colmo de la indignacion, i amor patriotico: los verdaderos Franceces, por quienes has adquirido tus glorias, quando tus guerras eran justas, i se han sometido a ti, p^a huir de la anarquia seran los primeros [18r.] a abandonarte, llenos de rubar de haber visto el trono de sus legitimos Soberanos prostituido i ocupado tanto tiempo por hum extrangero, cuia inmoralidad i baxeza corresponde a su extirpe. V.A.R. tendrá la bondad de dispençar este desahogo de mi lealtad; i vuelvo a tornar el ilo [sic] de mi narracion. Yo i todos los Magistrados, que me acompanaban nos llenamos de indignacion, al oir semejante atentado a los derechos mas sagrados, i a una Felonia sin exemplar; contesté al emisario, que mientras que no tubiece mas ordenes que las del Emperador, no podia inovar nada, a las que me estaban comunicadas, por las unicas autoridades a que debia obedecer: que en quanto a los socorros de toda clace que me ofrecia S.M. Imperial, solo admitiria los que consistiesen en armas, municiones, i tropas españolas; i habiendose juntado al dia siguiente el tribunal pleno de la Audiencia, i coerpo municipal, fueron de parecer unanimes, el que mi contestacion al Emperador, fuese la misma, por escrito, que la q~ habia dado verbal, al enbiado, que apresuracemos la Jura del S^r Dⁿ **Fernando 7^o**, i que al publico se lediese a entender lo que expresa la proclama, que acompaño el N^o 1^o é prefixado el dia 21 para la Jura; la que efectivam.¹⁶⁰ se celebró el dia senalado, se canto al siguiente la Missa de gracias i *Te-Deum* todo com el mas singular regocijo i entusiasmo del publico; i el dia 23 llegó a esta Capital el Brigaiel D. **Josef Goieneche**¹⁶⁰, diputado dela Junta Suprema Nacional convocado en **Sevilla**, anunciando que la Nacion em masa, se habia lebandado, proclamando **Fernando 7^o** i protestando, q~ mientras hubiece en **España** una gota de sangre española, no consentiria una dominacion extraña, que ia 400\$¹⁶¹ hombres estaban sobre las armas, para sostentar tan justa cauza.

Entre los varios papales de Proclamas i disposinsiones gubernativas i preventivas que traxo el Brigadiel [18v.] diputado, venia el que acompaño com el N^o

¹⁵⁸ No original O Farril. D. Gonçalo O'Farrill.

¹⁵⁹ halagueñas.

¹⁶⁰ Goyenneche.

¹⁶¹ 400 mil.

2ª en que la Nacion declara la guerra al Emperador de los Franceces i sus sequaces, i la paz i union com la **gran Bretanha**, estrectando los vinculos de amistad, i causa comum com la Corona de **Portugal**. etc. etc. cuio bando mandé publicar immediatam.¹⁶² en esta Capital, i las demas de la jurisdiccion de este Virreinato de mi mando, como consta de la Copia que aparece com el N° 3º todo esto iba a comunicar a V.A.R. por da misma goleta que trajo de la Metropoli al Brigadiel **Goieneche**, pero que por un accidente acaecido a esta embarcacion en uno de los fuertes temporales, que se han experimentado desde su llegada hasta pocos dias a esta parte, no pudo tener efecto.

En este intervalo he recebido el oficio que acompaño en el N° 4º del Mariscal de Campo D. **Joaquim X.^{er} Curado**¹⁶², quien despues de haver permanecido mas de dos mezes en la plaza de **Montevideo** sin ningunas credenciales de V.A.R. las acababa de recibir por conducto de Ministro de relaciones exteriores D.ⁿ **Rodrigo de Souza e Coitinho** [sic], en que se adelanta a hacerme unas propuestas tan actentativas al derecho Natural, i de Jentes, i tan contradictoras com lo que se digna V.A.R. comunicarme, que sin este apreciable requisito, huberia [sic] tomado semejante insinuacion, por una formal declaracion de guerra; pero dos cosas me persuado, i D.^{on} **Joaquim Xavier** obró por instrucciones anteriores, a las ocurrencias del dia, ó tomo sobre si un procedim.¹⁰ tan intempestivo, por cuio motivo i por otros de su facilidad, en dar credito a unas congeturas tan atroces, como infundadas sobre mi lealtad, me obligan a contestarle que puede seguir su determinacion de retirarse no queriendo entenderme mas que com V.A.R. directamente [19r.] ó com otros de sus subditos, menos faciles en preocuparse de ideas falças é injuriosas a un Xefe, cuio acrisolado honor i providad no necesitan mas apologia que sus propios hechos.

En quanto al temor de la proclamas de V.A.R. i del Senr. Infante D.ⁿ **Pedro**, tengo el honor de contestarle que despues de haver jurado la Magestad del S.^r D.^{on} **Fernando 7º** i reconocido la Junta, Suprema de **Sevilla**, quien lo presenta, nada se puede innovar, a nuestra presente constitucion sin su acurdo: q~ todos los habitantes de estas Provincias, se hallan llenos de entusiasmo i de amor a su legitimo Soberano; i mui dispuestos i aparejados, para sostener sus justos derechos, contra el comum enemigo, i defender la integridad de sus Dominios, como de coadjuvar com todas sus fuersas solas, o combinadas com sus nuevos aliados, a este honroso fin: cuia apreciabl [sic] dedicacion es el mejor garante a V.A.R. de su lealtad i propencion en seguir en estos mismos sentimientos i subordinacion al Principe que por orden de sucecion la providencia destinace para mandalos. Nuestro S.^r guarde la importante Vida de V.A.R. dilatados annos. **Buenos Aires** 13 de 7br.º de 1808.

Señora
A R P.

De
V.A.R.

Santiago Lieniers

[versão portuguesa]

Senhora. Tendo-se recebido nos primeiros dias do mês próximo passado de Agosto, Ordens de Ofício relativas à ascensão ao trono de S.M. o Senhor Príncipe D. **Fernando** por renúncia feita em sua pessoa por seu Augusto Pai, o Sr.

¹⁶² Joaquim Xavier Curado.

D. **Carlos IV**, com suas Reais Cédulas do Conselho das **Índias**, comunicando-nos tão auspiciosa notícia, na forma de costume e respeito às Leis, mandando-nos se proclamasse e jurasse nestes Domínios, comuniquei as Ordens correspondentes aos tribunais, para que assim se cumprisse e se determinou primeiro para o dia 12 e se anunciou por bando, fazendo-se assim tanto mais grato e de feliz prognóstico o citado dia, por ser o aniversário da reconquista; mas por representação do Alferes Real, determinei deferi-lo até o dia 31 para dar tempo a mais suntuoso preparativo, e que se cunhassem medalhas, que extraordinariamente se haviam mandado fabricar na Casa do Moeda do **Chile**; mas a 13 chegou um Emissário francês com vários papéis para mim; e para todos os chefes da **América**, alguns dos Ministros de Guerra e Fazenda da **Espanha**, e outros do Imperador dos franceses, comunicando-me uns e outros, que achando-se toda a Família Real da Corte de **Madri**, reunida em **Baiona**¹⁶³ de **França**, o Sr. **Carlos IV** havia protestado contra sua renúncia ou abdicação ao trono e a adesão do Sr. D. **Fernando** à vontade de seu Pai, quem supunha haver sido forçado, e que formalizada essa nova permuta sancionada somente pelo código **Napoleão**, o digno Uso que fazia da Coroa da **Espanha**, era o de ceder em toda a propriedade ao Imperador **Bonaparte**, quem com o mesmo direito a delegava a seu irmão **José**, Rei de **Nápoles**, quem por momentos se esperava e **Baiona**, em cuja cidade se deviam reunir as Cortes para sancionar essa nova Ordem de sucessão à Coroa de **Espanha**, a qual renunciavam El Rei D. **Fernando** e os Senhores infante D. [17v. **Carlos** e D. **Antonio**. Que um usurpador usando do direito da força derrube um potentado de seu Trono qualquer o compreende, como que um facínora surpreendendo ao incauto viajante ameaçando sua vida o despoje de seus bens que este lhe cede mal de seu agrado, são fatos de que o teatro do mundo abunda; mas que o usurpador, e o salteador, queiram dar uma forma legal, o primeiro à sua usurpação, e o segundo à seu latrocínio, dando como certa a livre e espontânea vontade de ambos, é um fato que carece de punição.

Ao anúncio de chegada de um Deputado Francês com documentos de seu governo, ainda que *bien remoto de lo peregrindo de sus contenidos* [sic], não quis, por um mero efeito de precaução, nem receber o tal enviado, nem mesmo abrir os documentos, sem a presença dos Senhores Fiscais, Ouvidor, Subdecano, Alcaide, e o primeiro Regedor da cidade: com os papéis do Imperador vinham, como expressei acima, um de nosso Ministro de guerra. **O'Farrill**, e outros do da Fazenda Asanza, confirmando em parte o que dizia o Imperador, e uma particular deste último, aconselhando-me me conformasse com a nova Ordem das coisas por serem vantajosas para a Nação e à opinião da generalidade dos homens sensatos a respeito dela.

O Imperador em sua Carta, depois de fazer-me mil ofertas atrativas, me fazia responsável pelos resultados.

Homem vil e infame, acostumado a ver-se rodeado de aduladores; os espanhóis o ensinaram que não é o mesmo combater contra tropas mercenárias, que contra uma nação enérgica e levada ao cúmulo da indignação e amor patriótico; os verdadeiros franceses por quem tens adquirido tuas glórias, quando tuas guerras eram justas e se submeteram a ti para fugir da anarquia serão os primeiros [18r.] a abandonar-te, cheios de roubar, de haver visto o trono de seus legítimos Soberanos prostituído e ocupado tanto tempo por um estrangeiro cuja imoralidade e baixaza corresponde à sua estirpe. V.A.R. terá a bondade de desculpar esse desabafo de minha lealdade; e volto a tomar o fio de minha

¹⁶³ Bayonne.

narração. Eu e todos os Magistrados, que me acompanhavam nos enchemos de indignação, ao ouvir semelhante atentado aos direitos mais sagrados, e uma traição sem exemplar, respondi ao emissário, que enquanto não tivesse mais ordens que as do Imperador, não podia inovar nada, as que me comunicaram pelas únicas autoridades a que devia obedecer: que quanto aos auxílios de toda espécie que me oferecia S.M. Imperial, só admitiria os que consistissem em armas, munições e tropas espanholas; e tendo-se reunido o tribunal pleno de Audiência, e corpo municipal, foram de parecer unânimes, e que minha resposta ao Imperador fosse a mesma, por escrito, que havia dado verbal, ao enviado, que apresentamos o Juramento do Sr. D. **Fernando VII**, e que a público se lhe desse a entender o que expressa a proclamação que acompanha a de Nº 1º, é fixado o dia 21 para o juramento; a que efetivamente se celebrou no dia assinalado, se cantou a seguir a Missa de graças e *Te Deum* tudo com o mais singular regozijo e entusiasmo do público; e no dia 23 chegou a esta Capital o Brigadeiro D. **José Goieneche**, deputado da Junta Suprema Nacional convocado em **Sevilha**, anunciando que a Nação em massa se havia levantado, proclamando **Fernando VII** e protestando que enquanto houvesse na **Espanha** uma gota de sangue espanhol, não aceitaria uma dominação estranha que já 400.000 homens estavam sobre as armas para sustentar tão justa causa.

Entre os vários papéis de Proclamas e disposições governativas e preventivas que trouxe o Brigadeiro [18v.] deputado vinha o que acompanhou o de Nº 2º em que a Nação declara guerra ao Imperador dos franceses e seus sequazes, e a paz e a união com a **Grã-Bretanha**, estreitando os vínculos de amizade, e causa comum com a Coroa de **Portugal** etc. etc. cujo edito mandei publicar imediatamente nesta Capital, e as demais da jurisdição deste vice-reinado sob meu comando, como consta da cópia que aparece com o Nº 3º, tudo isso ia comunicar a V.A.R. pela mesma escuna que trouxe da Metrópole o Brigadeiro **Goieneche**, mas que por um acidente sucedido a esta embarcação em um dos fortes temporais que aconteceram desde a sua chegada há poucos dias, não pode ter efeito.

Neste intervalo recebi o ofício que acompanhou o de Nº 4º do Marechal de Campo D. **Joaquim Xavier Curado**, que depois de ter permanecido mais de dois meses na praça de **Montevideu** sem qualquer credencial de V.A.R. as acabasse de receber por parte dos Ministro da Relações Exteriores D. **Rodrigo de Souza Coutinho** em que se adianta a fazer-me umas propostas tão atentatórias ao Direito Natural, como o Internacional, e tão contraditórias com o que se digna V.A.R. comunicar-me, que sem este apreciável requisito terei tomado semelhante insinuação, por uma formal declaração de guerra, mas duas coisas me convencem, e D. **Joaquim Xavier** agiu por instruções anteriores, pelas ocorrências do dia, o tomou sobre um procedimento tão intempestivo, por cujo motivo e outros de sua felicidade em dar crédito a umas conjecturas tão atrozes, como infundadas sobre minha lealdade, me obrigam a contestá-lo que pude seguir sua determinação de retirar-se não querendo entender-me a não ser com V.A.R. diretamente [19r.] ou com outros seus súditos, menos fáceis de preocuparem-se com idéias falsas e injuriosas a um chefe cuja acrisolada honra e probidade não necessitam mais apologias que suas próprias ações.

E quanto ao teor [?] de que os proclamas de V.A.R. e do Sr. Infante D. **Pedro**, tenho a honra de responder-lhe que depois de haver jurado à Majestade do Sr. D. **Fernando VII** e reconhecido a Junta Suprema de **Sevilha**, que o representa, nada se pode inovar, à nossa presente constituição sem seu acordo: que todos os habitantes destas Províncias se acham cheios de entusiasmo e de amor a seu legítimo Soberano, e muito dispostos e aparelhados para sustentar seus justos direitos contra o comum inimigo e defender a integridade de seus Domínios como de

coadjuvar com todas suas forças isoladas, ou combinadas com seus aliados para este honroso fim: cuja apreciável dedicação é a melhor garantia à V.A.R. de sua lealdade e propensão em seguir estes mesmos sentimentos e subordinação ao Príncipe que por ordem de sucessão a Providência destinasse para comandá-los. Nosso Senhor guarde a importante Vida de V.A.R. por longos anos. **Buenos Aires**, 13 de Setembro de 1808.

Senhora
A R P.

De
V.A.R.

Santiago Liniers

[19v. – em branco]

[20r.]

Nº 2

O Marquês de **Alegrete**, do Conselho de S. M. Gentil homem da S.R. Câmara, Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada, Comendado na de Cristo, Mar^{al} de Campo dos Reais Exércitos, Gov^{or} e Cap^m na Capitania de **S. Paulo**, digo de **São Pedro do Sul** = **Carlos Frederico Lecor** Comendador nas Ordens de Aviz, e da Torre-Espada, Ten^o General dos Reais Exércitos, General em Chefe da Divisão de Voluntário d'El-Rei = **Bernardo da Silveira Pinto**. Brigadeiros dos dos [sic] Reais Exércitos, Quartel-Mestre General da Divisão de V. de El-Rei. Tendo-nos reunido em conselho de Guerra Consultivo para ajustar o Plano de operações de Campanha, temos deliberado e deliberamos o seguinte =

Marcha S.Ex^a o Sr. General **Lecor** pela estrada da Costa com a Divisão de Voluntários d'El-Rei, e duzentos homens de Cav^a da Capitania do **Rio Grande** a ocupar **Maldonado**, **Montevideú**, e a **Colônia**, S.Ex^a talvez julgue a propósito pôr alguma força em **S. Domingos Soriano**, para escala das Embarcações, que entrarem no **Uruguai**, e no **Passo de Peres (Rio Negro)** para entreter a comunicação com o S^r Gen^{al} **Silveira**, que marcha do **Serro Largo** com 800 homens da Divisão de Voluntários de El-Rei; 800 de **Contengonte** com as guerrilhas de **Manuel Joaquim**, e **Antonio dos Santos** e segue à margem direita do **Rio Negro** a procurar a esquerda do **Rio Queguay** para entrar em **Sandú**. O S^r Brigadeiro **Oliveira** com a Legião de **S. Paulo**, as Comp^{as} de Granadeiros e Caçadores do Regim.^{to} de **S^{ta} Catherina** [sic], e a Guerrilha de **Maneco**, dirigi-se ao **Salto** no **Uruguai**; e no caso q~ encontre o Inimigo o deverá atacar, se contudo S.S. não achar prudente pela inferioridade de forças (a qual só se entenderá quando estas forças forem menos de metade das do Inimigo) manobrará de maneira que lhe seja sempre fácil a junção com os [20v.] Corpos de **Missões**, com que S.S. procurará ter sempre comunicação. O Senr Brigadeiro **Oliveira** terá certamente em vistas as margens dos Rios **Quaraí**, e **Ibicuí** para aqueles fins.

Neste caso que se supõe tomará o S^r Brigadr^o **Oliveira** a ofensiva logo que seja reforçado com forças de **Missões**, e tenha notícia da ocupação de **Sandú**.

O S^r General **Silveira** terá a bem seguir então a margem do **Uruguai** a procurar a cooperação, ou junção do S^r Brigadeiro **Oliveira**. Para que haja a possível comunicação entre os Corpos das operações. S. Ex^a o Senr. General **Lecor** anunciou já a sua tenção [sic] de tomar uma posição no **Rio Negro**, e de fazer navegar pelo **Uruguai** parte da Flotilha. O Senr. General **Silveira**, e o Senr.

Brigadeiro **Oliveira** farão a sua comunicação pelo **Serro Lunarego**, ou **Cunhaperú**¹⁶⁴, se aquele ponto estiver ocupado pelo Inimigo.

O Major **Jardim** com a sua Guerrilha e as duas Comp^{as} de Milícias que estão em **Bagé** postando-se em **Lunarego** será encarregado da segurança e prontidão desta comunicação, tendo também em vista os Índios **Charruas** e **Minuanos** que habitam a serra de **S^{ta} Ana**. O Corpo do Major **Jardim** avançará também no passo q~ o Senr. General **Silveira**, e o Senr. Brigadeiro **Oliveira** o fizerem, tendo o maior cuidado em anunciar aos mesmos Senhores, o dia em q~ deverá ocupar tal posição. A comunicação do Senr. Brigadeiro **Oliveira** com a Província de **Missões** será segura pelo Ten.^e Cor.^{el} **José de Abreu** com as Milícias do seu comando. O Ten.^e Cor.^{el} **José de Abreu** seguirá os movimen.^{tos} do Senr. Brigadeiro **Oliveira** e cuidará no fim a que é destinado dando freqüentes notícias ao Senr. Brigr.^o **Oliveira**, e ao Senr. Com.^{te} de **Missões**. O Regimento de Dragões do **Rio** [21r.] **Pardo**, o resto do Regimen.^{to} de **Santa Catarina**, e os Milicianos que mais entram nos Corpos já mencionados, destinam-se à defesa daquela Província. Pelas comunicações se há de conhecer da necessidade quando a haja, de socorrer a Província de **Missões**, se acontecer que **Artigas** passando o **Uruguai** faça algum ataque, com o auxílio de **Missões** ocidentais.

A Força de **Missões** procurará espreitar os movimentos da Província do **Paraguai** lançando partidas até a **Candelária**. O presente plano de operações foi por nós assinado, e selado com o sinete de nossas armas em **Porto Alegre** aos 20 de 7br.^o¹⁶⁵ de 1816, e Eu **João Vieira de Carvalho** Major do R.^{al} Corpo de Engenheiros, nomeado Secretário com voto de Concelho de Guerra consultivo o escrevi.

(L.S.) Assinados

(L.S.)

(L.S.)

Marquês de **Alegrete**

Carlos Frederico Lecor

Bernardo da Silvr.^a Pinto

[fl. 21v.]

[com letra do Visconde de **São Leopoldo**]

Pontos, ou lugares mais salientes desta Memória.

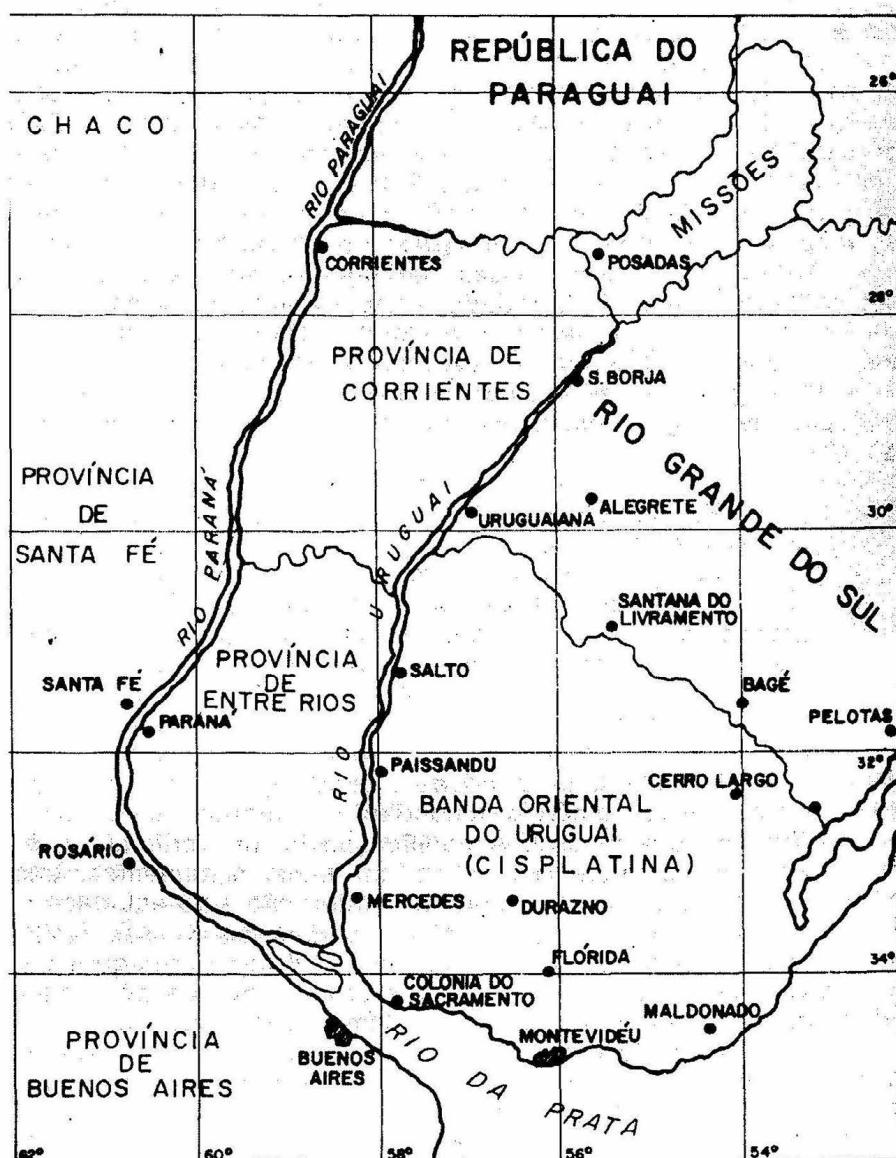
Esta Capitania de **S. Pedro**, que dos bosques **Ijuís** até a barra do **Quaraí**, e das cabeceiras desta até a barra do Arroio **Chuí**, apresenta mais de 200 léguas de fronteira, por um terreno aberto, e sem limites naturais apenas tinha para sua defesa um Batalhão de Artilharia, um Regimento de Dragões, dois Esquadrões de Cavalaria Ligeira, quatro Regimentos de Cavalaria de Milícias montando toda a força a três mil e quinhentos homens.

Em 1811 marchou para esta a Legião de **S. Paulo**, forte de 1.600 homens, e com este abriu-se a campanha debaixo do comando do General D. **Diogo de Souza** (ver a fl.2)

[Transcrição e notas de Miguel Duarte]

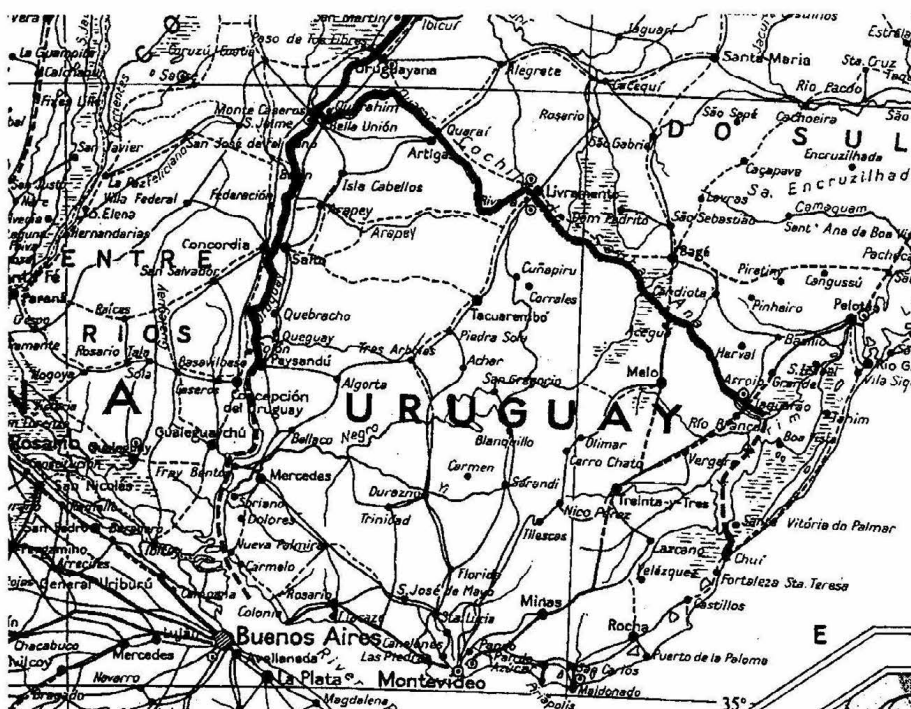
¹⁶⁴ Cuñapiru.

¹⁶⁵ setembro.

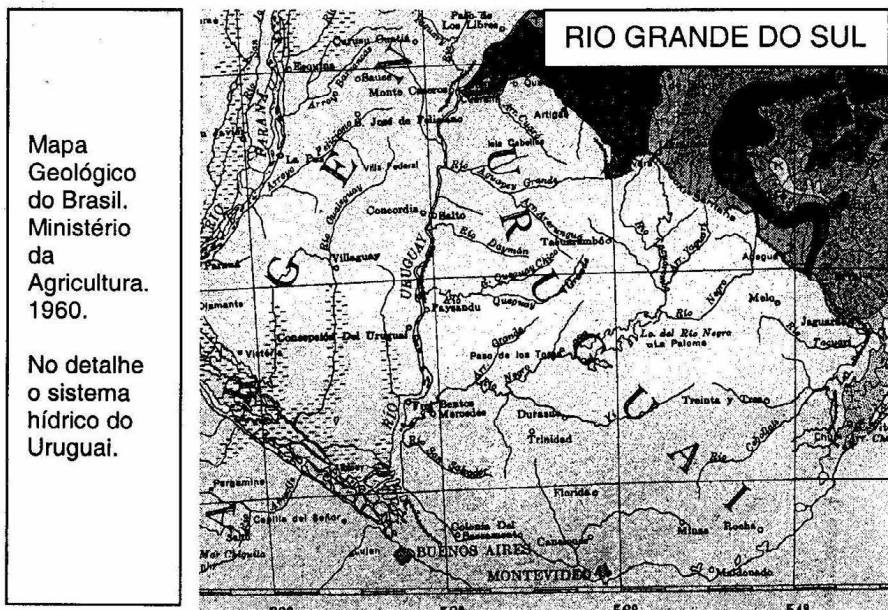


REGIÃO DO CONE-SUL DA AMÉRICA MERIDIONAL – PALCO DAS OCORRÊNCIAS HAVIDAS NAS CAMPANHAS QUE SE ESTENDERAM DE 1818 A 1828, COM LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS CIDADES E VILAS DIRETAMENTE INTERESSADAS NA LUTA

(Extraído do livro: Lecor e a Cisplatina 1816 1828. Paulo de Q. Duarte, vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1985. pág.296)



The Oxford Atlas. Oxford University Press. London. 1951. Parcial ampliado, sem escala. pág. 96.



A transcrição a seguir publicada, de 8 peças documentais do Arquivo Borges de Medeiros, é relativa à correspondência do pintor fluminense Antônio Parreiras com este governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Além de algumas notas explicativas e reproduções de textos ilustrativos, agregamos à esta transcrição algumas reproduções de telas de Parreiras, no entendimento de prestar-lhe, além da homenagem à sua arte, a oportunidade da contemplação de alguns de seus trabalhos referidos na documentação que, mesmo em preto e branco, dão uma pálida dimensão desse artista.

Muitas vezes nesta correspondência, aparece referência à tela *Proclamação da República Rio-Grandense*. Esta pintura sofreu intervenção com o intuito de restaurá-la e que acreditamos tenha surtido o efeito contrário, não pela boa-vontade do restaurador, mas por não se igualar ao domínio de um artista da estatura de Antônio Parreiras. A parte original, felizmente intocada, é a da direita do espectador e que por sugestão nossa ilustra a capa do livro sobre a Correspondência dos Cônsules Norte-Americanos no Rio Grande do Sul, lançado em 1998.

Essa intervenção, ocorrida entre 1982 e 1983, deu-se por iniciativa do governo do Estado. Tem-se, por tradição oral, que esta tela, uma das maiores em dimensão executadas em cavalete, sofreu mutilação em sua base, quando ia ser exposta no Museu Farroupilha, em Piratini/RS, nas comemorações dos 100 anos da Revolução Farroupilha (1935). Não cabendo na sala, devido à sua altura, teve a sua base cortada perdendo-se, desta forma, a assinatura do autor e a data da sua feitura.

Atualmente a *Proclamação da República Rio-Grandense* está localizada no 4º Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar. Outros trabalhos de Parreiras existem em Porto Alegre e que vimos: *Prisão de Tiradentes*¹⁶⁶, no Museu Júlio de Castilhos e que será restaurada no Rio de Janeiro e o *Cristo*¹⁶⁷, do acervo do Instituto de Artes da UFRGS. No Museu Farroupilha consta, ao que parece, uma tela retratando Bento Gonçalves da Silva e que não obtivemos reprodução, ainda que tivéssemos insistido junto à sua direção.

A *Proclamação da República Rio-Grandense* merece, com certeza, ressaltado o nosso juízo, estar mais próxima da visitação pública, junto ao Museu de Arte do RGS, ao planejado Memorial do RGS ou no Palácio Piratini, para onde fora encomendada.

Antônio Parreiras nos legou um livro de suas memórias, intitulado História de um pintor contada por ele mesmo. Com relação à *Proclamação da República Rio-Grandense*, diz :



¹⁶⁶ 1,80m x 2,81m

¹⁶⁷ Paris, 1907. 0,96m x 1,285m

REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

Depois da execução dos quadros encomendados, regressei à Niterói e tempos depois segui para o Estado do Rio Grande do Sul, onde fui realizar, em Porto Alegre, uma exposição.

A população da bela cidade riograndense não estava ainda habituada a estas festas de arte.

Estava em construção o Palácio Presidencial, cujas obras foram confiadas a um brasileiro que entendia não haver no Brasil um operário capaz de fazer uma porta de estalagem.

O arquiteto era um menino de Paris¹⁶⁸, que vivia em Paris, onde recebia do Brasil um fabuloso ordenado!

Quando pretendi fazer um quadro histórico para ornamentar um dos salões do palácio, encontrei no tal engenheiro brasileiro¹⁶⁹ tenaz oposição.

Infelizmente para ele e felizmente para mim, havia em Porto Alegre em homem extraordinário que não pensava assim, cujo prestígio extraordinário se impusera pelo seu real merecimento e incontestável honestidade. A este homem, ao qual o Estado do Rio Grande deve o seu enorme desenvolvimento e Porto Alegre a sua extraordinária beleza como cidade moderna, me dirigi expondo a minha justa aspiração. E pelo Dr. Borges de Medeiros fui atendido, a despeito da má vontade do tal secretário e engenheiro de pontes e calçadas, formado em Paris. Fui encarregado de pintar a grande tela "Proclamação da República Riograndense".

Concluído o trabalho, fui pessoalmente, entregá-lo ao Dr. Borges de Medeiros em Porto Alegre.

Encontrei o palácio ainda em construção, mas de lá tinham saído, não só os operários estrangeiros, como o tal engenheiro. Eram brasileiros que lá estavam, por determinação do Dr. Borges de Medeiros. Satisfeito com o trabalho por mim executado, adquiriu ainda para o Palácio da Biblioteca de Porto Alegre, o meu quadro histórico – "Prisão de Tiradentes", e confirmou-me a decoração do salão de festas do Palácio Presidencial.

Embora de grande simplicidade e modéstia, essa decoração, só em Paris eu a poderia executar, tais as suas grandes dimensões

Ao terminá-la, estalou a guerra na Europa. [...]



Fleur Bresilienne
[Paris – 1913]

¹⁶⁸ Maurice Gras

¹⁶⁹ Cândido José Godói. Ver o livro Palácio Piratini: Arthur Ferreira Filho, 1ª. ed., à p. 15 e 17.

Arquivo **Borges de Medeiros**

Doc. Nº 10.587

Ilustre Dr. **Borges de Medeiros**

Saudações afetuosas e sinceras felicitações e votos para que cheio de paz e prosperidade seja o período do vosso governo iniciado a 23 do corrente.

Recordo-me sempre com viva gratidão quanto vos interessastes para que me fosse dado a execução do quadro histórico – **Proclamação da República Riograndense**

– É pois com satisfação e cumprimento de um dever que vos venho dar notícia sobre esse trabalho, cujo período mais difícil é felizmente passado, pois que toda a composição se acha definitivamente determinada. Agora é uma questão de tempo e de trabalho que espero será levado [1v.] a termo muito antes do prazo estipulado no Em breve tempo devo partir para **Paris** onde com modelos práticos, estudarei o movimento e linha geral das figuras principais do quadro, pois que aqui apesar de todos os esforços, não me foi possível ater que me pudesse servir. Se me sobrar tempo, pretendo ampliar um pequeno croquis que fiz da – **Fundação da Cidade de Porto Alegre** – a fim de apresentá-lo aí quando for levar o quadro, pois tenho a certeza, que uma vez satisfeito com o quadro - **Proclamação da República [2r.] Riograndense**, será bastante bondoso para mim, auxiliando de modo que a Prefeitura de **Porto Alegre** me encomende a “Fundação da Cidade.”

Pedindo-vos desculpas pelo tempo que vos tomei, termino apresentando as minhas despedidas e renovando os votos sinceros pela vossa prosperidade e saúde.

Com sincera estima muito admirador e respeito

Sou [...] obº [obrigado] v.

[a] **Antônio Parreiras**

Niterói 24 de janeiro de 1913 – 1 Rua **Tiradentes** - S. Domingos

Paris – 6 rue **Val de Grace** –contrato.



Nonchalance

[Paris – 1914]



[Obs; anexo fotografia, com inscrição no verso:]

"Fim de Romance"

Quadro Original de **A. Parreiras**

2 metros e 40 X 1,m. 40° [1912]

[conforme as memórias do pintor. está localizado no Museu Paulista]

Paris, 8 de abril de 1914.

Meu Ilustríssimo Amigo Dr. **Borges de Medeiros**

Saudações muito afetuosas.

Vos remeto quatro fotografias¹⁷⁰ tiradas do quadro Proclamação da **República Riograndense**. Duas foram feitas quando o quadro ainda estava apenas desenhado. As remeto por se ver nelas as figuras em maior grandeza e no intuito de as ver examinadas por pessoa prática em costumes antigos riograndenses, a fim de se me dizer se algum engano há, quanto à sua parte arqueológica, pois embora o quadro esteja concluído, poderei ainda modificar detalhes que por conveniência da verdade devam ser corrigidos.

Notareis Senhor e Amigo a falta da [1v.] bandeira. O motivo da supressão de tão importante símbolo, foi haver encontrado documentos onde se afirma de modo positivo, só se haver arvorado a bandeira a 6 de novembro de 1836, dois meses depois, de haver **Neto**¹⁷¹ proclamado a república.

Notareis ainda que em algumas figuras o costume gaúcho passa por modificações, ou completa-se com acréscimos pertencentes a outro.

Assim se viam em soldados e oficiais de **Neto**.

O tipo genuíno, completo de gaúcho, o represento na figura número 1 da fotografia A.

Sobre esta figura chamo a vossa [2r.] atenção. Correta e verdadeira, expurgada que seja de erros ou omissões que por acaso tenha cometido, ela fará compreender que as outras figuras de gaúchos, que entram na minha composição, não lhe são iguais propositamente [sic].

É provável que tendo dado embora o quadro como concluído, venha a fazer nele ligeiras modificações, que só com o tempo me poderão ser sugeridas e depois de ouvir à crítica francesa, que não é para desprezar, quando se trata de um trabalho de artista estrangeiro aqui residente... e expositor anual do salon.

Estas modificações serão somente [2v.] quanto à parte artística – portanto vos peço não fornecer à imprensa as fotografias que vos remeto, pois serei assim livre de modificar o meu trabalho nos pontos que julgar ser necessário.

Até agora a impressão do meu quadro, nos meus colegas quer brasileiros quer franceses, é a melhor possível e espero que ela será aí, em **Porto Alegre** quando virem o quadro do qual a fotografia que vos remeto dá apenas uma ligeira idéia pois falta nela a cor e a grandeza das figuras.

Junto remeto um requerimento no qual vos peço o diantamento [sic] [3r.] de 8000 francos, a fim de me ser possível emoldurar aqui os dois quadros e expô-los o que muito me convém, pois serei julgado serenamente e por competentes.

Se vos solicito este adiantamento é porque me é inteiramente impossível de deixar de fazer, pois há dois anos que me preocupa o quadro do **Rio Grande** e os recursos que possuía, terminam-se com as grandes despesas que tive com [a] feitura do quadro. Não vos pediria este auxílio se a tela histórica, a maior e a mais importante,

¹⁷⁰ Não existem anexas ao documento.

¹⁷¹ Antônio de Souza Neto proclamou a República Rio-Grandense, no campo dos Meneses – junto ao arroio rio? Jaguarão (Bagé/RS), em 11 de setembro de 1836.

não estives [sic] concluída, creia-me.

Estou certo que não me negará o que solicito por isso passo a vos ex-[3v.] plicar qual a maneira pela qual me poderá ser remetido a importância de 8000 francos.

Há em **Porto Alegre** uma agência do **London Brazilian Bank**, do mesmo banco outra em **Paris** – onde tenho sempre depositado dinheiro. Por telegrama da agência do **London Bank**, em **Porto Alegre** à agência do mesmo banco em **Paris**, pode ser ordenado o pagamento dos 8000 francos – agência aqui sabe o meu *adresse* [sic] e me avisará, basta, apenas que o telegrama diga – pague-se a **Antonio Parreiras – Paris**.

Peço que o pagamento seja ordenado por telegrama porque quero ver se é possível fazer os quadros figurar [sic] na exposi- [4r.] ção de julho, e preciso encomendar com brevidade as molduras.

Espero poder em 15 de Novembro próximo futuro expor em **Porto Alegre** os dois quadros.

Aqui ficam todos admirados quando explico o meu quadro e digo que é a proclamação da república no **Rio Grande do Sul – Brasil** em 1836.

Como antes de nós? Sim a **França** foi em 1848, isto é 12 anos depois de nós, a quem os franceses ainda há bem pouco tempo chamavam – povo selvagem...

Imagine pois, me [sic] ilustre amigo como desejo que o grande público francês veja o meu quadro e fique sabendo que em 1836 os brasileiros eram [4v.] republicanos. Vivo aqui já lá vão [sic] para sete anos e sei bem de que valor será a divulgação do fato que me deu assunto para meu quadro.

Eu espero vê-lo reproduzido nos jornais franceses, com tem acontecido com os meus quadros do *salon*. Ainda no ano passado – *Fleur Bresilienne* – teve 34 mil reproduções e ficaram sabendo que no **Brasil** também há mulheres brancas e belas e não negros como disse **Antoane**...

Na esperança de vos ver em novembro próximo e de pessoalmente vos agradecer tantos favores eu me subscrevo com sinceridade

Vosso amigo muito grato
patrício e admirador
[a] **Antônio Parreiras**

Não coloquei no requerimento estampilhas porque aqui não as há.

□□□□□□□□

Arquivo **Borges de Medeiros**

Doc. Nº 12.117¹⁷²

Paris, 16 de junho de 1914.

Ilustre amigo Dr. **Borges de Medeiros**

Saudações afetuosas.

Vos remeto hoje, em um pequeno pacote, duas gravuras¹⁷³, uma do meu quadro *Fleur Bresilienne*, outra do quadro do *Salon* deste ano – *Nonchalance* – e uma fotografia representando o lado do meu atelier onde se acha o quadro – Proclamação da **República Riograndense**. Como poderá verificar, comparando

¹⁷² À margem esquerda, impresso: ANTONIO PARREIRAS Délégué de la Société Nationale des Beaux-Arts en France. 6, RUE DU VAL-DE-GRACE. PARIS

¹⁷³ Não constam junto ao documento.

com os objetos que rodeiam o quadro, é uma enorme tela¹⁷⁴, que espero ornamentará bem o salão do palácio¹⁷⁵. Desejava enviar-vos uma fotografia só do quadro – o que não me é possível, pois não há no meu atelier, apesar da sua grandeza, recuo bastante para se fazer uma boa reprodução.

Há dias estive em nosso atelier o grande crítico francês **Georges Normandy** – um dos mais temidos de **Paris**.

A impressão não podia ser melhor – como terá ocasião de certificar quando vos [1v] remeter a crítica que ele vai publicar por estes dias. Quando não tivesse a certeza de ter me esforçado para produzir bem, bastar-me-ia a opinião de **Normandy** para me tranquilizar.

Logo que me seja possível emoldurar o quadro, como espero, convidarei a imprensa francesa para ver o meu trabalho e o que ela publicar eu vos remeterei.

Espero, a todo o momento receber a resposta de um telegrama que vos remeti, a fim de encomendar a moldura para o quadro, caso mesmo, não me seja favorável a resposta, por motivo de força maior, não deixarei de submeter meu quadro à apreciação dos críticos franceses, que a julgar pela opinião de **Normandy**, me será de todo agradável. Assim, ao entregar-vos o quadro, terei a ocasião de bem documentá-lo quanto ao seu valor artístico. [2r]

Renovando os meus votos pela vossa felicidade me subscrevo com sincera estima e admiração.

Vosso agradecido amigo
[a] **Antônio Parreiras**

□□□□□□□□□□

Arquivo **Borges de Medeiros**
Doc. Nº 5.761

Meu ilustre Amigo
Dr. **Borges de Medeiros**

Tomo a liberdade de vos remeter uma boa prova fotográfica¹⁷⁶ do quadro Proclamação da **República Riograndense**, feita pelo fotógrafo **J. Ferrari** desta cidade.

Remeto também o artigo do crítico da *Gazeta de Notícias* que hoje transcreve o *Diário*.

Muito grato vos seria se hoje ao chegar a palácio me fizesse o favor de dar-me dez minutos de atenção caso isto não vos cause transtorno.

Subscrevo com prazer
Amigo patricio c.[criado] o.[obrigado]
[a] **Antônio Parreiras**

Porto Alegre, 25 de março de 1915.

□□□□□□□□□□

¹⁷⁴ Esta tela encontra-se atualmente no 4º Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar, em Porto Alegre/RS. Tem por dimensões: 3,36m por 6,00m, conforme tivemos oportunidade de medir.

¹⁷⁵ Palácio Piratini.

¹⁷⁶ Não consta fotografia junto ao documento.



ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1922, Ano III, num. 27, s/nº pág.
Inscrição errada: *NOS CAMPOS DE PIRATINY*
BENTO GONÇALVES PROCLAMANDO A REPÚBLICA RIOGRANDENSE EM 20 DE SETEMBRO DE 1835 [sic] (Quadro de Antonio Parreiras, pertencente ao Governo do Estado)

De um dos mais competentes críticos de arte do **Rio**, transcrevemos o seguinte brilhante estudo sobre **Parreiras**, publicado pelos nossos colegas da *Gazeta de Notícias*:

"Depois de alguns dias de centenares de visitas e de laudatórios elogios dos jornais desta capital, encerra-se hoje a exposição dos pintores nacionais **Antonio e Dakir Parreiras**¹⁷⁷.

Este, um jovem artista que surge aureolado pelas mais vivas esperanças, apresentando uma obra, senão de toda segura na execução, mas inspirada e denunciadora de um fulgurante talento que desponta radioso e belo; aquele, um velho mestre, cujos trinta anos de arte dão direito a esperar sempre dos seus pincéis amestrados e de sua paleta vigorosa uma obra perfeita e magnífica.

Dakir Parreiras, que nos dá essa adorável *Lassitude*, será objeto de um estudo posterior. **Antonio Parreiras**, o pintor de nomeada aqui e em **Paris**, o mestre perfeito de nossa paisagem, o nosso maior pintor histórico dos tempos que correm, o artista do nú, com a *Dolorida*, *Phrynéa* e *Nouchalance*, será assunto desta tentativa de crítica.

Antonio Parreiras é um artista, cuja obra não se pode discutir mais: - interpreta-se. E seria, realmente, vesania inconcebível criticar a obra de **Jean-Paul Laurent**, de **Bonnat**, de **Alfred Roll**, de **Lhermitte** ou de **Laparra**. O mesmo entre nós que arremedamos, aliás *gauchement*, os meios civilizados, nunca será demais censurada a tolice cretina e pretensiosa de criticar apontando erros e senões, a obra de um **Rodolpho Bernardelli**, de um **Rodolpho Amoedo**, de um **Baptista da Costa** ou de um **Elyseu Visconti** ou **Henrique Bernardelli**. Pode-se não gostar; pode-se não compreender. E é tudo. Porque, verdadeiramente esses

artistas, os nossos e os estranhos aqui citados, já atingiram a sua absoluta maturação.

Possuem uma técnica, uma maneira, um estilo próprio, se assim me posso exprimir. Eles são o que são. E assim **Parreiras é Parreiras, Bernardelli é Bernardelli, Baptista é Baptista**; como **Bonnat, Laurent, Roll, Rodin, Bernard**.

É pois sob essa impressão que eu me coloco sempre em face da obra de um mestre. Daí pose-se concluir que eu sou conservador em arte. Será um erro. Admiro e aplaudo sempre **Henri Martin**. Vitori-o nos se início, sigo fremente a sua evolução, louvo-o na sua maturidade. Mesmo não é possível ser alguém em arte conservador. Isso seria a eterna glorificação dos quadros de cavalete flamengos¹⁷⁸, seria o estacionamento na arte ingênua dos primitivos italianos, seria ficarmos na paisagem falsa e convencional dos antigos mestres. De modo que, quando eu afirmo que vejo um mestre tal como ele é isso significa apenas que eu não vou exigir dele senão o que ele pode fazer e não que eu abdicó das minhas faculdades de análise e de crítica.

Assim **Antonio Parreiras** com a sua exposição atual, onde se vêem a *Proclamação da República Riograndense*, a *Nonchalance*, a *L'au [sic] dormante* e a *Prisão de Tiradentes*, continua a ser o mestre perfeito, o mestre superior, o mestre admirável das *Sertanejas*, da *Morte de Virgínia*, do *Carnaval na Roça*, do *Esperando o Zagal*, do *Fim de tragédia*¹⁷⁹ [sic], do *Calme du soir*. Cada uma das telas ora expostas documentam essa asserção, vivem a opinião contida nessas linhas, consubstanciam o conceito aí expendido.

Nonchalance é um nú com todos os característicos do gênero: cor, ambiente, modelado, significação

¹⁷⁷ Filho de Antônio Parreiras.

¹⁷⁸ Holandês.

¹⁷⁹ *Fim de Romance*.

artística. A linha da composição despreziosa e feliz interpreta perfeitamente o tema do quadro. Tecnicamente não há o que se lhe censurar: é uma concepção feliz, executada com uma rara segurança de paleta.

Flor brasileira é que eu costumo chamar o quadro de aparato. Está feito com o carinho, que só um mestre poderia ter na execução de uma obra que falasse de sua arte e dissesse do seu patriotismo. E que entontecedora expressão tem a cabeça da figura, uma brasileira, de carnção rija, moça e formosa! Que de luxúria crioula nas linhas fluxuosas desse corpo que é a um tempo planturoso e ágil! Que volúpia selvagem toda ela tem na sua duplicidade de mulher e de gata!

L'aux [sic] dormante é a paisagem vigorosa e forte que confirma a glória de **Parreiras**, dando-nos a conhecer um espatulista cheio de mocidade, cheio de vigor, com o toque preciso, com o empastamento próprio, com a segurança amestrada de fazer a natureza grandiosa e solitária.

L'automne d'or, um poema de luz, vive no seu ouro e na sua explosão de poeira luminosa, uma hora de embevecimento do grande paisagista que é **Parreiras**.

A *Prisão de Tiradentes* é o mestre glorificando, numa tela séria e conscienciosamente executada, o seu tema favorito. Só esse quadro merece um estudo especial, inteiramente a ele dedicado. **Parreiras** escolheu um motivo novo, entre os mil motivos diversos que oferece ao artista a vida aventureira e desgraçada do destemido e patriótico alferes. Basta um simples golpe de vista sobre a figura simpática e valorosa de Tiradentes: a pose, a vestimenta, o aferramento enérgico e decidido do bacamarte, a arrogância corajosa da atitude são qualidades primaciais que fazem desse quadro histórico de **Parreiras** uma peça digna das paredes da nossa Pinacoteca tão pobre de telas relativas aos fatos que dizem com a formação da nossa nacionalidade.

A *Prisão de Tiradentes* é, sem nenhum favor, um dos melhores quadros históricos do pintor da *Conquista do*

Amazonas.

Segue-se o "croquis" da grande tela *Os aventureiros*. Mas não devo dizer nada sobre essa tela que **Parreiras** apenas esboçou e que será a sua obra prima.

Vem finalmente, a *Proclamação da República Riograndense*, quadro histórico encomendado para o palácio do governo do Estado do **Rio Grande do Sul**, pelo dr. **Borges de Medeiros** presidente desse Estado.

É, pelas suas dimensões, pelo seu objeto, pelo que representa em concepção e trabalho, a principal tela da atual exposição do grande mestre da nossa pintura.

O quadro representa o episódio capital da guerra civil que fez a **República de Piratini** [sic]. É o ato preciso da proclamação. O general **Antonio [de Souza] Neto**, um dos mais bravos patriotas do movimento libertador, a frente de um grande troço de homens lança o grito histórico.

Antonio Parreiras se baseia no seguinte trecho de um historiador gaúcho: - "No dia seguinte (12 de setembro de 1836)¹⁸⁰ [sic] antes de sair o sol formou-se a força em linha e **Neto** apareceu a galope pela direita dela, e colocando-se no centro, com a espada¹⁸¹ em punho, deu o grito: - "Viva a República e a independência rio-grandense do sul".

De sorte que dentro do critério histórico a que se impôs, o pintor não podia dar ao seu quadro outra linha de composição, senão a que aí está e que é a mais feliz, a mais estética e a mais concentrânea com o assunto do quadro.

Realmente, vê-se um grande grupo de patriotas, cada qual armado e vestido de um modo particular, e da direita¹⁸² dele surge a galope o general **Neto**, que no mais vivo entusiasmo, desembainha a espada, estaca subitamente o cavalo e atira para o alto o grito libertador. Os companheiros, imitando o gesto do seu chefe, saudam alegres a nova forma de governo.

¹⁸⁰ A data correta é 11 de setembro de 1836.

¹⁸¹ No quadro de **Parreiras** o Gen. **Neto** se apresenta com um chapéu à mão direita.

¹⁸² Esquerda do espectador.

Todos os olhares são brilhantes, todos os peitos incendiados, os braços erguidos apontando para cima as espadas, as bocas abertas do grito de viva a República, os cavaleiros confundem-se. **Neto**, na frente, domina todo o grupo, domina-o com sua figura, domina-o pela estampa imponente do seu cavalo árdego.

No fundo, à esquerda, alguns patriotas retardatários e fora da linha aproximam-se, saudando também o nosso [sic – novo] advento. A um canto há um pequeno declive que é o arroio **Jaguarão**, à cuja margem se passou o feito patriótico.

O céu se colore dos primeiros albores do dia que tinha nascido momentos antes. Há ainda algumas nuvens refletindo as trevas e outras róseas e diáfnas deixam passar alegres e claros os raios vivos do sol, que surgia soberano e protetor no horizonte longinquo.

É isso o quadro que **Antonio Parreiras** fez para o **Rio Grande** comemorar o grande feito histórico que tanta glória dá aos seus filhos.

É um trabalho muito bem feito, cuja execução técnica nada deixa a desejar. Nessa tela estão reunidas as qualidades máximas que tanto distinguem o artista **Parreiras**: - a do paisagista, a do figurista e a do animalista. O terreno e o céu são de um grande mestre, para quem a natureza não tem segredos; as figuras grupadas com um raro gosto e grande felicidade foram feitas por um pintor que conhece não só anatomia, mas que sabe também

viver a expressão humana; e os cavalos são obra de um animalista consumado, desenhador emérito e manejador hábil de pincéis.

A perspectiva aérea e linear é feliz e certa, fugindo [sic – surgindo] os grupos de soldados por tal maneira tão natural que se tem a impressão que o cavalo de **Neto** vai saltar fora da tela.

Mas não é necessário descer a detalhes. A obra deve ser vista em conjunto e demoradamente. É uma tela que tem seis metros de largura por quatro de altura, onde se desenvolve admiravelmente uma ação movimentada e participada por um forte troço de homens exigindo, pois, que o exame seja minucioso e detido. Então, é que veremos surgir todo esse grupo de cavaleiros que têm os braços estendidos, as espadas para o alto, as bocas abertas, as marinas [sic – narinas] ofegantes, os peitos palpitando em ardor cívico e compreendemos a grandeza do tema e a segurança do mestre que soube tão bem dar viva expressão, movimento e beleza a esse ato banal embora entusiástico e vibrante, de saudar a aurora de um regime que nasce.

Antonio Parreiras não se revela com esse quadro. Ele já é de muito um grande mestre. A *Proclamação da República Rio-Grandense* é, na série de trabalhos desse gênero, que tem feito, o seu melhor quadro histórico. É um trabalho que honra a arte, que eleva a pintura brasileira onde for ele exposto, e que coloca o seu autor no número dos grandes pintores do mundo".

[Recorte do jornal *O Diário – Porto Alegre*, quinta-feira, 25 de março de 1915. p.2]

[Niterói, 28 de abril de 1915.]

Meu Ilustre Amigo
Dr. **Borges de Medeiros**

Não desejo deixar o **Brasil** sem vos agradecer mais uma vez tudo quanto fez por mim. Pode ficar certo, que em mim e em minha família, têm amigos sinceros, e sumamente agradecidos, pois dando-se trabalho, muito concorre para felicidade do nosso lar. Eu serei digno da confiança que em mim deposita. Ficará contente com as decorações que me encarregou de fazer para o palácio, e verá a que vou projetar para a Biblioteca pública que espero um dia poder decorar como tanto desejo e o Dr. **Victor Silva**¹⁸³.

Como não posso perder tempo, pois o trabalho que tenho a executar para o palácio é grande, parto para **Paris** a 21 do corrente e apenas [1v] lá chegar principiarei o trabalho. Desejando-vos todas as felicidades peço permissão para vos enviar o meu abraço de despedida.

Do amigo sincero e agradecido
[a] **Antônio Parreiras**

[obs: na folha 1r, à direita, carimbo em baixo relevo com a inscrição:] TRABALHAR É VIVER. [monograma de **A.Parreiras**]. ATELIER **PARREIRAS. S. DOMINGOS – NICTHEROY.**

□□□□□□□□□□

Arquivo **Borges de Medeiros**
Doc. Nº 12.121

Ilustre Amigo e Sr.
Dr. **Borges de Medeiros**

Saúde e prosperidade.

Para não tomar ao ilustre amigo tempo precioso explicar-me-ei sem grande detalhes. Pelo contrato lavrado a 3 de março do corrente ano, e relativo às decorações do novo palácio do governo, ficou estabelecido que o pagamento da importância pela qual foram tratados seria efetuado em prestações trimensais, mediante atestado passado pelo representante oficial do **Brasil** em **Paris**, certificando o andamento dos trabalhos.

A primeiro de outubro próximo passado, ali se devia ter apresentado [1v.] o requerimento e o competente atestado do representante do **Brasil** em **Paris**, no qual eu solicitava o pagamento das duas prestações já vencidas naquela época.

Não havendo até hoje recebido a importância, cujo pagamento, só por grande necessidade requerí, vos venho encarecidamente pedir para que se interesse para que seja efetuado, tão breve quanto possível este pagamento, pois que, como mais abaixo tomo a liberdade de vos explicar este pagamento se me tornou em extremo necessário.

O estado atual da Europa admite todas as surpresas e torna justificável todas as irregularidades. Nestas condições apenas aqui cheguei [2r.] julguei de bom aviso adquirir todo o material que calculei necessário para as decorações destinadas ao novo palácio do

¹⁸³ Diretor da Biblioteca Pública do Estado.

governo do **Rio Grande do Sul**.

Hoje verifico que andei bem, pois já é com grande dificuldade e por preços elevados que se pode obter material para pintura. O dispêndio porém de tão avultada soma, pois que ela se elevou a mais de onze mil francos, veio colocar-me no presente, na necessidade de aqui me manter contando exclusivamente com os recursos monetários que me serão fornecidos pelo pagamento das prestações trimestrais que determina o referido contrato.

A falta deste pagamento me colocaria em condições terríveis [?] de me [2v.] me achar em país estrangeiro e em guerra, baldo de recursos.

Fácil será o meu ilustre amigo avaliar quais seriam as minhas provações em tais condições e por isso espero que bondoso como é e bom e generoso amigo que sempre foi, me ponha ao abrigo delas, providenciando para que me sejam pagas, com urgência as prestações já vencidas e metodicamente as que se seguirem uma vez que a elas eu tenha direito por haver rigorosamente cumprido as minhas obrigações para com o governo do Estado.

Ao ilustre Dr. **José Coelho Parreiro** enviei o requerimento solicitando o pagamento das prestações já vencidas, [3r.] fotografias dos trabalhos já concluídos, e o certificado do Ministério do **Brasil** em **Paris**, pedindo ao Dr. **José Coelho Parreiro** o favor de fazer chegar ao seu destino estes documentos.

Pelo mesmo correio enviarei novas fotografias de outros trabalhos já concluídos e por elas o meu ilustre amigo poderá ver que tenho rigorosamente cumprido, em todos os sentidos os meus deveres para com o estado do **Rio Grande** e correspondido à confiança que em mim depositou meu ilustre amigo.

Renovando os meus protestos [3v.] de sincera veneração e grande afeto sou

amigo e patrício
[a] **Antônio Parreiras**

Paris 10 Xbro [dezembro] 1915

[obs: nas folha 1r e 3r, à esquerda, impresso com a inscrição:]

PARREIRAS

PARIS – 6, RUE VAL-DE-GRACE

Brazil – ATELIER PARREIRAS – NICTHEROY

□□□□□□□□□□

Arquivo **Borges de Medeiros**

Doc. Nº 12.123

Meu Ilustre Amigo

Dr. **Borges de Medeiros**

Muitas felicidades.

Mais da metade dos trabalhos que tinha que executar para o novo palácio já estão concluídos. A permanência porém destes trabalhos em **Paris** é inconveniente e que por motivos que mais tarde verbalmente vos explicarei, acho que é necessário a remessa deles para o **Rio de Janeiro**, onde depositados convenientemente em lugar apropriado aguardarão a oportunidade de serem remetidos para o **Rio Grande**. [1v.]

Acresce que, devido a execução desses trabalhos me acho já há um ano e meio separado de minha família e do lar onde a minha presença se faz necessária, embora temporariamente, pois terei de regressar a **Paris** para concluir as decorações.

Recebendo porém tão somente, de quatro em quatro meses, a importância de uma prestação não poderei dispor de recursos para ir ao **Brasil** ver a minha família e colocar em lugar seguro os trabalhos já concluídos, por isso, venho pedir-vos o grande favor de me

mandar pagar [2r.] conjuntamente com a prestação que se vence este mês, também a prestação que se vencerá em dezembro próximo futuro.

"Não vos solicitaria este adiantamento se não me fosse dado acompanhar o meu pedido com atestado que cabalmente justificam o andamento dos trabalhos que me encarreguei de fazer".

Sei quanto é justo e bondoso para não me deixar de atender e por isso desde já antecipo os meus sinceros agradecimentos.

Estou certo que ao receber esta o meu ilustre amigo ordenará o pagamento das duas prestações a fim de que possa eu seguir para o **Brasil** nos primeiros dias de outubro próximo no vapor *Admiral La Touche* no qual tomarei a passagem com a antecedência que hoje se é obrigado e pedirei o salvo conduto que é hoje indispensável para se sair de França, documento este que deve ser solicitado com prazo antecipado e onde será determinada a época da saída, que é inadiável.

Renovando os meus agradecimentos e fazendo sinceros votos pela vossa saúde e felicidade peço acreditar-me

Vosso sincero amigo
[a] **Antônio Parreiras**

Paris 18 de agosto de 1916.

[à folha 1r., no cabeçalho, escrito a lápis:]

Ao **Protásio [Alves]** para dizer-me se a pretensão é atendível e se foi requerida. 19-1-1916.
[**Borges de**] **Medeiros**.

□□□□□□□□

Arquivo **Borges de Medeiros**
Doc. Nº 12.124

Paris, 29 de outubro de 1916.

Meu Ilustre Amigo
Dr. **Borges de Medeiros**

Saudações muito afetuosas.

Venho muitíssimo penhorado vos agradecer o grande favor que me fez ordenando o pagamento das duas prestações relativas aos trabalhos que estou fazendo para o palácio do governo.

Partirei para o **Brasil** a 20 de próximo mês devendo chegar ao **Rio** a 20 de Xbro [dezembro] próximo futuro.

Levarei comigo os trabalhos já concluídos, que lá ficarão até que se julgue oportuno remetê-los para o **Rio Grande**.

Do amigo sincero e grato
[a] **Antônio Parreiras**

PARREIRAS, Antônio Diogo da Silva - 1860, Niterói, RJ - 1937. Suas primeiras manifestações artísticas datam da infância, quando recebeu lições de desenho do Visconde do Canto. Conta Carlos Rubens (*Pequena História das Artes Plásticas no Brasil*, 1941) que "Aos doze anos viu um pintor fazer um panorama e a maneira como o artista pintava a cidade carioca, desde a Serra da Estrela até o Morro do Pico, despertou nele uma impressão que perdurou". Mas esse seu pendor para a arte encontrou forte resistência paterna. Em seu livro *História de um Pintor Contada por Ele Mesmo* (memórias), escreveu: "Procurei convencer os meus parentes de que para ser feliz bastava ser um artista. Ficaram horrorizados: médico, advogado, negociante, empregado público. Artista, nunca". Visando Impedir essa vocação, o pai internou-o no Liceu Popular de Niterói e depois matriculou-o no Externato Briggs. Com a morte do pai, ocorrida nessa época, saiu do colégio e foi trabalhar num armazém de máquinas agrícolas e, sucessivamente, tornou-se sócio de uma casa comercial, empregado no escritório central da Estrada de Ferro Cantagalo e professor público substituto em Nova Friburgo. Em 1882, vende as casas que recebeu por herança e ingressa na Academia Imperial de Belas Artes. Dois anos depois, abandona a Academia e passa a integrar o grupo de alunos do curso livre de pintura do professor alemão George Grimm, em Niterói. Também foi aluno de Vítor Meireles. Em 1886, em sua própria residência, na capital fluminense, realizou a primeira individual, inaugurada com a presença de Dom Pedro II, que permaneceu no local cerca de duas horas. Simultaneamente, expôs no Rio de Janeiro, na Galeria De Wilde. Seguindo o conselho que lhe dera Grimm, deixou o recinto do "atelier", e a floresta secular, verde e aromática ficou sendo sua maior inspiradora. Embrenhava-se por dias e noites nas matas, com seu cavalete, tubos de tinta e pincéis e, tomando o cenário natural por modelo, fixava em suas telas a paisagem como se apresentava a seus olhos. Em 1888 em virtude de prêmio obtido na Academia Imperial de Belas Artes, viajou para a Europa, visitando diversos países. Instalou-se, finalmente, em Veneza, cuja Academia de Artes frequentou. Regressando ao Brasil (1890), foi nomeado professor de paisagem da referida Academia Imperial, já transformada em Escola Nacional de Belas Artes, da qual pouco depois se afastou para fundar a Escola do Ar Livre, que levava seus alunos a pintar as paisagens nos próprios locais. Em 1893 e 1894, realiza exposições individuais em São Paulo. A sua primeira fase artística - a paisagem - dedicou vinte e dois anos de trabalho. Nessa fase, produziu uma de suas mais conhecidas obras - *Sertanejas* - que teve como cenário as matas de Teresópolis. Depois, começou a pintar episódios históricos. Também pintou animais e nus, estes muito elogiados pela crítica e com os quais concorreu a diversos salões de Paris. Vários desses nus foram reproduzidos em livros de arte da França, Inglaterra, Espanha e Japão. Quando estava em Veneza, executou um painel - *Lembrança da Visita de Oscar I, Rei da Suécia e Noruega* - com o qual conquistou Grande Medalha de Prata. Esse painel foi colocado no salão de honra no Palácio Real de Estocolmo. Em 1925, alcançou um de seus maiores títulos: em concurso de âmbito nacional, foi eleito com quase vinte mil votos, o primeiro pintor brasileiro. Rocha Pombo, ao ver os "croquis" dos quadros históricos que executara, declarou: "Eles deveriam constituir um pequeno compêndio de História do Brasil". Em 1926 publicou suas memórias e, como jornalista, colaborou em *O Estado de São Paulo*. Era membro da Academia Fluminense de Letras. Participou do Salão Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro (RJ), conquistando Medalha de Ouro de segunda classe (1890), grande Medalha de Honra de Ouro (1918), grande Medalha Exposição do Centenário da Independência (1922) e Medalha de Honra (1923). Na Exposição Universal de Barcelona, Espanha (1929), obteve Medalha de Ouro. O Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro (RJ), incluiu-o na retrospectiva da Pintura no Brasil (1948) e em *Um Século da Pintura Brasileira* (1952); na II Bienal de São Paulo (SP) (1953); na sala especial de A Paisagem Brasileira, figuraram cinco obras suas, selecionadas por Rodrigo Mello Franco de Andrade. Sua residência em Niterói, por ato do Governo do Estado do Rio de Janeiro (1941), foi transformada em *Museu Antônio Parreiras*, conservando a maior parte de sua obra. João Luso, em sessão da Academia Brasileira de Letras, disse a seu respeito: "Antônio Parreiras está na pintura brasileira como figura de primeira grandeza e fica, nas suas paisagens tropicais, como um pintor extraordinário, inconfundível, à parte. Eis a sua singularidade e o seu apogeu. Parreiras sentiu e compreendeu as florestas da sua terra, como alguém mais possa conhecer a si próprio. Foi o verdadeiro pintor diante de seu verdadeiro assunto. E nunca serão descabidos os louvores que se renderem a quem assim souber amar a sua terra e servir à sua arte.

[AYALA, Waldir. **DICIONÁRIO DE PINTORES BRASILEIROS**. Rio de Janeiro: SPALA Editora, 1986, vol II, p.168-170]



Cristo
[Paris – 1907]

Bibliografia

- AYALA, Walmir. DICIONÁRIO DE PINTORES BRASILEIROS. Rio de Janeiro: SPALA Editora, 1986, vol II, p.168-170.
- CATÁLOGO DA GRANDE EXPOSIÇÃO DE BELAS ARTES. Porto Alegre: Liv. do Globo, março de 1942, s/nº págs.
- FERREIRA FILHO, Arthur. PALÁCIO PIRATINI. Porto Alegre: IEL/DC/SCDT, 1980, 43p.
- FREIRE, Laudelino UM SÉCULO DE PINTURA. Rio de Janeiro, Tip. Rôhe, 1916, 677p.
- ILUSTRACÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1922, Ano III, num. 27, s/nº pág.
- JORGE, Fernando. VIDAS DE GRANDES PINTORES DO BRASIL. São Paulo, Liv. Martins Editora S.A., 1954, 308p. [33-41]
- PARREIRAS, Antônio. HISTÓRIA DE UM PINTOR CONTADA POR ELE MESMO. Niterói: Diário Oficial, 1943, 256p., 2º milheiro. [acervo do Instituto de Artes/UFRGS]
- RUBENS, Carlos. PEQUENA HISTÓRIA DAS ARTES PLÁSTICAS NO BRASIL. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, Brasileira vol. 198, p. 195-201.

[Introdução, transcrição e notas de Miguel Duarte]

Cassino 18 de janeiro de 1910.

Meu caro **Borges de Medeiros**.

Antes de tudo, minhas sinceras congratulações pela entrada de ano novo. Que ele te seja propício em todos os sentidos é o que sinceramente te desejo.

Esta tem por objeto sujeitar à tua apreciação um assunto importante, que necessita da tua amistosa intervenção para não transformar-se em uma questão irritante e cheia de conseqüências desastrosas.

Trata-se do seguinte:

A Companhia Francesa, concessionária do porto do **Rio Grande**, comprou, como sabes, por meu intermédio, o acervo das duas empresas aqui existentes: Companhia de Viação e a de Iluminação elétrica.

D'esse acervo faz parte o Contrato de 10 de dezembro de 1908, que vai junto, sob o nº 1.

Este contrato, como verás, é a novação dos anteriores contratos feitos com a Companhia de Iluminação e a de Viação Riograndense pela Municipalidade.

Como verás também, as cláusulas do antigo contrato para iluminação [2r] elétrica (doc. nº 2) foram totalmente refundidas algumas, outras alteradas ligeiramente, muitas suprimidas e criadas algumas novas.

A novação foi radical e o cancelamento dos velhos contratos completo, pois que, no novo não se manda ficar em vigor qualquer cláusula daquelas.

Dada esta explicação preliminar, passo a narrar-te o que está sucedendo:

Feita a aquisição das duas empresas pela Companhia Francesa e com o aplauso do subintendente, que então era o chefe do executivo municipal, por morte do **Juvenal**¹⁸⁴ aplauso que consta de seu relatório, foi logo após eleito e empossado o **Trajano**¹⁸⁵ no cargo de Intendente.

Imediatamente revelou a veleidade de mostrar-se prepotente a autoritário e o que é pior – chicanista.

Tomando o **Alcides Lima** por assessor, praticou logo os seguintes despropósitos:

1º - Impedir que, na repartição municipal, se efetuassem a averbação das escrituras de compra e venda do acer- [3r] vo das duas empresas,

2º - Não consentir na substituição da caução depositada pelas companhias vendedoras,

3º - Não reconhecer personalidade jurídica na Companhia Francesa,

4º - Não querer pagar a iluminação pública, que tem sido e está sendo feita com toda a regularidade.

Sob três aspectos diferentes vou sujeitar a questão ao teu critério: jurídico, administrativo e político, para justificar o pedido instantâneo que faço da tua eficaz intervenção.

¹⁸⁴ Juvenal Octaviano Müller

¹⁸⁵ Trajano Lopes

Jurídico

Neste terreno alega **Traiano**:

a – A cláusula XXIX do primitivo contrato de 15 de abril de 1903, que reza assim: “o serviço de que trata o presente contrato, com todas os proventos e ônus, só poderá ser transferido a outrem ou a qualquer companhia, mediante permissão da Intendência do Município a qual terá o direito de preferência, preço por preço.

b – A cláusula III do novo contrato [4r] que diz: “o seu domicílio será a cidade do **Rio Grande** e nesta serão tratadas e decididas as questões que se suscitarem entre a mesma companhia e a intendência, ou entre ela e particulares.”

Quanto à primeira alegação, basta ler a novação do contrato feita pelo ato de 10 de dezembro de 1908, para verificar que, não só deixou de ser renovada aquela disposição, como que, explícita e claramente foi substituída por disposição oposta, na cláusula XXII da referida novação.

Em referência à segunda alegação, posto que seja em **Paris** a sede da Companhia Francesa, ela é obrigada, pelo seu contrato, a ter aqui domicílio legal; por intermédio de um representante investido de toda a capacidade jurídica e sendo depositário perfeito de toda a personalidade jurídica da sociedade, para todos os efeitos.

Não nego que, aferrando-se à letra da cláusula e não ao espírito, que [5r] é, evidentemente assegurar à Municipalidade o resguardo judicial de seus direitos, dentro das raías do seu município, possa dar lugar a uma controvérsia. Mas, estando armada a Municipalidade, pelo exposto, para dirimir, aqui no **Rio Grande**, toda e qualquer divergência ou questão que possa surgir nos termos do contrato de 10 de dezembro de 1908, a alegação representa um capricho, mas não uma preocupação real e ponderada.

Sob o aspecto jurídico, para um competente tal que és, nada mais acrescentarei.

Administrativo

Admitida a conveniência de serem as duas empresas incorporadas ao patrimônio municipal, era para isso imprescindível que a Municipalidade estivesse em condições de poder exigir a preferência preço por preço, isto é, que dispusesse, na ocasião de novecentos contos, em dinheiro de contado. Ora, melhor do que eu, tu sabes qual o estado mais que precário das finanças municipais do **Rio Grande**, cujos títulos de dívida so- [6r] frem já um abatimento de 30% por cento [sic], sendo notória a impontualidade no pagamento dos juros d'esses títulos.

Faço esta consideração, admitindo, por hipótese que pudesse prevalecer a cláusula alegada do velho contrato, que, como já fiz ver, foi substituído na novação por disposição justamente oposta.

Entretanto, ainda que não haja direito a essa preferência na compra, a Companhia Francesa, para evitar o grave atrito com a Intendência, está disposta a ceder-lhe as empresas, que comprou, pelo preço de aquisição, contanto que receba a importância na mesma espécie em que fez o pagamento e não em títulos que não são moeda corrente.

Todo o mundo sabe e o próprio Intendente reconhece, que não tem meios pecuniários para realizar essa operação. Para que, pois, essa alegação, que torna-se ridícula nas circunstâncias financeiras deste município?

Dada a hipótese de que **Traiano** leve por diante a leviana atitude que assumiu, confiado no poderio de sua [7r] atitude, digo, autoridade, deixando de efetuar os pagamentos mensais da iluminação pública, duas soluções se apresentam à Companhia: ou questionar diretamente com a Municipalidade, ou chamar à

autoridade os vendedores para que façam boa e valiosa a venda, ou restituam o dinheiro recebido, desfazendo-se o negócio.

Ela, como é natural, preferirá o segundo meio, deixando às duas empresas a árdua tarefa de combater com o Intendente.

Ora, como é de fácil intuição, revertida a posse das empresas às duas companhias, a cidade do **Rio Grande** ficará por muito tempo privada d'esses grandes melhoramentos, que dependem de avultados capitais.

Por outro lado, tendo os acionistas vendido a dinheiro e ao par ações que estavam cotadas muito abaixo d'ele, devolverão ao estrangeiro cerca de mil contos que já haviam entrado em nossa circulação.

O prejuízo público e particular será evidente, se tal se der.

São suficientes estas poucas e ligeiras ponderações sob o ponto de vista administrativo.

Político

Este é o mais grave.

Preciso em primeiro lugar informar-te que, principalmente a Companhia de Iluminação elétrica, era composta de mais de um milheiro de pequenos assinantes, digo acionistas, todos residentes na cidade do **Rio Grande** e na maior parte eleitores.

Toda esta gente ficou contentíssima em ter podido realizar a venda de seus títulos depreciados sem o menor prejuízo e com a vantagem de ver prosseguir desassombradamente a empresa criada por sua iniciativa. Obrigadas à restituição do dinheiro recebido para que seja satisfeito um capricho do Intendente, se despertará muito naturalmente em seu espírito o desejo de reação e não será difícil angariar as suas adesões e demonstrar-lhes quais os meios de defesa contra os tiranetes locais, que abusam da autoridade, mesmo no terreno pacífico.

Acresce que, além destes, muitos bons companheiros políticos, como o **Leivas**, o **Martins** e outros, vão sofrer grandes prejuízos com o desmancho do negócio. [9r]

De minha parte, mantendo honesta e sincera a solidariedade ininterrupta que sempre cultivei e que te prometi quando deixei o Senado, agirei, dentro do partido, para não deixar-me desmoralizar por um ditadorzinho local que tenha essa abstrusa pretensão. É isso o que estou fazendo, enviando-te este memorial e pedindo ao chefe do partido as necessárias providências.

Desde que para aqui vim residir, tenho concorrido em tudo o que posso para fortificar o partido local, ajudando no que é possível, na qualidade de velho republicano, como simples membro de partido, sem a mínima pretensão pessoal e sem imiscuir-me por qualquer modo na direção partidária local ou na administração. Nem mesmo fiz, em tempo algum o menor pedido em retribuição a vários que me foram feitos. No numeroso pessoal, em que posso legitimamente influir, não há inimigos do nosso partido.

O meu maior e mais ardente desejo é conservar-me nesta modesta posição, evitando intrometer-me diretamente no manejo da política local, mas contribuindo [10r] com o que me for possível para a fortaleza do velho partido, a que estão ligadas todas as responsabilidades da minha vida pública.

Espero, pois, do teu ponderado critério a providência que deve deixar-me tranqüilo, entregue exclusivamente de corpo e alma à solução do grande problema de que depende a salutar transformação de nossa visa econômica.

Dei-te as bases para fazeres uma idéia clara da questão e espero ansiosamente a tua resposta.

Por carta do **Junio** soube que deste princípio à medição da área. Calculo que esse serviço levará mais de um mês. Quando tudo estiver pronto, inclusive o mapa da área da sesmaria, me avisarás para ir, a fim de tratarmos das divisões de quinhões. Previno-te, porém, que a minha ida só poderá dar-se depois do dia 15 de fevereiro, pois que essa época é que espera a **Lucilia**¹⁸⁶ o seu bom sucesso. Sempre com a mesma estima

Velho companheiro, amigo e admirador
[a] **Ramiro Barcellos**



Capa do poemeto campestre Antonio Chimango, de autoria de Ramiro Barcellos e que satiriza a figura de Borges de Medeiros

¹⁸⁶ Lucilia Viana Gomes, esposa em segundas núpcias do Dr. Ramiro Fortes de Barcellos. Tiveram uma filha chamada Nora. Cf. Jorge Felizardo.

Rio Grande, 8 de janeiro de 1910.

Eminente Chefe Dr. **Borges de Medeiros**
Muito saudar.

Apresento-vos com inteiro aprazimento, o nosso dedicado correligionário sr. capitão **João Montinho**, antigo e competente funcionário municipal. Escolhi-o para ser o portador de documentos e de uma carta explicativa, por merecer-me a maior confiança.

Peço-vos generosa desculpa se importuno me torno, agora que momentaneamente descansais da vossa árdua e incessante labuta cívica, mas a tanto sou forçado por se tratar de assunto [1v] que está reclamando pronta solução. E esta não poderei dar, sem que ouvida seja a vossa decisiva palavra de ordem. Falo do caso exposto na carta aludida.

Empenhado, como estou, em corresponder à alta confiança de que me fizestes depositário, não descuro no cumprimento das exigências que ela me impõe.

Assim, sabendo que os diretores da Companhia Francesa, empreiteira das obras do porto e da barra, manifestavam-se arredios do governo municipal, porque se achavam mal avisados pelo dr. **Ramiro Barcellos** e advogado dr. **José Domingos Rache**, aguardei oportunidade para agir, [...] as maquinações desses dois interessados em tal esqui- [2r] vança, porque considero valioso o concurso da poderosa empresa aos interesses da direção política. E o ensejo deu-se presentemente.

Queria a Companhia construir o ramal ferres [sic] destinado ao transporte de pedra para os trabalhos da barra, na margem do **São Gonçalo** ao porto, passando pela rua **Rheingantz**.

Oferecia-me o caso o momento azado para compelir a empresa a aproximar-se do governo municipal. E agi. Telegrafei logo ao Sr. ministro da Viação expondo o assunto e pedindo providências no sentido de ser frustrado o plano da Companhia, que reputei prejudicial aos interesses locais.

Diante desta atitude, foram quase imediatamente procurar-me os diretores [2v] da poderosa companhia que, desde então, mantêm comigo cordialíssimas relações, mostrando-se gostosamente empenhados em se tornarem agradáveis para comigo, atendendo com solicitude os meus pedidos, o que vale por um importante auxílio partidário, pois são inúmeros os eleitores empregados na empresa.

Ao intervir no assunto, de antemão preparei um meio conciliatório, qual o de concordar que o ramal aludido passe por entre os cemitérios, correndo os trilhos paralelos as da Companhia Viação Férrea.

Frisei contudo, ao entender-me com os representantes da empresa, que o traçado mais conveniente [3r] aos interesses desta futura cidade, seria o de estender as linhas pelas margens do **Saco da Mangueira**. Este traçado importaria, porém, em novas despesas, superiores a 600 contos de réis.

Creio ter procedido com acerto, consoante as conveniências do nosso partido, que não podia desprezar o concurso da Companhia Francesa, como disse, estava sendo empolgada pela oposição.

Baseado nas mais sérias e competentes informações de engenheiros patrícios, amigos meus, que trabalham com a [3v] Companhia, sei que esta, de forma alguma, terminará os serviços dentro do prazo do contrato.

Fica, assim, o fiscal do governo federal, nosso ilustre correligionário dr. **Azambuja**, armado de amplos poderes para fazer sentir largamente a sua autoridade junto à Companhia, agindo sob as vossas esclarecidas determinações, com o maior proveito para o **Rio Grande**.

Nesse sentido, fornecer-lhe-ei os meios ao meu alcance, mas sendo outra, no caso, a minha atitude oficial, continuarei a tirar para o nosso partido todas as vanta- [4r] gens decorrentes da aproximação, proveitosa sob todos os pontos de vista, entre a Companhia e a Intendência.

Estou trabalhando com atividade, a fim de que seja o mais satisfatório possível o resultado, aqui, do pleito de março próximo, e espero que os meus esforços serão coroados de bom êxito.

O maior empecilho, talvez o único, que encontro é o caso da alfândega, o que me obriga a insistir, ainda uma vez, para que, com o vosso prestígio, obtenhais a pronta destituição do atual inspetor [4v] **Felinto Elysio do Nascimento**, que, como já vos disse, anteriormente hostilizava a política republicana, prestando mão forte ao adversário, obedecendo, sem dúvida, à orientação que lhe traça o deputado **Barbosa Lima**, com quem se corresponde a miúdo.

Consoante às vossas ordens, tenho telegrafado diretamente ao ilustre senador **Pinheiro Machado** sobre o assunto, mas até agora não foi resolvido o caso, que tão de perto afeta os interesses do partido republicano.

Alvitrei já que dada a impossibilidade [5r] da nomeação do nosso devotado companheiro e íntegro funcionário coronel **Menandro Perry**, fosse substituído o inspetor adversário por um republicano que nos auxiliasse. Esta providência é indispensável, impõe-se no momento, porque o aludido inspetor desde já está obrigando os seus subalternos, inclusive o numeroso pessoal das capatazias, a comprometerem-se a votar no candidato adverso, chegando até a acompanhar o chefe federalista **Guahyba Rache** na cabala que este faz na alfândega, constantemente. [5v]

Rogo-vos, pois, a necessária solução de tal anormalidade na vida partidária local.

Antecipando agradecimentos pelo acolhimento que a vossa obsequiosidade [sic] dará ao portador, o distinto republicano capitão **João Montinho**, aguardo as vossas ordens que, com ufanía, sempre acato e cumprio.

Correligionário obrigado e amigo gratíssimo
[a] **Traiano Lopes**

Arquivo Borges de Medeiros
Doc. nº 5827¹⁸⁷

[1r]

Porto Alegre, 3 do Junho de 1915.

Exmo. Sr. Dr. **A.A Borges de Medeiros**

N/C

O ardente empenho do ver convertida em realidade a maior aspiração do nosso querido **Rio Grande** na ordem material, isto é, a abertura da Barra, levou-me a resignar o lugar de Senador da Republica com que me havia honrado o nosso partido desde o ano do 1890.

¹⁸⁷ Este é o único documento do Arquivo Borges de Medeiros cujo signatário é Ramiro Barcelos

Tendo vos dado a conhecer os motivos que a isso me compelião, antes de apresentar ao Senado a minha renúncia, aprovastes o meu intento e eu de minha parte vos assegurei que a temporária ausência da atividade no serviço meramente político, compensada aliás por um importantíssimo esforço de ordem administrativa, não significava de modo algum uma retirada da fileira do partido que eu mesmo ajudara a criar e organizar.

Esta segurança foi ainda ratificada pelo telegrama que do **Rio de Janeiro** vos passei, no dia de minha renúncia.

Durante o período desses oito anos em que empreguei toda a atividade de que era capaz em efetiva colaboração na solução do grande problema, muitos fatos de ordem política se deram no desenvolvimento do regime republicano e que interessaram vivamente ao Partido Republicano Rio Grandense, atingindo alguns de um modo profundo o âmago das grandes responsabilidades assumidas por nós não só durante a memorável propaganda que fizemos contra o regime da centralização monárquica, como em plena república, quando Júlio de Castilhos, resguardando com energia o princípio fundamental inscrito como lema intangível no cabeço do nosso órgão na imprensa, não cessava de recomendar aos representantes do **Rio Grande** no Congresso Federal a mais rigorosa intolerância em tudo o que se referisse a intervenção indébita do poder central na vida política dos Estados. Foi com grande mágoa que vi, não só sancionadas como até apoiadas pelos representantes do nosso partido as intervenções armadas, brutais e sangüinolentas efetuadas em diversos Estados da União pelo governo do Marechal **Hermes [2r] da Fonseca**.



Ramiro Barcelos

Não foi menos doloroso aos meus sentimentos de republicano o injustificável, iníquo estado de sítio durante o longo período de oito meses que manteve o mesmo detestável governo.

Vi com infinita tristeza a responsabilidade do impoluto partido republicano rio grandense, sempre de mãos limpas em tudo o que se refere aos dinheiros públicos, emprestada à uma administração inepta, senão imoral, que levou o Tesouro Nacional à bancarrota. Assisti com o coração apertado ao apoio incondicional com que os deputados e senadores eleitos pelo meu partido sustentaram a inépcia e os crimes de tal governo, que, felizmente, terminou o seu nefasto período, mas que sob o peso de um opróbrio que a história registrará em sua justiça.

Vi, em meio de todos esses acontecimentos incompatíveis com as tradições, compostura, brio, civismo e responsabilidade do partido republicano rio grandense, a inexplicável condescendência do chefe do partido e, mais do que isso, a sua anuência à conduta dos representantes, fazendo-os reeleger para a composição da nova Câmara.

A mim mesmo muitas vezes me perguntei se **Júlio de Castilhos** teria jamais consentido em que se atrelasse o velho e respeitado partido republicano rio grandense a esse heterogêneo agrupamento de politiquinhos que o Senador **Pinheiro Machado** inventou para consolidar o seu maléfico domínio na política federal sob a denominação de Partido Republicano Conservador?

Fui testemunha muda de todos estes acontecimentos, mas não o fui sem um grande esforço de vontade para reprimir a explosão de revolta que convulsionava todo o meu íntimo. Vi tudo isso que vos digo e conservei-me calado.

Por quê?

Porque eu me havia imposto como um ponto de honra levar a cabo o compromisso tomado de contribuir, no mais extremo grau das minhas forças, para que o **Rio Grande** se libertasse do fatal embaraço que se opunha ao livre surto de sua grandeza. Antes de chegar ao ponto em que não mais fosse possível, a quem quer que o tentasse, impor empecilhos à grande obra, eu não podia tomar uma atitude que provocaria certamente represálias dos detentores do poder, não porque as temesse pessoalmente, mas porque poderiam ser dirigidas contra a obra benéfica em que me achava empenhado.

Felizmente a obra, como pudestes por vós mesmo verificar e admirar, está quase concluída e eu sinto-me livre para retomar a velha charrúa¹⁸⁸ com que ajudei a lavrar a leira em que depositamos, nós os históricos a semente republicana, nos tempos em que não havia nem sombra de possibilidade de qualquer de nós sacrificar o grande ideal à uma personalidade que se arrogasse o direito de ser o árbitro da política nacional.

Os meus serviços no período da propaganda, a qualidade de organizador do partido republicano em vários pontos do Estado, as comissões de ordem política que desempenhei por investidura do partido e sempre com o seu aplauso e solidariedade e o meu desapego às posições de mando que nunca solicitei nem desejei, dão-me o direito de vir à vossa presença no intuito de evitar o sepultamento do nosso glorioso partido republicano, desse partido que representa a coragem cívica de nossa mocidade a competência da nossa virilidade nos primeiros embates da organização do novo regime, na vala comum da mais humilhante degradação.

Anunciam telegramas vindos do **Rio de Janeiro** que o senador **Assumpção** acaba de renunciar ao seu mandato e que apresentareis aos sufrágios do partido o nome do Sr. Marechal **Hermes da Fonseca** para preenchimento da vaga aberta.

Impor ao **Rio Grande** a candidatura de um homem que acaba de dar à Nação as mais evidentes provas de imbecilidade política, incapacidade administrativa inenarrável, que só escapa ao ódio nacional por ter caído no mais vergonhoso ridículo, equivale a impor-lhe o Kara-kiri [**sic**] dos japoneses, a que se suicide abrindo o ventre com a espada gloriosa dos farrapos.

Por maior que seja o vosso poder e o vosso prestígio de chefe não tendes o direito de, por uma inqualificável condescendência com o chefe de um partido que não é o nosso e cuja organização não foi por nós feita e cuja incompetência política e administrativa levou o país ao triste estado em que se encontra, o brigar ao **Rio Grande do Sul** a enviar ao Senado semelhante embaixador, como de- [4r.] positário de suas aspirações e representante dos seus interesses.

Não vos creio capaz de anuir a semelhante pretensão do Senador **Pinheiro Machado**. A responsabilidade é toda vossa e ponderai que o partido não merece tal humilhação e terá o direito de revoltar-se contra ela.

¹⁸⁸ lança

Não vos faltam nomes entre os velhos servidores do partido para preencher a vaga do Dr. **Assumpção**; entre os civis tendes **Carlos Barboza, Homero, Álvaro Baptista, Firmino de Paula, Pedro Ozório, Izidoro Neves, Thimotheo da Roza** e muitos outros. Na classe militar tendes **Mesquita, Santos Filho** e muitos outros militares cheios de serviços ao partido e à República, de serviços que o Marechal **Hermes** não prestou em tempo algum.

Todas estas coisas que aí ficam escritas derivam do mais puro devotamento ao partido republicano e não visam outro fim que o de evitar o seu desprestígio no seio da Federação e o abastardamento do civismo riograndense.

Na história do partido republicano rio grandense as minhas responsabilidades não são menores do que as vossas e elas me obrigarão a tomar uma atitude tão severa quanto enérgica se a candidatura do Sr. Marechal **Hermes da Fonseca** for lançada aos sufrágios do **Rio Grande do Sul**.

Na escola política em que vós e eu nos educamos a coragem de dizer a verdade e a de cumprir rigorosamente o dever cívico eram considerados virtude primordial de um verdadeiro republicano

Não estranheis, pois, que vos diga o que estou pensando sobre tão grave assunto e que me disponha a cumprir o dever que o civismo me impõe.

Vosso correligionário

[a] **Ramiro Barcellos**



sentados: à esquerda
Pinheiro Machado; à direita
Homero Batista

Conheci **Athos Damasceno Ferreira** por volta de 1931, quando me fixei definitivamente em **Porto Alegre**. Fazia ele parte dum grupo de escritores – poetas em sua maioria – que pareciam habitantes duma ilha afastada do **Continente do Rio Grande**, mas dotada de antenas sensíveis, capazes de captar as mensagens de outros mundos, principalmente da **Europa**. Havia lido com amor **Beaudelaire**, **Verlaine**, **Samain**, **Rodenbach**, **Mallarmé** e, mais tarde, **Marinetti**, **Appolinaire** e **Blaise Cendrars**. Eram os nossos “modernos”. De certo modo parodiavam nos bares e cafés de **Porto Alegre** a boemia de **Montparnasse**. Foram do **Rio Grande do Sul** a cabeça-de-ponte da Semana de Arte Moderna de 1922.



Athos Damasceno Ferreira

Distingua-os do ambiente em que viviam um gosto literário refinado, um horror ao lugar-comum e ao convencional, e também uma capacidade de “ousar”, que floresceu nos Poemas de Bilú de **Augusto Meyer** – protesto contra a mentalidade do burguês pançudo – nas piruetas coruscantes e epigramáticas dos poemas de **Damasceno Ferreira** em Lua de Vidro e ainda nos esquisitos desenhos em preto e branco de **Sotero Cosme**.

Circulava na “ilha” a moeda da ironia, jamais inflacionária, e garantida sempre pelo lastro-ouro da estima recíproca existente pelo menos entre alguns de seus habitantes mais antigos. Os turistas, esses sim estranhavam o dinheiro ilhéu, que compravam a uma taxa quase sempre exorbitante.

Quando comecei a freqüentar “a roda”, encontrei-a desfalcada de alguns de seus elementos. **Ruy Cirne Lima**, homem de inteligência e sensibilidade excepcionais, já se havia feito de velas para o grande mar duma carreira respeitável. **Maurício Rosenblatt**, ilhéu por vocação, fora forçado pela vida a ir explorar a selva selvagem do comércio. Mas lá estava ainda o maioral da ilha, **Augusto Meyer**, que ora era o moleque Bilú, ora um sujeito sério que conhecia a literatura alemã. E **Theodemiros Tostes** [2r] que, para penitenciar-se de pecados quase líricos como as suas Novenas a Nossa Senhora da Graça, escrevia para um diário local crônicas em que comentava o mundo com espírito cético e irônico. Outra figura do grupo era

¹⁸⁹ Segunda via datilografada e corrigida por Érico Veríssimo. Arquivo Athos Damasceno Ferreira. Pasta O-Z, nº 269.

Paulo Gouvêa, poeta e homem de jornal, conversador interessantíssimo com algo de histrionico. Por lá andava também, com seu olhar azul e ausente, **João Santana**, humorista de muito saber e muito calar, íntimo de filósofos gregos e que, segundo boatos correntes entre os ilhéus, estava escrevendo um ensaio sobre **Aristóteles**.

De raro em raro aprovava para a ilha a gôndola italiana de **Ernani Fornari**, autor em prosa e verso, homem cordial, meu futuro amigo e compadre. Um dia naquelas praias desembarcou também o estranho **Paulo Corrêa Lopes**, grande poeta e excêntrico: sentou-se em cima dum chapéu preto que estava sobre uma cadeira e, interpelado pelo dono do objeto, justificou-se: “Desculpe, pensei que era uma gato”.

Quando menos se esperava, esgueirava-se silencioso para dentro da ilha **Reynaldo Moura**, com seu ar de manso tapir, os olhos maliciosos, o sorriso subentendido. Grande guloso de imagens e metáforas, achava que fora da língua e da literatura francesa não havia salvação. Sua presença era, entretanto, periférica. **Reynaldo** falava pouco e em surdina e jamais reclamava o direito de ser ouvido.

O incomparável poeta **Mário Quintana**, o “Anjo Malaquias”, fazia vôos de reconhecimento sobre a ilha, mas raramente aterrava nela.

Membro bissexto da “roda”, **José Rasgado Filho**, figura esguia, de agudo perfil, parecia ter sido desenhado por **Sotero Cosme**. Senhor de rica verve e boas leituras, era também um desenhista de primeira ordem, embora se recusasse a levar a sério o que fazia.

Literatos que vinham do interior procuravam o convívio desse grupo e consideravam um privilégio sem par serem aceitos nele, ainda que como convidados de pedra. Tratava-se duma sociedade tão fechada em si [3r] mesma, que se numa noite, entre goles de chope, algum de seus membros inventava um vocábulo ou um ditado, no outro dia ele próprio ou outro o usava na sua coluna de jornal para espanto e confusão dos leitores e para gozo da “turma”, que tinha a chave do enigma. Tratava-se, pois, dum caso de endogamia literária.

Athos Damasceno não era, como a maioria dos outros ilhéus, um avejão da madrugada. Sua boemia foi sempre moderada, controlada por fortes rédeas que ele mesmo manejava ao sabor de suas cautelas e de seu sendo de equilíbrio.

As águas do tempo acabaram por submergir aos poucos a ilha. Cada ilhéu tratou de safar-se como podia – no seu bote particular, agarrado a uma eventual tábua-de-salvação ou mesmo a nado. **Theodemiro Tostes** e **Sotero Cosme** entraram para a carreira diplomática e foram ver geografias d’antes apenas sonhadas. O “Anjo Malaquias” levantou vôo e se mandou para a estrela **Albedarã**. **Ernani Fornari** dirigiu sua gôndola cheia de sonhos para as praias de Capital Federal. **Augusto Meyer** fez o mesmo no seu iate de vidro, mas sob protesto, e seu coração verde parece que continuou simbolicamente plantado a pulsar no solo da ilha submersa.

Paulo Gouvêa virou pai de família. **Rasgado** refugiou-se numa casa bancária mas continuou cultivando o vício secreto da leitura.

Rosenblatt, entre uma fatura e outra, ainda devaneia com a ilha, numa vaga saudade.

Mais tarde a Moura Torta passou montada no seu cavalo magro e arrebatou consigo primeiro **Paulo Corrêa Lopes**, depois **Ernani Fornari** e finalmente **Reynaldo Moura**.

Hoje em dia, passados quase quarenta anos, os corredores da nossa noite estão cheios de cabeludos psicodélicos. Estamos velhos, os sobreviventes da ilha. Pelo menos na fachada. Por dentro creio que ainda navegamos os mares da juventude, visitando arquipélagos encantados.

Quero falar aqui dum velho companheiro.

Posso imaginar dois de nossos melhores narradores, **Darcy Azambuja** [4r] e **Ciro Martins**, metidos em bombachas, chapéu de abas largas enfiado na cabeça, ambos acorados junto dum fogo de galpão, picando fumo para fazer um crioulo. **Athos Damasceno**, não. É um homem de cidade, e desta cidade de **Porto Alegre** que ele tão bem conhece e tanto ama.

Rosto fino de florentino (não sei por que imagino **Maquiavel** com essa cara) a cabeleira abundante e apenas grisalha a cair-lhe repetidamente numa mecha sobre os olhos, obrigando-o ao gesto de repô-la no lugar e que já se transformou numa espécie de cacoete – **Damasceno** é dos conversadores mais brilhantes e pitorescos que conheço. A gama de seu humor pode ir da mansa ironia até ao mais feroz sarcasmo, mas eis que, num descuido, se lhe escapa da boca ou da pena uma pérola de puro lirismo. Sua prosa tem um pouco de sua forma física: é esguia, ágil, nervosa, com algo de florete no que esta arma possui de agudeza contundente e flexibilidade. Ninguém, que eu saiba, tem mais habilidade que ele para contar oralmente uma história ou anedota. Nessa hora revelam-se seus dotes de ator. É também dos melhores epigramistas que conheço. Uns certos fumos de respeitabilidade o impedem de publicar as suas quadras que retratam psicologicamente figurões de nossa política e de nossa literatura. No entanto esse homem é capaz também de ternura e compreensão, como revelou em Menininha e Moleque e em muitas outras de suas histórias. Seus “fundos de quintal” são gostosas manchas da vida suburbana. Um dia propus comprar-lhe algumas dessas aquarelas verbais para usá-las oportunamente nos meus romances. Mau amigo me fez uma vaga promessa de venda mas a verdade é que a transação até hoje não se consumou.

Em matéria de política **Damasceno** e eu estamos em quase permanente desacordo. Sei que meu amigo não aprova as minhas intromissões e tomadas de posições nesse terreno perigoso e movediço. Só espero que ele compreenda que, embora trilhando caminhos diferentes, buscamos ambos a mesma cidade, isto é, o burgo ideal onde o homem possa viver com liberdade e dignidade, isento, tanto quanto possível, do temor da fome, da polícia e da guerra. [5r]

Quando hoje nos encontramos, soltamos os nossos foguetes festivos, prometemos um ao outro longas visitas, juramos que uma noite

destas, em companhia do **Rosenblatt**, iremos visitar o nosso caro **Theo**, que voltou para o pago e, não satisfeito com sua própria altura, aboletou-se num oitavo andar e de lá contempla com seus olhos de eterno gurizão os crepúsculos sobre o **Guaíba**.

Mas como o mar da vida se torna cada vez mais agitado, populoso e atravancado, às vezes apenas nos avistamos de longe e ficamos a trocar sinais semafóricos, talvez já um pouco esquecidos desse tipo de alfabeto. Verificamos então que estamos vivos, e isso é muito importante.

Depois de escrever Poemas de Minha Cidade (1935), Imagens Sentimentais da Cidade (1940) e um par de novelas, **Damasceno** voltou-se para a pesquisa histórico-sociológica e escreveu Jornais Críticos e Humorísticos de Porto Alegre no Século XIX (1944). Imprensa Caricata do Rio Grande do Sul no Século XIX (1962) e já tem prontos para publicação As Artes Plásticas no Rio Grande do Sul e Imprensa Literária de Porto Alegre no Século XIX. Estes últimos quatro trabalhos – ricas fontes de informação nos ajudam a compreender a evolução sociológica de nosso Estado. Fazer o que **Damasceno** conseguiu com cada um desses volumosos tomos equívale à proeza de equilibrar-se num fio de arame com um elefante sobre os ombros. Quero dizer que Athos conseguiu dar a esses textos, que corriam o risco de ser um puro amontoado de nomes próprios, datas e fatos secos e por vezes pesados, um sabor de ficção, de coisa não só vivida mas também vivense, mercê de suas intuições interpretativas e duma prosa leve, precisa, fluente e jamais enfadonha.

Quero agora chamar a atenção dos que me lêem para Persianas Verdes, o volume em que **Damasceno** reuniu recentemente as novelas Menininha e Moleque e mais alguns contos e manchas. Nele encontramos uma [6r] **Porto Alegre** que aos poucos se vai acabando, mas que ainda lá, palpitante, está nas páginas do livro, nas personagens e nos lugares que o escritor fixou e transfigurou graças aos instrumentos de sua mestria literária e ao ímpeto de sua paixão e da sua compaixão. E quanta coisa ele nos oferece de patético e humano nesse livro, debaixo do polvilho da ironia e do humor!

Para terminar direi que este artigo um tanto metafórico, que já se alongou demais, equívale a mais uma mensagem semafórica que envio ao **Athos Damasceno Ferreira**, na esperança não só de que ele compreenda o sentido do recado mas também não veja no vermelho de algumas de minhas bandeirolas o símbolo que ele tanto teme...

[a] **Érico Veríssimo**
29/Jan P.A.

Arquivo Apolinário Porto Alegre

[fl. 1r]

Apontamentos sobre a revolução 1835-1836
por **João de Araújo Viana**¹⁹⁰

Intróito - Reação

Presidência do Dr. **Fernandes Braga**

O patriótico e filantrópico Coronel **José Gomes Jardim** reuniu 60 homens nas **Pedras Brancas**¹⁹¹, sua moradia e passou para este lado. Acampou na encosta da coxilha em que está atualmente o cemitério; parte dos permanentes e alguns patriotas da cidade se reuniram a eles.

O visconde de **Camamu**¹⁹² com um pequeno piquete de cavalaria, que em sua maioria nem sabiam governar os cavalos, às 7 horas da noite do dia 19 de setembro foi reconhecer a força até a entrada da ponte da **Azenha**.

Cinco ou seis cavaleiros de lança em punho destroçaram de vinte a vinte e cinco homens do piquete. A primeira vítima que se acha sepultada na **Várzea**, foi o **Monteiro**, cognominado o **Prosódia**. Ele caíra do cavalo, e um rebelde julgando-o farrapo deu-lhe a garupa, mas ele, à traição desfechou-lhe um tiro de pistola; o outro, então matou-o.

Braga nessa mesma noite embarcou em uma canhoneira de guerra para o **Rio Grande**.

Toda a província anuiu à Revolução, exceção [1v.] o general **Sebastião Barreto**, **Silva Tavares**, Coronel **Vicente**, **Manuel de Cimas**, **Antonio de Paiva** em **Pelotas** e poucos outros de mesmo vulto.

José de Araújo Ribeiro foi nomeado presidente¹⁹³. As influências então dividiam-se **Bento Manuel** [**Ribeiro**], **Loureiro** e seus amigos queriam que se desse posse ao presidente. Tavão [sic] contrários **Bento Gonçalves** [da **Silva**], o melhor patriota e de boa fé, e mais o major **João Manuel de Lima** [e **Silva**], oficial valente, que foi posteriormente assassinado por um bandido chamado **Roque** (índio), para o roubar; porém sendo feito prisioneiro em uma guerrilha, **Bento Manuel** o mandou fuzilar em fins de 1837, pagando assim o seu horroroso crime.

Bento Manuel se pôs em campo a favor da legalidade e à frente de 30 homens deu uma noite uma assaltada à **Cachoeira** e aprisionou o cirurgião **Gaspar**. O jovem **Corte Real** por um triz que não agarrou **Bento Manuel**, que, estando almoçando, fugiu com uma bota numa mão.

1836 – Janeiro

¹⁹⁰ João de Araújo Viana era nascido na Vila do Fão, Concelho de Espozende, Portugal. Casado com D. Maria José Felizardo Viana, foi o pai do Maestro José de Araújo Viana (n. 10.2.1872-POA; f. 2.11.1916-RJ). Faleceu em Porto Alegre em 18.6.1890. No Arquivo Público do RGS está o seu Inventário (1890 – Feito 743, M. 45, E. 2), do 2º Cartório de Órfãos de Porto Alegre. Vide: *Vultos da Pátria*, vol II, Antônio da Rocha Almeida, Ed. Globo, POA, 1964, p.188. Neste livro há um engano na data da morte de João de Araújo Viana, registrada como dia 14, quando o correto, baseado no inventário, é 18.6.1890.

¹⁹¹ Guaíba / RS

¹⁹² José Egidio Gordilho Veloso de Barbuda. Este Brigadeiro foi Presidente da Província de 14.1.1826 a 4.11.1826.

¹⁹³ Presidente da Província, equivalente à Governador do Estado

Ataque no **Passo do Rosário Bento Manuel** com 300 e tantos homens derrotou a **Afonso Corte Real** que tinha de 800 a 900 homens,

Com esta derrota os ânimos exaltaram-se em **Porto Alegre** e começaram a descomedir-se com o apoio do Juiz [2r.] de paz **Pedro José de Almeida**, **Pedro Boticário**, e a dar balas, chicotadas, tiros e [espaço em branco] de açúcar. O que dá esses apontamentos simpatizava com a revolução, mas uma comissão dirigida por um português chamado **Ribeiro** e mais cinco companheiros já com recibo pronto de três dúzias de balas, teve de recuar diante da faca que ele lhes mostrou.

Juca Ourives era farrapo e entrou em companhia de **Onofre**¹⁹⁴ em **Porto Alegre** quando começou a Revolução; porém depois brigou com **Onofre**, fugiu para **Santo Antônio**, reuniu 300 homens com o prestígio do juiz de paz **José Joaquim Ferreira**, e veio se mostrar na **Várzea de Porto Alegre**, mandou que 8 homens entrassem na capital; estes foram ao Trem¹⁹⁵, 1 ficou prisioneiro, e um indivíduo de nome **Paulo** cortou-lhe uma orelha; os outros caíram em uma emboscada do **beco do Oitavo**, esquina da **Olaria**¹⁹⁶, onde 8 soldados do oitavo mataram quatro.

Ataque de **Mostardas**

O **Onofre** derrotou o **Juca Ourives**, mandou fuzilar os prisioneiros entre os quais **José Joaquim Ferreira** e um tal **Antonio**; estes dois fizeram o sinal maçônico, mas **Onofre** não quis atendê-lo, o que posteriormente trouxe-lhe a- [2v] margos dissabores. (*)

[Obs: à margem da folha 2r consta:]

Roubou a amásia do mesmo **Onofre** e para evitar sua vingança, bandeou-se. Apesar de exaltadíssimo farrapo em 20 de setembro, uns quarenta dias depois era legal, temendo a cólera do valente **Onofre**.

[no rodapé da fl. 2v.] (*) Ataque de **Mostardas** – Maio alguns prominores[sic].

O juiz de paz **José Joaquim Ferreira** (professor), homem de prestígio por suas excelentes qualidades, ainda que de idéias atrasadas, quando reuniu com **Ourives** e veio com ele até à **Várzea** era para trazer auxílio aos legalistas de **Porto Alegre**; porém os legalistas não se moveram, com medo. **Ourives** mandou 8 homens para tomarem conta do Trem, porém os postos do Trem foram fechados e um tal **Paulo** aprisionando um, cortou-lhe uma orelha que pregou no portão. Os sete restantes reconhecendo que não tinham proteção, se retiraram e foram cair na emboscada à rua da **Olaria**, esquina do **Oitavo**.

Ataque de **Pelotas**

O Coronel **Albano** foi derrotado e prisioneiro com o major **Marques**, Tenente **Vitor** e uns cadetes. **Albano** não chegou à **Porto Alegre**. Os outros foram para a **presganga** fundeada na baía.

Reação

¹⁹⁴ Onofre Pires do Canto

¹⁹⁵ Trem de Guerra

¹⁹⁶ Rua General Lima e Silva

A reação foi feita pelo carcereiro **Manuel Pereira Maciel**, **José Manuel Fontes**, dois sargentos do oitavo batalhão, com os nomes de **Segesmando [sic]** e **Chagas**, etc.

Em três dias foram presos de 100 a 120 pessoas. Para falar a verdade, com exceção de dictérios, foram bem tratados.

Entre eles achavam-se **Pedro Boticário** e padre **Pedro**, o inventor das balas; estes últimos foram muito felizes se considerar-mos os ódios que tinham semeado. [3r.]

Ataque de 30 de Junho

1 brigue, 1 patacho, 1 palhabote, 1 escuna, 1 lanchão comandado pelo **Menino Diabo** bloquearam a cidade.

Por terra – mil e tantos homens.

Bento Gonçalves mandou o Capitão **João Fernandes** de parlamentar a 28 de junho. O que dá estes apontamentos era ajudante do major **Marques**. Na ocasião em que levou o parlamentar à presença do Marechal **Chagas**¹⁹⁷, este leu e disse: Diga lá ao Sr. **Bento Gonçalves** que cá não cai tanta gente.

Rompeu o fogo na madrugada de 30. O major **Marques** com uma peça de 16¹⁹⁸ e 20 homens na **Brigadeira**¹⁹⁹ fez com que ele retrocedesse. No **Riacho** [3v] aconteceu o mesmo. O Comandante deste ponto era o Tenente **Coimbra**.

[OBS: ao pé da página:]

Então **Juca Ourives** retirou-se para **Mostardas**, onde encontrou o **Onofre**. Travaram combate. **Onofre** venceu, não por si, porque, apesar de valente, só servia para ser mandado; mas porque tinha consigo o Coronel **Antonio Pinto de** [espaço para o último sobrenome], que desgostara-se do governo e achava-se com os farrapos.

José Joaquim Ferreira no ato de ser fuzilado fez o sinal maçônico de socorro, como irmão; mas, **Onofre** não o atendeu, apesar dos conselhos de seu secretário **Fernandes Pinheiro**. [3v]

Episódio – No princípio do sítio, quando se sentia faltas na cidade, os farrapos botavam como isca na Entrada do **Caminho do Meio**²⁰⁰, onde hoje demoram terrenos de propriedade do Dr. **Capistrano**, 2 vacas.

No quartel do **Oitavo** saíram 6 soldados, 1 corneta e o cadete **Coitinho [sic]**. Estavam emboscados com uma força o Coronel **Francisco de Paula do Amaral Menna**, e caiu sobre eles com tanto ímpeto, que quatro foram mortos, inclusive o cadete, os outros ficaram prisioneiros com exceção do corneta que escapou com o rosto todo mutilado; no dia seguinte [4r.] **Juca Leão** os mandou fuzilar, não valendo o pedido do Coronel **Francisco de Paula**, que dizia-lhes que eles cumpriam os seus deveres; mas o Coronel **Francisco de Paula** era um militar muito valente e bastante inteligente. A sua morte na **Coxilha do Leão**, na **Várzea**, por uma bala de artilharia lança do **Portão**, foi muito sentida.

Com a notícia do fuzilamento dos soldados por ordem do **Juca Leão**, o Alferes **Chagas**, aquele sargento que cooperou para a reação com mais de 50 soldados do **Oitavo** aliciados por ele vai aos pontos do entrincheiramento dar ordem

¹⁹⁷ Tenente-General Reformado Francisco das Chagas Santos. Foi Presidente da Província de 16.5.1837 a 6.6.1837.

¹⁹⁸ libras

¹⁹⁹ Chácara da Brigadeira - limitada hoje pelas - Rua Senhor dos Passos, Rua Barros Cassal, Rua Voluntário da Pátria e Av. Independência

²⁰⁰ Av. Osvaldo Aranha

aos soldados de linha que na madrugada do dia seguinte comparecessem no pátio do quartel do **Oitavo**. [4v]

Os legalistas moderados desconfiaram e se apresentaram também armados ao quartel, pela madrugada. O autor destas linhas também lá estava, com o fim de impedir os assassinatos dos presos.

O Alferes **Chagas** com uns dez ou soldados [sic] abriu, muito embriagado, abriu as portas das prisões e mandou sair os prisioneiros. As primeiras vítimas eram o Tenente Coronel **Silvano**, **Antonico Barreto**, Capitão **Pimentel** que se queria atirar da janela da prisão, **José Alves de Souza**. Os legalistas moderados convenceram os soldados a estes desceram as espingardas. Alguns paisanos dos legalistas que varejavam as casas atrás de farrapos, que as procuravam dentro das gavetas das cômo[da]s e dos baús; esses acompanhavam e sustentavam o Alferes **Chagas**. Este furioso em malograrem-se seus planos de vingança, arrancou furioso da farda e atirou-a aos pés do Marechal **Chagas**.

Este Alferes **Chagas**, mais tarde no Ataque de **Taquarí** em 1839, quando o valente General **Manuel Jorge** estava dentro do quadrado atirou-se no rio para o lado de **Santo Amaro** e morreu afogado. Com a morte deste bêbado pouco ou nada se perdeu.

[fl 5v. em branco]

[fl 6r.]

(junto à coleção de apontamentos pelo mesmo)

Reação

1836

Combate do dia 20 de Julho
por **João de Araújo Viana**

Às 3 horas da madrugada, o Major **Manuel Marques [de Souza]** teve aviso de que os farrapos estavam por detrás dos **Moinhos de Vento**, hoje a casa dos herdeiros do **Alves Leite**, fazendo m[o]vimento com artilharia. As quatro horas rompeu o fogo de canhoneira por detrás dos **Moinhos de Vento**, mais para chamar a atenção para aquele ponto, porque o ataque efetivo era na Emboscada²⁰¹, na chácara do **João da Olaria**. Quando começou o fogo de artilharia já os farrapos estavam dentro da trincheira em número de cem homens, pouco mais ou menos, comandados pelo Tenente do 8º batalhão, de nome **Guabiroba**, e que fugira na noite da Reação.

Na **Emboscada** havia uma trincheira com um obus, sendo chefe da peça o Capitão de navio por nome **José Duarte**, e o piloto **Fogaça**, filho de **São José do Norte**. Estes valentes com uma pequena guarnição fizeram prodígios de valor. Veio em seu auxílio um reforço de 20 homens que lhes mandava o Major **Marques**, calculando que o ataque era ali e não na **Brigadeira**. [6v]

A força dos farrapos em sua maioria composta de alemães que [o] Coronel de legião **José Manuel de Leão** reuniu em **São Leopoldo**, com a condição, se entrassem em **Porto Alegre**, de darem-lhes as terras do **Padre Eterno**; porém só três ou quatro espertalhões lucraram no negócio, e não personalizo-os, porque deixaram descendentes que hoje figuram na política.

Ao ataque de 20 de julho foram os legalistas vencedores, porque a infantaria dos farrapos entrando às ocultas por uma sanga que tinha quatro palmos d'água, e tendo molhado o cartuchame, não puderam contestar a metralha de nosso obus que neles fez grandes danos.

²⁰¹ Cidade Baixa

Bento Gonçalves achava-se com o seu estado maior na chácara do **João Luiz**, e como tinha-se convencionado três foguetes para sinal de retirada, ele mandou soltá-los.

Os farrapos já se achavam em parte dentro da trincheira. **Tico Barbosa** fez-lhe ver isto, antes de dar o sinal, mas ele não quis atendê-lo.

O único prisioneiro que ficou entre os legais foi o Tenente **Guabiroba**, por estar ferido nos rins. Foi recolhido ao hospital e faleceu nesse mesmo dia. Houve quem dissesse que o Dr. **Landell** o envenenara, mas isto é calúnia, porque eu vi o seu ferimento e logo disse que ele morreria. [7r.]

Os farrapos deixaram 7 mortos, 1 ferido, [da] arma de infantaria, muitos chapéus co[m] ramos de pinheiro, muitos picuás [sic] e galinhas assadas e pão de milho.

A cidade estava sitiada por mar [sic] e por terra. No mar – 1 brigue, 1 patacho, 1 palhabote, 1 escuna por nome *Farroupilha* e 2 ou 3 lanchões.

Bento Gonçalves dizia – Cada defensor da cidade vale por três dos nossos, é o resultado das balas ...

Era comandante do brigue de guerra **José Pereira**, o qual mandou uma intimação para que a cidade se rendesse, sob pena de ser arrasada à bala...

A Escuna – *Farroupilha*

O brigue – *Bento Gonçalves*

O iate – *Onofre Pires*

O patacho – [nada consta]

Os lanchões – [nada consta] [7v.] [folha em branco]

[fl. 8]

vide Crônica **Queirós** – 20 Março 1828

Vide Campeão da Legalidade – 11 de Março 1838

Vide Campeão da Legalidade – 27 de Janeiro 1838

Ataque de **Inhanduí** – 1837

O Coronel **José Rodrigues** reuniu no **Estado Oriental**²⁰² os emigrados legalistas e brasileiros residentes naquele país, entre os quais – Coronel **Medeiros**, **João Propício Menna Barreto**, Major **Charão**, etc., e passaram para esta província com uma força de 40 homens, pouco mais ou menos, gente lúcida, branca, bem montada, cavalos ricamente ajazezados.

Os republicanos, com quinhentos e tantos homens eram comandados por **Bento Manuel Ribeiro**, gente da campanha, aguerrida.

No encontro na **Coxilha de Inhanduí**, uma sanga separava as duas forças.

Bento Manuel disse aos seus: Se passarmos a sanga, estamos perdidos; se eles passarem, estão perdidos.

O Coronel **José Rodrigues** reconheceu o mesmo perigo e não queria atacar; mas **Medeiros** e **Charão**, foram de opinião contrária.

A ala direita dos republicanos foi desfeita ao primeiro choque. **Bento Manuel** escondeu-se no mato e alguns fugitivos entraram em **Alegrete** levando a nova da derrota dos republicanos. Mas a ala esquerda dos republicanos sob o mando de **Demétrio Ribeiro** manteve-se firme e derrotou as forças legais. Houve muitos mortos de parte a parte. O Capitão **João Batista Menna Barreto** morreu pelejando, para não ser feito prisioneiro. (Este bravo em um pequeno ataque no

²⁰² República Oriental do Uruguai

Espinilho em Missões batera-se heroicamente contra o Coronel **Zeferino**, republicano. [8v] [em branco]

[9r]

Vide o Justiceiro de 14 de 7^{bro} de 1836 (vol. encadernado)

Vide o Justiceiro de 5 de O^{bro} de 1836 (vol. encadernado)

O Menino Diabo

Justiceiro de 24 de Agosto de 1836

Ataque sem resistência à Vila do **Rio Pardo** pelo **Menino Diabo** – Agosto 1836.

Antonio José da Silva denominado – o **Menino Diabo**, era português, figura mediana, ruivo, feições femininas, olhos penetrantes. Vivia jogando com os tropeiros nas charqueadas do **Triunfo** e fazendo desordens. Apareceu a revolução e ei-lo pronto em **Porto Alegre** com espada quase do seu tamanho e todo cheio de fitas verdes e amarelas no chapéu e no cavalo.

No segundo dia da Reação aparece comandando um lanchão de guerra a bloquear a cidade e gritando: Saíam para fora, galegos. E então dava tiros com uma pequena peça de artilharia.

Com a chegada de **Bento Manuel Ribeiro** desapareceu o **Menino Diabo**.

Em princípio do mês de agosto de 1836 chegavam a **Porto Alegre**, fugidos do **Rio Pardo** o Coronel **Felipe Neri de Oliveira** e o Comendador **Manuel Pedroso de Albuquerque**, narrando a entrada do **Menino Diabo** em **Rio Pardo**.

Subira o **Rio Taquarí** e tirando a peça de artilharia do lanchão e com 10 homens da tripulação, negros e brancos, encaminhou-se pelo distrito de **Santo Amaro**. Com a peça puxada à mão foi reunindo vagabundos pelo caminho com a promessa de saque em **Rio Pardo**. [9v.]

No **Passo do Couto** reuniram-se a ele 20 homens de cavalaria comandados por **Sabastião Guedes**.

Entraram em **Rio Pardo** sem resistência.

Dirigiu uma proclamação aos Rio-Pardenses pouco mais ou menos desse teor:

Rio Pardenses,

Antonio José da Silva, general em chefe das forças diabólicas, faz constar que qualquer dos seus comandados que saquear ou maltratar qualquer pessoa, será fuzilado; pois este direito só pertence ao general.

Quartel general em **Rio Pardo**. Agosto de 1836.

Antonio José da Silva, general em chefe das forças diabólicas.

A casa de negócio com bastantes fazendas era a do **Pedroso**.

O **Menino Diabo** a tomou e repartiu o despojo com os seus e algumas famílias pobres. Ele dizia: O que quero, é dinheiro, eu farei esses *caramurús* e galegos escurrupicharem [sic] os cobres.

Com este intuito meteu na cadeia o Marechal **João de Deus Manna Barreto**, Major **João Pereira Monteiro**, o cirurgião **José de Souza e Silva**, o velho **Queima** [sic] e mais al- [10r.] guns. Todos os dias fazia-lhes uma visita na cadeia. Dizia-lhes então: Vossas Mercês querem sair? Se o quisessem, há de ser por tal quantia.

Os presos respondiam-lhe sempre que não tinham dinheiro.

Um dia de manhã apresentou-se com uma força de infantaria e ordenou: Saíam para serem fuzilados [!]

E levou-os para a praça.

No momento em que os soldados iam disparar os tiros, chegou **Sebastião Guedes** com uma força de cavalaria e impediu que se consumasse o fuzilamento.

Era uma força propositalmente preparada para incutir-lhes medo. Os presos voltaram para a cadeia.

Dois dias depois o Coronel **Antonio Manuel de Azambuja** apareceu com uma força que pôde reunir em **Santo Amaro** e derrotou a força do **Menino Diabo**, fazendo muitos prisioneiros.

O **Menino Diabo** desapareceu e por muito tempo não se soube notícias dele.

De repente surge nas colônias de **São Leopoldo**, atentando, com suas diabruras os pacíficos habitantes.

Não podemos mais suportá-lo, um colono já velho, com 70 anos, chamado **Lambach**, com alguns companheiros armaram-lhe uma cilada, em que ele cai e morre à primeira descarga. [10v.]

Dias depois chegou a **Porto Alegre Lambach** que vinha receber as felicitações por seu feito. O que escreve estas linhas crismou-o de General **Lambach**, dando-lhe um apertado abraço.

Ataque do **Triunfo** – 1837

O Coronel **Gabriel Gomes** esperava que algumas forças legais dispersas se reunissem a ele naquele ponto. Ali se deixou ficar empatuscados [sic] e comeu e bebeu. O General **Neto** com 600 homens atacou-o com tal presteza, que não deu tempo a que as forças legais dessem a primeira descarga. Os republicanos tiveram alguns prejuízos que a esquadrilha lhes causou. **Gabriel Gomes** foi ferido mortalmente por metralha da esquadrilha.

Esta é a verdade, apesar do que se espalham em **Porto Alegre** que os farrapos o tinham assassinado. O Coronel morreu, porque não quis embarcar, envergonhado da derrota.

O seu próprio camarada, um índio que ele criara, não quis abandoná-lo, e como amigo leal ficou ao lado dele.

Esta derrota trouxe o desânimo a **Porto Alegre**, mas os republicanos não souberam aproveitá-la.

Neste ataque **Gabriel Gomes** estava com uma força de 200 homens das três armas, apoiado por canhoneiras e lanchões de guerra. [11r.]

Vide **Queirós** – 28 e 29 de setembro 1836

1837 – 29 de setembro

Ataque denominado das *Tamancas*, no subúrbio da cidade de **Porto Alegre**, hoje chácara da família **Porto**.

Os republicanos tinham um forte entrincheirados. O Brigadeiro **Francisco Xavier da Cunha** comandava as forças imperiais, e constando-lhe que os republicanos tinham levantado o sítio, fez um reconhecimento com as forças da cidade que constavam de batalhões de provisórios, 250 praças, entrando no número o piquete de cavalaria do mesmo provisório, comandado pelo Tenente Coronel **Salustiano**; 100 praças do batalhão de linha, 70 praças da companhia de alemães, comandada pelo bravo Major **Maximiliano**, 28 praças de índios guaranis do Capitão

Atanásio, também índio, 1 pequena força de cavalaria ao mando do Major **José Joaquim de Andrade Neves**, 500 ou 600 paisanos de todas as classes e idades, e algumas das antigas ordenanças, Capitão e Majores com as suas espadas curvas e fardas de galões brancas. Levaram balaio de comida feita e garrações de vinho. Acamparam junto ao Forte. 2 ou 3 horas depois aparece uma força de infantaria de 200 a 300 homens e alguma cavalaria dos republicanos, querendo tomar a retaguarda. O Brigadeiro **Cunha** manda ordem ao poveréu das tamancas para que se retirem. Oh! que desordem na chegada à chácara do falecido **Rodrigo**! Uma carretilha de munições vira-se, todos fogem, com exceção de alguns moços que não quiseram [11v.] abandonar as munições. A companhia de alemães com o seu bravo Major foi quem deteve o destroço dessa gente, perdendo duas praças e ficamos um ferido; o batalhão provisório portou-se com bizzarria em linha resguardados por um valo, onde puseram-se firmes, impedindo os farrapos de dar mais um passo para afrente, estes eram comandados pelo Tenente Coronel **Antonio Marques da Cunha**, ex-sargento de linha com idéias muito claras na arte da guerra. O Major **Marcelino** dos farrapos com uma peça de artilharia colocada na **Coxilha do Teles**, despejava balas e plaquetas sobre o povo, mas sem resultado. Uma guerrilha de farrapos atropelava o povo que ia em desordem, a exceção de 20 rapazes que os continham entre os quais o autor destes apontamentos. O Tenente **Manuel Luiz Osório**, de lança em punho gritava: Senhores, reunam-se. O mais interessante é que os oficiais das antigas ordenanças entravam na cidade com flores nos punhos das espadas de gancho.

As forças comandadas pelo Major **José Joaquim de Andrade Neves**, pelo lado da **Azenha**, portou-se bem, por ser gente escolhida.

A título de ilustração publicamos, à pág. 236, mapa de Porto Alegre relativo ao período da documentação transcrita e que não faz parte desta documentação.

ESTATÍSTICA DOS SUBÚRBIOS E ENTRINCHEIRAMENTO DA CIDADE

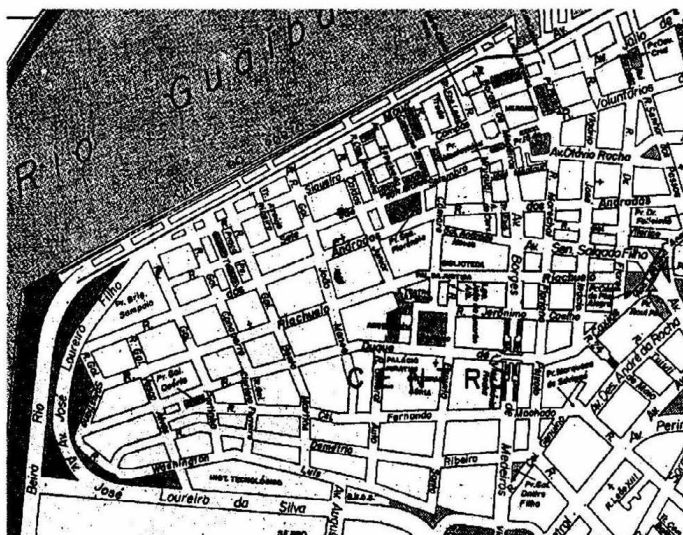
1. **Caminho Novo**
2. Chácara de **Manoel de Freitas Travassos**
3. Beco do **Freitas Travassos**, e Caminho do **Francisco Pinto de Souza**
4. Beco de **Antonio Gonçalves Carneiro**
5. Olaria de **José Inácio Lourenço**
6. Beco de **Antonio Martins Barboza**
7. Caminho da Caridade para o Alto do **Passo d'Areia**
8. Moinho de Vento de onde tem **Netto** batido a Cidade por vezes, sendo uma em 20 de Junho de 1837, em que jogou 150 e tantas balas ardentes e granadas, e logo que cessa o fogo se retira com a artilharia, e são tantas as peças quantas as figuras ali com a letra o
9. Chácara do **José Ignacio Lourenço**
10. Chácara do Dr. **Manoel José de Araújo Franco**
11. Chácara de **Antonio Fernandes Teixeira**
12. Chácara de **João de Souza**
13. Moinhos de Vento de **Antonio Martins Barboza**, que foram demolidos (e pagos pela Nação), por quererem os sitiantes formar uma bateria acoberto deles na noite de 19 para 20 de Julho de 1836
14. Caminho para a **Várzia** [sic - **Várzea**]
15. **Várzia** que se acha dividida e demarcada, porém em projeto, não obstante terem-se passado Títulos a quem os requereu no tempo da presidência do Dr. **Antonio Rodrigo Fernandes Braga** em 1834; mas a Câmara até o presente não tem consentido que se edifiquem casas por dizer lhe pertence, e que é reservada para logradouro público
16. Estrada geral para a Freguesia de **Viamão**
17. Chácara e Olaria do **Telles**
18. Chácara do **Leão**
19. Caminho para a **Azenha**
20. Ponte de pedra na **Azenha**
21. Riacho
22. Olaria do **Pinheiro**
23. Chácara de **José Rodrigues de Oliveira**
24. Chácara e Olaria do chamado **Joãozinho da Olaria**
25. Potreiro do mesmo **Joãozinho**
26. Lugar para uma Igreja
27. Lugar para uma Caldeira que devendo receber as águas de todas as ruas as deve ir deitar no Riacho
28. Casa e Terreno do Hospital de Caridade
29. Chácara de **S. Rafael**, Fonte e Potreiro
30. Ponte do Riacho e Caminho de **Bellas**
- ☐ Casas situadas em diversas chácaras

ENTRINCHEIRAMENTO E BATERIAS

- | | |
|---|--|
| 31. Legalidade ou morte com 3 peças | 40. S. João da Olaria com 3 peças |
| 32. Trinta de Julho com 1 peças | 41. S. José dos Alemães com 2 peças |
| 33. Leal Cassapava com 2 peças | 42. Sra. da Conceição com 3 peças |
| 34. Lealdade e Valor com 4 peças | 43. Imperador Constitucional com 1 peças |
| 35. 15 de Julho de 1837 com 2 peças | 44. Santo Antonio com 1 peças |
| 36. Sra. Madre de Deus com 2 peças | 45. S. Francisco das Chagas com 1 peças |
| 37. 2. Bateria da Legalidade com 1 peças | 46. D. Pedro 2º. com 2 peças |
| 38. Firmo com 1 peças | |
| 39. S. Jorge com 1 peças | |

ESTATÍSTICA DA CIDADE

- | | |
|--|--|
| 47. Trapiche, Alfândega e Praça | 75. Rua do Arvoredo |
| 48. Rua da Graça | 76. Rua da Olaria |
| 49. Rua da Praia e Praça do Arsenal | 77. Rua da Várzea [sic] |
| 50. Rua do Paraíso | 78. Praia do Riacho |
| 51. Igreja do Rosário | 79. Rua do Coito, ou Cordoeiro |
| 52. Praça do Paraíso | 80. Igreja do Sr. dos Passos |
| 53. Travessa do Paraíso | 81. Rua da Misericórdia |
| 54. Plourinho [[sic- Pelourinho] | 82. Rua de Santa Catarina |
| 55. Praia do Arsenal | 83. Largo do Portão |
| 56. Ponta das Pedras | 84. Rua do Hospital |
| 57. Passagem para o lado Ocidental | 85. Beco da Fome |
| 58. Travessa ou Rua da Prisão Militar | 86. Beco do Quartel do 8º. Batalhão |
| 59. Rua da Cadêa, e Cadêa [[sic- Cadeia] | 87. Rua da Figueira |
| 60. Rua Nova | 88. Beco do Forno |
| 61. Rua da Ponte | 89. Beco do Israel Soares de Paiva |
| 62. Rua do Cotovelo | 90. Rua do Rosário, ou Bandeira |
| 63. Igreja das Dores | 91. Rua de Bragança |
| 64. Ponta do Arsenal | 92. Rua do Poço |
| 65. Travessa da Rua do Poço | 93. Beco do Brito |
| 66. Largo ou Praça do Palácio da Presidência | 94. Beco da Casa da Ópera |
| 67. Alicerces da nova casa da Ópera | 95. Beco do Barriga |
| 68. Rua de S. José e escada para a praça | 96. Rua do Ouvidor |
| 69. Igreja Matriz (N. Sra. Madre de Deus) | 97. Rua do Cemitério |
| 70. Catacumbas | 98. Beco do Fanha |
| 71. Cemitério | 99. Rua de Bellas |
| 72. Palácio dos Presidentes | 100. Rua Clara |
| 73. Casa da Assembléia Provincial | 101. Rua do Arrolo, ou Pecados Mortais |
| 74. Rua Formosa | 102. Rua Direita |
| | 103. Rua Bella |
| | 104. Rua do Príncipe |
| | 105. Arsenal de Guerra |
| | 106. Arsenal de Marinha |



Porto Alegre atual - detalhe



Planta da Cidade de Porto Alegre – 1837 Conforme: CÂMARA, Rinaldo Pereira da. O MARECHAL CÂMARA. Porto Alegre: Liv. do Globo. 1964. vol.1

AURÉLIO DE BITENCOURT (Aurélio Veríssimo [sic] de Bitencourt) - nasceu em Jaguarão, a 1ª de outubro de 1849 e faleceu em Porto Alegre, a 29 de agosto de 1919.

Filho do capitão de fragata Hipólito Simas de Bittencourt. Fez apenas os estudos primários em sua cidade natal. Em 1864 foi para Porto Alegre, entregando-se a aprendizagem na arte tipográfica, iniciando-se, ao mesmo tempo, na vida da imprensa. Empregou-se, de chegada, no "O Mercantil", de propriedade de Félix e Francisco Xavier da Cunha, e depois na "A Reforma" e no "Jornal do Comércio".

Serviu desde empregado de vassoura, no Palácio do Governo, até ao cargo de secretário da Presidência. Colaborou no "O Mercantil", "Jornal do Comércio", "A Reforma", "Revista do Partenon Literário", 1868, "O Lidador", 1871, "Álbum Semanal", 1872, "Revista da Sociedade Ensaio Literários", 1876, "Revista Literária", 1881, "Jornal do Comércio", 1903, todos de Porto Alegre. Publicou: "Vigário José Inácio de Carvalho Freitas", biografia, Porto Alegre.

AURÉLIO JÚNIOR (Aurélio Veríssimo [sic] de Bitencourt Júnior) - nasceu em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) em 28 de fevereiro de 1874 e faleceu em Porto Alegre, a 30 de julho de 1910.

Filho de Aurélio Veríssimo [sic] do Bittencourt e do D. Joana Joaquina de Bittencourt. Fez os estudos primários e secundários no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, não terminando os preparatórios, o que fez em São Paulo, matriculando-se depois na Academia de Direito, formando-se em 1896. Juiz Distrital de São Leopoldo e de Porto Alegre, em cujo posto faleceu quando se preparava para fazer concurso para Juiz de Comarca. Da Academia Riograndense do Letras, 1ª. fase, cadeira Félix da Cunha. Começou a colaborar na imprensa paulista quando cursava o 3º ano, firmando artigos em prosa e verso. Colaborou na "República", folha preferida pela mocidade acadêmica de então; no "Jornal do Comércio", tendo sido um dos fundadores e principais redatores dos jornais "O Exemplo" e "Petit-Journal", todos do Porto Alegre. Um dos fundadores da "Revista do Foro". Usou os pseudônimos: "Hélio Silva", "Vidoski", "Aureo Nojuir", "Delmar do Castro". Não deixou livro publicado, a não ser o opúsculo "Segredo Profissional", trazendo um arrazoado do dr. João Neves da Fontoura, então promotor público em Porto Alegre, 1908, e a sentença do Juiz do Comarca dr. Ribeiro Dantas. Cultivava a poesia. Seu gênero predileto era o humorismo.

[Dicionário Inédito. Afonso Guerreiro Lima. p.461; 462-63]



Aurélio Bittencourt

Porto Alegre, 25 de setembro de 1903.
Estimado Amigo Coronel **Aurélio**
reservada

Ponto nos ii e cartas sobre a mesa.

Falei-vos com franqueza, que tenho a firme convicção de que a política d'este Estado é sabiamente dirigida por vós e pelo Coronel **Marcos de Andrade**. O amigo dirige a política administrativa e o Cel. **Marcos** a eleitoral. Assim é que, aproveitando estes dois auxiliares, o nosso incomparável chefe **Júlio** habilmente vai fazendo a felicidade do **Rio Grande** e domina a política da União.

Cassiano, grande general, com admirável tino, comanda as forças aguerridas e leader da bancada e da maioria, consulta diariamente o Dr. **Rodrigues Alves** e na Câmara faz passar os projetos que julga conveniente.

Quando algum deputado propõe alguma medida de utilidade, porém que **Cassia**- [1v] **ano** julga o contrário, este toma a palavra e a medida é rejeitada por grande maioria de votos. **Victuca**, enciumado e pesaroso por ter sido destituído do lugar de leader da bancada, seguiu para a Europa, d'onde com certeza não voltará este ano. O meu venerando amigo **Pinheiro Machado**, comrade e amigo de **Victuca**, não tem sido consultado pelos nossos chefes sobre algumas medidas de interesse político e administrativo, como essa da acertada destituição de leader que **Victuca** ocupava, abandonou a direção da bancada, porém não consente que nada se faça sem o consentimento de nossos chefes, comprovado por telegrama ou carta. Essa teimosia prejudicou meu filho **Antonio**, que, já tendo sido indicado para a vaga de 2º escrivão do **Rio Grande**, até hoje não obteve a no- [2r] meação e essa vaga foi preenchida por um empregado da Alfândega de **Uruguaiana**. Infelizmente eu tenho abandonado os interesses dos meus filhos e hoje, que, além dos meus 80 anos de idade, tenho necessidade de protegê-los.

Nada devo ao **Rio Grande**, berço de meus filhos. A ele só tenho prestado relevantes serviços, que me foram compensados pela subida honra de ser eleito seu representante federal sem que eu a solicitasse. A minha cadeira de deputado eu a tenho segura se apoiar a política de **Manoel Murinho** de querer dominar **Mato Grosso** pela degolação [2v] e pela faca. Por tal preço eu não quero o trono. **Generoso Ponce**, pior do que **Murinho**, reconhecendo a minha influência com o governo, elegeu-me deputado da minoria com votação e atas falsificadas em **Assumpção**. Conhecia a velhacaria d'esse tratante e recusei. Graças a Deus, atualmente sou independente. Sou e serei sempre castilhistas, assim como meus filhos. Tendo solicitado a nomeação do meu filho **Luiz** para Inspetor da Alfândega do **Rio Grande**, essa nomeação depende de vossa vontade. Todos têm cuidado do bem estar de seus pimpolhos, menos eu. Na capital federal se observa a mesma coisa. A nomeação do **Luiz** é de grande vantagem, porque, além de inteligente [3r]

e honesto, há de cumprir as ordens dos chefes castilhistas. Prometestes-me que escreveria ao nosso querido chefe **Castilhos**, que estava convalescendo na chácara e que, conforme a resposta, me daria ciência e passaria telegrama a **Pinheiro Machado** para indicar essa nomeação ao Dr. **Rodrigues Alves**, protetor de meu filho **Luiz, Antonio e Roberto**, Inspetor da Alfândega de Santos por nomeação do mesmo **Rodrigues Alves**, quando Ministro da Fazenda. Até agora estou esperando o vosso aviso. A vossa proteção ao ingrato **Crescentino** deu a ele a posição em que se acha e crédito administrativo reconhecido pelo governo da União, desde **Bernardino de Campos** até **Bulhões** e agora também pelo [3v] Dr. **Rodrigues Alves**. **Crescentino** solicitou por carta, que eu li, a **Bulhões** demissão a pretexto de recolher-se à sua repartição no **Rio** para educar os filhos.

Poença, amigo íntimo do **Secco**, quer obter a nomeação d'este para Inspetor da Alfândega desta cidade. **Prócoro**, amigo de **Proença** e do **Crescentino** indispunha ambos contra **Prado Jacques**. Meu filho **Luiz**, sabendo d'isso, preveniu **Proença** e fez ele ir ao **Júlio** dar satisfação. **Júlio** disse a ele que **Secco** já se considerava Inspetor. Sei d'isso porque **Proença** me contou tudo no **Rio**, onde se sabia que as nomeações para este Estado, dependia da presença do **Cassiano**. Quando passei no **Rio Grande Crescentino** me procurou, [4r] falou-me na nomeação do **Luiz** anunciada por telegrama no **Echo do Sul** e eu guardei a necessária reserva, porém ele, habilíssimo intrigante, declarou pela imprensa que, conversando com pessoa muito respeitável e conceituada, de passagem pelo **Rio Grande**, dando a entender que fui eu, essa pessoa afirmou que a nomeação do **Luiz** seria feita. As posições do maragato **Ignácio** foi [sic] protegida por vós, bem como as do **Prado Jacques, Constantino X^{er}** [**Xavier**] e **Ramos**.

Prometestes-me proteger meu pimpolho **Luiz**, peço o cumprimento de vossa promessa e, se consultardes com calma a vossa consciência, tendo em memória a imagem de vosso bom Pai, meu saudoso compadre [4v] e amigo, haveis de reconhecer que me assiste o direito da vossa gratidão.

**Deseja-vos e a vossa família, toda a sorte de prosperidade o vosso
velho amigo.**

[a] J. A. X^{er} do Valle²⁰³

²⁰³ JOAQUIM ANTONIO XAVIER DO VALLE: Nascido em 14 de Marco de 1824 em Cuiabá, capital de Mato-Grosso, era filho do alferes Antonio Xavier do Valle e d. Anna Efigênia Xavier do Valle. Praça de 11 de Junho de 1837, foi promovido a 2º tenente em 7 de Setembro de 1847; a 1º tenente, em 30 de Abril de 1852; a capitão, em 2 de Dezembro de 1854; a major em 30 de Outubro de 1869 por atos de bravura; a tenente-coronel graduado, em 3 de Novembro de 1883; e a efetivo em 5 de Julho de 1894. Em 3 de Fevereiro de 1890, foi reformado em brigadeiro, posto que mais tarde teve a denominação de general de brigada. Tinha o curso de infantaria e cavalaria pelo Regulamento de 1845.

Era oficial da ordem da Rosa e tinha as medalhas da campanha do Uruguai de 1852, a de rendição de Uruguiana e da campanha do Paraguai, onde foi secretário do general Osório, quando comandava o 3º corpo do exército. Foi depois secretário da Escola Militar do Rio Grande do Sul e diretor do laboratório pirotécnico do Menino Deus. Comandava a fronteira de Uruguiana quando os paraguaios invadiram o Rio Grande do Sul. Escreveu então um opúsculo sob o título *A invasão* (1867).

Proclamada a República, foi eleito deputado federal por Mato-Grosso nas legislaturas de 1894 a 1896, 1897 a 1899 e 1900 a 1902. Reeito pelo Rio Grande do Sul à 5ª legislatura (1903 a 1905), faleceu em, 16 de Maio de 1904. CF. ABRANCHES, Dunshee de. Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. São Paulo. 1918. 1º vol. p.591.

Santo Ângelo 25 de maio 1892.

Exmo. Sr. General **Domingos Alves Barreto Leite**

Tenho a agradecer à V.Excia. por ter atendido meu pedido de demissão de Promotor, e substituição pelo cidadão **Moraes Roseira** [sic].

Suplentes do Juiz distrital podem ser **Lucídio José Rodrigues** e **Carlos Rignitz**.

A intendência já pediu à V.Excia. que enquanto estiver privado do Comando Superior o Coronel **Firmino**, fosse designado para substituí-lo o Tenente-Coronel **Joaquim Luís de Lima Filho**, cidadão que fez toda a Campanha contra o **Paraguai**, e que goza de real influência.

A divisa deste e do município de **São Luís Gonzaga**, entre os rios **Ijuí-Grande** e **Comandáí**, é duvidosa, e V.Excia. faria um grande serviço a este município [1v] pio, regularizando a divisa pelo modo seguinte: Partindo do **Passo do Quaresmo**, no **Ijuí-Grande**, por uma linha reta até o **Comandáí**. É uma divisa simples, que evitará muitas confusões, que aparecem, principalmente agora que essas terras estão sendo colonizadas.

O Dr. **Abott**, quando governador, tirou deste município, mais de 10 léguas de território, e deu ao da **Cruz Alta**, foi uma iniquidade, que V.Excia. pode reparar, mandando deixar de nenhum efeito esse ato e estabelecendo como divisa – não o rio **Guassuí**, e sim a estrada geral, que de **São Bernardo**, vai à Cidade de **Cruz Alta**.

Ainda assim a **Cruz Alta** fica com muito território de **Santo Ângelo**.

V. Excia. desculpe – Agora – que estamos [2r] sossegado, aproveito, cuide um pouco dos interesses do município, em que resido.

Com estima e consideração sou

De V.Excia.

Atento amigo obrigadíssimo criado

[a] **Alfredo Pinheiro Machado**

Exmo. Sr. Dr. **Júlio de Castilhos**

Apresento à V.Excia. sinceros protestos de gratidão, não só meus, como dos nossos companheiros políticos, pela nomeação do Dr. **Escobar** para juiz desta comarca.

Aproveitando a oportunidade, peço permissão para expor à V.Excia. algumas necessidades de que se ressenste o nosso fôro.

Está acéfala a promotoria pública e essa acefalia tem dado lugar a que o nosso juiz distrital tenha nomeado promotor *had hoc* em mais de um feito crime o cidadão **Francisco Prates**, redator da "Palavra", órgão *nórmico*. Ainda não indicamos promotor, porque, pesa-me confessá-lo, não há no seio do partido pessoa que reúna as qualidades necessárias para esse cargo. É pretendente e, na falta de outro, patrocinado por alguns correligionários, o nosso companheiro **João Paulo de Freitas Valle**; mas eu não me atrevo a assumir a responsabilidade dessa indicação para provimento efetivo do cargo. Penso que deve haver muito escrúpulo no provimento desse ofício, sob cuja fiscalização se acham os interesses [1v] ses dos órfãos e das pessoas desvalidas, tão expostos sempre aos ataques da cobiça. Conviria sim, para evitar os inconvenientes da acefalia, nomear interinamente o cidadão **João Paulo**, até que nós pudéssemos indicar ou V.Excia. encontrasse pessoa de suficiente idoneidade intelectual e moral.

Quando se tratou da organização do fôro, não fizemos indicação para contador, distribuidor e partidores, porque nos pertencem; em face dos artigos 146, 153 e 202 da Lei nº 10, que era intenção do Governo manter os funcionários existentes até a vacância e conseqüente extinção daqueles ofícios. Por isso continuaram a exercer o ofício de contador, distribuidor e 1º partidador – **Alfredo Gonçalves dos Santos**, membro do diretório gasparista, e o 2º partidador – **Vasco Simões Pereira de Ávila**, também gasparista. Entretanto vi depois nomeações desses funcionários para outros lugares, e no relatório do Superior Tribunal figuram aqueles ofícios como vagos neste fôro.

Assim pois, se é possível fazer novas nomeações, rodo à V.Excia. em nome da comissão executiva nomear os seguintes: para distribuidor, contador e 1º partidador – **Eliseu Moreira** – e para 2º partidador – **Israel Antonio Lucas**.

Não tendo ainda sido nomeado inspetor esco- [2r] lar para esta região e constando-me não haver candidato capaz, ousou lembrar à V.Excia. o nome do Dr. **Manuel da Costa Barradas**, membro do Conselho Municipal e da executiva de **São Francisco**, moço que julgo possuir as qualidades exigíveis para o cargo.

A qualificação eleitoral vai por enquanto correndo perfeitamente. Os dissidentes não têm eleitores a qualificar; os gasparistas, desnorreados com a defeccção do **Freitas Valle Filho**, ainda não concorreram à qualificação, nem vejo que se preparem para isso. Ao que me consta, foi apresentado até agora somente um requerimento de adversários.

Sempre atento às ordens de V.Excia., saúdo-o respeitosamente e me subscrevo de V.Excia. venerador, amigo e criado obrigado

[a] **João Benício da Silva**

Rio, 12 setembro 1895

Ilustre Amigo Dr. **Júlio de Castilhos**

Tive a satisfação de receber ontem o seu telegrama, agradecendo-me honrosas referências à sua pessoa e ao seu governo. Nada mais fiz do que prestar justa homenagem ao seu civismo e render merecido preito ao valor e admirável tenacidade com que tem sabido resistir aos sanhudos inimigos da República nesse Estado.

Procuro quanto me é possível afirmar cada vez mais a minha solidariedade política com os briosos republicanos rio-grandenses, sobretudo agora que os vejo ameaçados pela falsa orientação de um governo posilânime, facilmente impressionável pelas sugestões de uma imprensa doida de favores, que levem a êxito certo suas [1v] muitas especulações.

Desde o começo vi com maus olhos o embaixador - **Galvão**²⁰⁴, se me afigurando uma intervenção fora dos moldes constitucionais, uma como tutela armada em face do governo do Estado. Quis dar o alarma, principalmente depois que o "Jornal do Comércio", órgão sebastianista, com toda a impáfia declarou que esse general havia por carta convidado os revoltosos a parlamentar. Contive-me, porém, para não comprometer por ventura planos da política rio-grandense, de que não tinha conhecimento, e arriscar talvez legítimos interesses seus quando justamente todo meu empenho era e é acautela-los e defendê-los.

Está se realizando, entretanto, [2r] tudo quanto eu receava. **Galvão**, com menosprezo do governo do Estado, prestigia os revoltosos e anima-os à realização dos fins que sempre tiveram em vista. Tenho, porém, absoluta confiança no meu ilustre amigo, na sua coragem cívica e provada energias para fraquear e deixar abatido com o **Rio Grande** o princípio da federação, a mais preciosa conquista da República.

O sue papel neste momento é do mais elevado alcance, igual ao de **Juarez**²⁰⁵, resistindo heroicamente. Creio fazer justiça aos Estados, supondo que ao menos em sua maioria eles estarão com o **Rio Grande** na defesa alevantada de sua autonomia.

Quase nada confio do governo da União, que a meu ver ainda se retrai tímido por ter diante de si o Congresso. Lo- [2v] go que este se encerre, e se até lá não ficar se declarado o conflito, ele agirá no sentido da conhecida política da simulação e dos fatos consumados.

É principalmente por essa razão que eu desejava ter aparelhado uma imprensa inteiramente nossa, para dar combate ao embuste e evitar o golpe. Se isso não for possível, há de se arranjar a resistência de qualquer outra forma.

Releve-me a liberdade e franqueza destas considerações. São ditadas pela alta estima e grande admiração que lhe vota o Colega e amigo certo

[a] **Frederico Borges**

²⁰⁴ Inocêncio Galvão de Queirós

²⁰⁵ Benito Juarez, revolucionário mexicano.

NOTICIÁRIO

26 de julho de 1998 – Inauguração da Praça Arthur Ferreira Filho no bairro Partenon, iniciativa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, localizada entre as ruas Eng^o Fernando Mendes Ribeiro e Travessa 19 de Novembro. Arthur Ferreira Filho foi operoso membro efetivo do IHGRGS e por diversas oportunidades compôs a diretoria da entidade. Na solenidade agradeceu em nome da família o Dr. Júlio de Castilhos Ferreira. A saudação à memória da personalidade coube ao Dr. Mozart Pereira Soares, encerrando a homenagem com as palavras do Prefeito Municipal Raul Pont.

5 de agosto de 1998 – posse da nova Diretoria do IHGRGS eleita para conduzir a Casa durante o biênio 5-8-1998 a 5-8-2000, ficando assim constituída: Presidente: **Luís Alberto Cibils**; 1^o Vice-Presidente: **Sérgio da Costa Franco**; 2^o Vice-Presidente: **Earle Diniz Macarthy Moreira**; Secretário-Geral: **Ruy Ruben Ruschel**; Secretário: **Vera Lucia Maciel Barroso**; Tesoureiro-Geral: **Coralio Bragança Pardo Cabeda**; Tesoureiro: **Margaret Marchiori Bakos**; Responsável pela Biblioteca: **Francisco Riopardense de Macedo**; Orador: **Carlos de Souza Moraes**. Conselho Fiscal: **Gervásio Rodrigo Neves**, **Laudelino Teixeira de Medeiros** e **Telmo Lauro Müller**.

12 de agosto de 1998 – o IHGRGS esteve presente, através de seu presidente Dr. Cibils, ao Grande Expediente que a Assembléia Legislativa dedicou aos 90 anos do falecimento de Plácido de Castro, gaúcho de São Gabriel, Conquistador do Acre.

15 de setembro de 1998 – A Assembléia Legislativa do Estado, através de sua Diretoria de Atividades Culturais, em convênio com o Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, lançaram o livro Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul, 1829-1841, organizado pelo consócio Sérgio da Costa Franco. Possui o IHGRGS 7 rolos de microfilmes dessa correspondência consular, gentilmente doada pelo Embaixador Álvaro da Costa Franco. Na aludida publicação, bilingüe, coube ao ICBNA o financiamento da transcrição paleográfica das peças selecionadas do 1^o rolo de microfilmes. A edição teve o patrocínio da ALRGS.



Esquerda para direita:
João Gilberto Lucas
Coelho, José Augusto
Amaral de Souza,
Sérgio da Costa Franco
(1^o Vice-Presidente
do IHGRGS), Alfredo
Englert, Dep. José Ivo
Sartori (Presidente da
ALRGS), Dep. Bernardo
de Souza, Décio
Magalhães Duarte
(Diretor da Diretoria
de Atividades Culturais
da ALRGS), Luís
Alberto Cibils
(Discursando –
Presidente do IHGRGS)
e Ricardo Silva.

- 2 de outubro de 1998 – No município de Veranópolis foi lançado o livro Raízes de Veranópolis, organizado pelo Frei Rovílio Costa. Estiveram presentes na solenidade comemorativa dos 100 anos daquele município o 1º. Vice-Presidente do IHGRGS, Sérgio da Costa Franco; a consócia Véra Lucia Maciel Barroso e o Secretário Executivo Miguel A. de O. Duarte, que têm artigos nessa publicação. O alentado volume foi editado pela Editora EST.
- 8 de outubro de 1998 – Por intermédio do Prof. Astrogildo Fernandes foi entregue à Biblioteca do IHGRGS, pela família do saudoso consócio Tarcisio Antonio Costa Taborda, o livro Perfis, obra póstuma editada em Bagé – 1993 e recentemente dado a público, edição da URCAMP.
- 20 de outubro de 1998 – Interligação do IHGRGS à INTERNET, estando em construção a home page da instituição, a cargo do analista de sistemas Rafael Henrique da Cunha Duarte. O endereço para e-mail : ihgrgs@pro.viars.com.br
- 28 a 30 de outubro de 1998 - I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros. Iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Presidência do Prof. Dr. Arno Wehling. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul fez-se representar pelo seu Presidente, Prof. Luís Alberto Cibils, e pelos Membros Efetivos, Prof. Temo Lauro Müller e Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo. Sob a presidência do confrade Luís Alberto Cibils, dentro do rodízio pré-estabelecido, desenvolveu-se a 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 30 de outubro. O Colóquio foi coroado de pleno êxito, dentro do objetivo de incrementar a cooperação entre as Casas da Memória Histórica Nacional, assegurada a respectiva autonomia orgânica.
- 11 de dezembro de 1998 – O Presidente do IHGRGS, Dr. Luís Alberto Cibils, compareceu à solenidade de doação de documentos pertencentes ao governador Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, ao acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, por familiares do sr. Otelo Laurent. Presentes ao evento o Secretário de Estado da Cultura, Dr. Nelson Boeira, a Diretora do AHRs, Profa. Vanessa Dutra, o conselheiro Dr. Paulo Xavier, do Conselho Estadual de Cultura e Dr. Miguel Duarte, Secretário Executivo do IHGRGS e Presidente da Associação de Amigos do Arquivo Histórico RS. Usando da palavra, o sr. Presidente enalteceu a figura pública de Borges de Medeiros, fazendo considerações de que o seu arquivo, doado em vida ao Instituto Histórico e Geográfico do RGS, tem ao longo de sua guarda prestigiado a memória daquele sócio fundador honorário e mantido a sua expressa vontade quando fez entrega ao acervo desta Casa cerca de 25.000 documentos e que estão sendo microfilmados parcialmente. Leu, a seguir, a carta de doação desse acervo ao IHGRGS e que, por fac-símile, reproduzimos. O Presidente considerou que há pouco tempo, numa tentativa de prestigiar àquele governador, instou para que seus restos mortais fossem alojados no *Panteon Rio Grandense*, localizado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde seria entronizado, com o consentimento da família, ao lado do criador dos Cursos Jurídicos no Brasil e Primeiro Presidente da Província do Rio Grande do Sul, o Visconde de São Leopoldo – José Feliciano Fernandes Pinheiro. Tal desiderato não se alcançou dada a impossibilidade da identificação dos despojos do Dr. Borges de Medeiros. O Sr. Secretário de Estado da

Cultura, reconhecendo publicamente o serviço cultural empreendido pelo Instituto, informou a intenção da feitura de um termo, que visa alcançar ao IHGRGS a cópia de todos os documentos ora agregados ao acervo do Arquivo Histórico do Estado. O termo referido foi assinado em 29/12/1998.

Porto Alegre, 16 de novembro de 1960

Ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

N/C

Senhor Presidente.

Apraz-me comunicar a V. Excia. que resolvi doar o arquivo de minha propriedade a essa instituição que tantos e tão relevantes serviços vem prestando à História e ao patrimônio das tradições riograndenses. Faço-o com toda a humildade, convencido no entanto, que, de tal doação muito se poderão valer os estudiosos preocupados em esclarecer e interpretar a formação e a evolução da História republicana do nosso amado Rio Grande.

Desejaria, no entanto, que se estabelecesse, que doando-o, desejo que o mencionado arquivo possa, a qualquer tempo, ser consultado pelo Prof. Othello Laurent, que desde muitos anos vem comigo colaborando.

Sendo o que se me oferece, colho a oportunidade para apresentar a V. Excia. minhas saudações mais cordiais.

Ant. Augusto Borges de Mello

16 de dezembro de 1998 – Lançamento de livros nos Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A Diretora do AHRs, Professora Vanessa Dutra, convidou ao Dr. Luís Alberto Cibils, Presidente do Instituto, para dizer algumas palavras sobre o Cel. Arthur Ferreira Filho, cujo livro de *Memórias* é hoje apresentado. Da mesma forma, pediu ao Dr. Coralio B. P. Cabeda, membro efetivo do IHGRGS, para que fizesse referência ao *Diário da Revolução Federalista*, de Luiz de Senna Guasina. Ao Presidente da Associação Eduardo Duarte – dos

Amigos do AHRS – e Secretário Executivo do IHGRGS, Dr. Miguel A. de O. Duarte, solicitou que apresentasse o volume 12 dos *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, cuja correspondência publicada neste volume e relativa ao governo de Paulo José da Silva Gama fora projeto realizado quando de sua administração no AHRS.

- 14 de dezembro de 1998 – Visita à sede do IHGRGS dos Presidentes do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Professor Carlos Humberto Pederneiras Correa e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Dr. Arno Wehling. Recepcionados pelo Presidente, Dr. Luís Alberto Cibils e pelos membros efetivos Laudelino T. de Medeiros e Heinrich Hasenack, conheceram as instalações do IHGRGS e, pelo Prof. Hasenack, foram apresentados ao Atlas Ambiental de Porto Alegre, que contém participação sua e que estava sendo incorporado ao acervo do Instituto.
- 6 de Abril de 1999 – Falece em Porto Alegre, aos 84 anos, o Dr. Laudelino Teixeira de Medeiros, Membro Efetivo do IHGRGS desde 22 de junho de 1972. Foi sepultado no Cemitério São Miguel e Almas no dia 7. Ocupou diversos cargos na Diretoria, sendo eleito Presidente na gestão 5.8.1996-98. Foi feita saudação fúnebre pelo Presidente Cibils, que lembrou a sua grande contribuição ao IHGRGS e ao Ensino Universitário Gaúcho. O Instituto mandou confeccionar uma coroa fúnebre de crisântemos amarelos e com os dizeres: *Homenagem ao Sócio e Ex-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do RGS*. Deixa a esposa Hortense e os filhos Luiz Inácio, Maria Helena, Clarice, Maria da Graça, Carlos Eduardo e Paulo Renato, além de netos e bisnetos.
- 14 de abril de 1999 –Eleito membro correspondente a historiadora Roselys Velloso Roderjan (Curitiba/PR)
- 18 de Abril de 1999 – O Instituto esteve presente, através da consócia Véra Lucia Maciel Barroso – representando a presidência do IHGRGS e do Secretário Executivo Miguel Duarte, na abertura solene do evento *Raízes de Terra de Areia II e 1º Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS*. Aberta a sessão às 17 horas, com a execução mecânica do hino nacional da Alemanha e do Brasil, estendeu-se o evento até as 19h30min. Foram apresentados números artísticos interpretados pela Banda Municipal de Morro Azul, de um grupo de danças folclóricas alemãs e de um grupo de danças folclóricas gaúchas que a todos encantou. Discursaram a Secretária da Educação e Cultura do Município Profa. Delf dos Reis Medeiros, o Prefeito de Santo Antônio da Patrulha Dr. Paulo Roberto Bier, que apresentou um discurso muito bem urdido, finalizando com a fala do Prefeito de Terra de Areia Sr. Generi Máximo Lipert que descerrou a placa de inauguração do Ginásio de Esportes da Escola Municipal *Marechal Mascarenhas de Moraes*, onde estava se realizando a solenidade. Houve, também, o lançamento do livro: Raízes de Terra de Areia, organizado por Nilza Huyer Ely e Véra Lucia Maciel Barroso. Após a solenidade foi servido um excelente coquetel, que foi muito prestigiado.

- 11 de maio de 1999 – Dado a público o livro do consócio Lothar Francisco Hessel, intitulado *O Teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999, 215p.
- 27 de maio de 1999 – Lançamento do livro *O Rio Grande de São Pedro entre a fé e a razão* de autoria do consócio Miguel Frederico do Espírito Santo.
- 11 de junho de 1999 – Faleceu em Porto Alegre, às 12h30min., contando 73 anos de idade, o Membro Efetivo e atualmente Secretário Geral do IHGRGS, o Desembargador Prof. Dr. Ruy Ruben Ruschel. Ingresso neste Instituto em 1º de junho de 1994, teve sua posse a 23 de novembro do mesmo ano. Deixou a esposa Beatriz Clezar Ruschel e os filhos, do 1º matrimônio: Régis, Roberto, Ricardo e Rubem, além de noras, cunhada e netos. Há pouco tempo teve a edição do seu livro *Os Fortes de Torres* patrocinado pela EST-Edições. O IHGRGS homenageou a memória do consócio com uma coroa fúnebre com os dizeres: *Homenagem ao Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do RGS*. Foi sepultado no Cemitério de São Miguel e Almas, havendo o Presidente Dr. Luís Alberto Cibils feito o elogio fúnebre.
- 7 de julho de 1999 – Lançado no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, o livro do consócio Francisco Riopardense de Maceso, intitulado *Porto Alegre: Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999, 157p., 2ª. ed.
- 7 de julho de 1999 – Foram eleitos membros correspondentes os srs. Genuíno Antonio Ferri (Encantado/RS) e José Alfredo Schierholt (Lajeado/RS)
- 5 de agosto de 1999 – Sessão solene em homenagem aos 79 anos de fundação do IHGRGS e comemorativo aos 500 anos do Brasil, sendo palestrante o consócio Sérgio da Costa Franco com o tema *Camões e a Geografia*.

I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros

Este Colóquio realizou-se de 28 a 30 de outubro de 1998, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ, sodalício que teve a iniciativa do mesmo. Estiveram ausentes apenas 3 Estados: Acre, Mato Grosso do Sul e Paraná.

A ordem dos trabalhos foi a seguinte:

Dia 28: Abertura com discurso de saudação e boas-vindas do presidente anfitrião, Amo Wehling, que também disse das razões do encontro. Disse que chamaram de I Colóquio numa clara mensagem de esperança de que haja outros e que era necessário estreitar relações entre os Estados. A continentalidade do país e a diversidade que caracteriza os Estados, cada qual fruto de uma história particular que se insere e contribui para o todo sem, no entanto, descaracterizar-se, exigem melhor conhecimento mútuo. E perguntou: qual é, na virada do milênio, o papel que se pode e deve atribuir aos institutos históricos? Antes éramos absolutos. Agora, somos relativos a entidades congêneres com as universidades, as casas de cultura, os organismos de fomento. A seguir anotou alguns pontos que caracterizam os institutos: casas de convivência intelectual; casas de consagração intelectual; casas de fomento e realização de investigações; casas que são foros permanentes; casas que participam da formulação de políticas; e, como disse Pedro Calmon, casas de memória.

Após, foi aberta a mostra "Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros" onde, em painéis, cada um expôs fatos e fotos relativos à sua vida.

Seguiram-se as Sessões Plenárias nas quais falaram os presidentes ou seus representantes, seguindo ordem alfabética dos Estados.

Houve um modo genérico de procedimento, pois todos os representantes falaram sobre a fundação de seus Institutos, problemas envolvendo a questão das sedes, citação de nomes importantes que tiveram e publicações que fizeram. Vários sodalícios trouxeram à tona problemas mas com funcionários que moveram processos trabalhistas. A isso aliam-se sérios problemas administrativos por falta de verbas. Alguns sodalícios possuem imóveis de aluguel que estão desocupados em vista da falada crise; outro foi subalugado e não há como receber. O da Bahia enfrenta o pior problema: aposentou uma funcionária que ficou mais de 16 anos, 'de boca' expressão usada por sua presidenta Consuelo de Sena, e ora amarga uma terrível situação trabalhista que envolve grande soma. Os relatos do Amazonas e da Rondônia foram enfáticos no assunto da falada internacionalização da Amazônia. Citaram problemas com a exploração de minérios e madeiras e disseram que a Amazônia já é internacional. Houve uma afirmação muito forte: "há uma 5ª. coluna de brasileiros atuando na Amazônia". Os Institutos do nordeste fizeram muitas referências à invasão holandesa e se preparam para estudos especiais no 500 anos de Brasil.

A última plenária foi sobre o tema "Sistema de Casas de Memória" que objetiva congrega os Institutos. A oradora falou do Sistema Nacional de Arquivos, do Sistema Nacional de Museus e Sistema Nacional de Bibliotecas e teceu considerações sobre o "modus procedendi", eventualmente, do Sistema de Casas de Memória com intercâmbio de acervo, intercâmbio técnico, intercâmbio de preservação. O assunto sofre interferência de nosso presidente que se colocou contra o termo "federação" com vistas a uma união dos Sodalícios. Também na parte concernente ao Conselho Diretor do Sistema houve intervenções no modo de sua composição pois foi sugerido que se formassem dois grupos:

- o Instituto do Estado mais os Institutos municipais
- os Institutos por aproximação geográfica.

Como a temática é recente e certamente será debatida nos diversos Institutos, não se pode falar em termos definitivos.

Em continuação foram apresentadas e votadas moções:

- de louvor ao I.H.G. Brasileiro e sua Comissão Organizadora pela iniciativa e sucesso do Colóquio;
- pela manutenção do logotipo do I Colóquio para os subsequentes;
- escolha de Belém para local do II Colóquio em vista do centenário de seu Instituto no ano 2000.

A última parte da programação foi a Sessão de Encerramento a qual contou com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cultura, Prof. Dr. Francisco Weffort.

O presidente do I.H.G. Brasileiro fez entrega a S. Exa. da "Declaração do Rio de Janeiro" na qual é salientada a importância e presença dos Institutos Históricos e feita uma conclamação aos poderes públicos para que apoiem os Institutos e lhes sejam asseguradas participação nos órgãos de políticas culturais e científicas.

Por fim falou o Ministro e afirmou que num país de instituições instáveis, os Institutos Históricos eram estáveis donde sua importância. Quanto à Declaração do Rio de Janeiro, lembrou três caminhos:

- examiná-la no Ministério com o IPHAN;
- examiná-la com a Comissão Nacional de Incentivos culturais;
- recorrer ao Fundo Nacional de Cultural.

A seguir a sessão foi encerrada.

Por fim cabe uma referência à parte social do Colóquio.

Dia 28, houve jantar oferecido pelo Instituto anfitrião, na cobertura do edifício-sede.

Dia 29, houve jantar oferecido pela Diretoria de Assuntos Culturais do Exército, no Museu do Forte de Copacabana.

Dia 30, houve coquetel oferecido pela Prefeitura do RJ no Palácio da Cidade que é a antiga sede da Embaixada Britânica.

Não é demais repetir que esses encontros oportunizaram um notável conagração dos delegados que, via de regra, após as sessões se dispersam, recolhendo-se ao individualismo numa cidade gigantesca como Rio.

Concluindo: o Colóquio foi de valia, oportunizou intercâmbio de idéias e de conhecimentos. Mesmo ferindo a modéstia de nosso presidente, cabe dizer que sua apresentação sobre nossa Casa foi de bom gosto: sucinta, clara, objetiva. Também o confrade Espírito Santo teve participação marcante. Ainda do nosso presidente este escreva tem a lamentar ter sido indicado, voluntariamente, para escrever este relato.

Cumpra-se, pois.

Sala das Sessões, Porto Alegre, 4 .11.1998
[a] Telmo Lauro Müller

Adendo: na tentativa de congregar os Institutos, momento em que se falou em "Federação", o presidente do nosso Instituto fez emenda, sugerindo que se usasse o termo "adesão" em lugar de "filiação" como fora sugerido.

Realizado no Rio de Janeiro, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros e que congregou os Institutos Históricos Estaduais, resultando o seguinte documento.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os Institutos Históricos de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, presentes ao *I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros*, na cidade do Rio de Janeiro de 28 a 30 de outubro de 1998, **considerando**:

- a relevância de sua contribuição à vida cultural e intelectual do país, como instituições das mais antigas destinadas ao cultivo dos estudos brasileiros e à memória nacional e regional;
- papel que exercem na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, recolhendo e conservando acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos de interesse para a memória nacional e regional;
- fato de se constituírem em instituição dedicadas à convivência acadêmica, a à consagração intelectual e ao fomento e realização de pesquisas;

Conclamam os poderes públicos federal, estaduais e municipais a encontrarem meios institucionais e legais de reconhecimento efetivo desta contribuição, assegurando-lhes recursos financeiros, isenções fiscais e outros benefícios que viabilizem sua atividade.

Conclamam, igualmente, que lhes sejam asseguradas, em seus campos de atuação, oportunidades concretas de participação nos órgãos condutores e/ou assessores de políticas culturais e científicas.

E renovam seu compromisso com a valorização dos traços característicos de nossa formação histórico-cultural, certos que estão de ser esta a melhor forma de reafirmar a identidade nacional e a diversidade regional diante dos desafios do processo de globalização.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1998.

Senhores Membros Efetivos:

Cumprindo disposição do Estatuto, ao encerrar a gestão desta diretoria que tive a honra de presidir, faço sintético relatório de nossas atividades neste biênio de 1996 a 1998.

Quadro social – O quadro de membros efetivos que se achava e se acha lacunoso foi enriquecido com cinco novas admissões: os consócios **Telmo Lauro Müller, Miguel Frederico do Espírito Santo e Véra Lucia Maciel Barroso**, admitidos em assembléias do 2º semestre de 1996., tomaram posse, respectivamente, em 10 de novembro de 1996, 7 de maio e em 11 de junho de 1997; **Margareth Marchiori Bakos e Heinrich Hasenack**, admitidos pelas assembléia geral de 7 de junho de 1997, foram empossados em 16/9/97 e 17/12/97.

Durante o biênio foram também aceitos como Membros Correspondentes: **Adilson Cesar**, de Sorocaba, **Hélio Leôncio Martins**, do Rio de Janeiro, **Eliseo Popollisio**, de Corrientes/Argentina, **Francisco das Neves Alves**, de Rio Grande, **Alfredo Manuel Sanchez Muñoz**, de Concepción/Chile e **Dino Willy Cozza**, do Rio de Janeiro.

Tivemos a lamentar a morte de dois membros efetivos, os saudosos confrades **Moacyr Domingues e Carlos Reverbel** e do membro correspondente **Moarci Sempé**.

Ficaram pendentes de discussão e votação duas propostas de admissão de membros efetivos, já com pareceres da comissão competente. O retardamento foi de minha pessoal responsabilidade, na expectativa em que ficamos da maior aproximação e comunicação entre os candidatos e a Casa, a fim de prevenirmos surpresas indesejadas.

De qualquer modo, restam quatro vagas de membros efetivos por preencher, o que dependerá sobretudo da diligência, interesse e perspicácia que pudermos empregar na seleção.

Patrimônio material – Em nossa sede social, promovemos sempre com prévia aprovação da diretoria, a recuperação de esquadrias e janelas do 2º andar, que se achavam danificadas pelo tempo, e, em seguimento, a pintura de todo o 2º andar, que se tornou conveniente após aquele trabalho de reforma.

Diante do mau estado em que se achava o prédio da Rua Gen. Bento Martins esquina Demétrio Ribeiro, diligenciamos em sua parcial reforma, com pintura geral externa e recuperação do telhado e calhas. O apartamento nº 2, que vagara em péssimo estado de conservação, foi também reformado, para permitir sua relocação. Atualmente, acham-se alugados os três apartamentos e a loja do andar térreo pelo locativo bruto de R\$ 1.624,99.

A Livraria Educacional Ltda, nossa inquilina das lojas do prédio da entidade, à Rua Riachuelo nºs 1291 e 1293, achando-se em situação financeira difícil e com eventuais períodos de inadimplência, propôs-se a restabelecer a divisão física das duas lojas, originalmente existente, para devolver-nos a de menor superfície, e, de consequinte, obter uma redução do locativo a que está obrigada, de R\$ 5.500,00 para R\$ 3.000,00. A diretoria optou pela aceitação da proposta, para evitar mal maior, porém a restauração da loja a ser liberada ainda não foi concluída, o que nos impediu de promover a locação da loja vacante, para a qual já existem diversos pretendentes. A empresa locadora acha-se parcialmente inadimplente, e que nos tem causado preocupações, dado tratar-se de nossa principal fonte de recursos financeiros.

A fim de melhorar as condições de conforto e de higiene de nossa sede social, efetuamos a compra de uma mini-geladeira, uma enceradeira elétrica e de 1 aspirador de pó.

No âmbito da secretaria, efetuamos a aquisição de 1 "scanner" de mesa e a indispensável implementação do microcomputador, de PC-486 para "Pentium". Também adquirimos, no período em causa, dois (2) arquivos de aço para pastas suspensas, necessários um à instalação da coleção de fotografias, e outro, ao arquivo **Borges de Medeiros**.

Patrimônio cultural – o patrimônio cultural do Instituto continua sendo enriquecido por doações de documentos, livros e objetos, entre os quais devemos destacar:

- busto e retrato de **Gaspar Silveira Martins**, doação da família de nosso confrade **Coralio Bragança Pardo Cabeda**;
- coleção de documentos do comerciante **Francisco Antônio Borges**, doação do Dr. **Hélio Ricardo Alves**, em complementação de outra doação anterior;
- documentário do general honorário **João Rodrigues Menna Barreto**, doação de seu filho;
- livros que pertenceram ao falecido confrade Dr. **Manoel Duarte**, oferta de seu filho Dr. **Clóvis Soares Duarte**;
- arma que pertenceu a **Ladislau Amaro da Silveira**, de uso na Revolução Federalista de 1893, ofertada pela Sra. **Luiz Mandelli**;
- medalhas comemorativas e um medalhão de bronze pelo confrade **Luís Alberto Cibils**;
- coleção de fotografias de cidades rio-grandenses e respectivas fichas de identificação, pelo consócio **Laudelino Medeiros**;
- livros diversos, para enriquecimento da biblioteca, por diversos confrades e doações e permutas com outras instituições.

Utilizando os serviços de nosso funcionário **Rafael Fernandes**, promoveu-se a limpeza e arrumação de todos os livros da biblioteca, a qual, graças a isso, ficou razoavelmente higienizada, embora ao terminar-se o serviço no acervo do 2º andar já fosse necessário recomençar a tarefa no 1º andar, onde a ofensiva da poeira nas estantes sempre recomeça.

Nos arquivos de documentação, esta presidência empenhou-se pessoalmente na classificação dos papéis do Fundo **Borges de Medeiros**, conseguindo dar princípio de organização à parte ainda não classificada dos telegramas e correspondência ativa, o que não dispensará, no futuro, a catalogação dos papéis e seu registro informatizado, a exemplo do que já foi feito com a maior parte das cartas e ofícios recebidos.

Demos prosseguimento a um trabalho de classificação dos papéis do Fundo **Apolinário Porto Alegre**, que há vários anos fora começado pelo confrade **Moacyr Flores**. O aludido Fundo não é muito copioso e será possível imprimir-lhe organização básica, para permitir ao menos seu manuseio pelos membros efetivos da Casa, em suas eventuais pesquisas.

Revista – Apesar de certo atraso, conseguimos lançar em 1998 o número 132 da nossa Revista.

Operou vantajosamente a Comissão da Revista, sob a direção do nosso confrade **Gervásio Neves**, fazendo uso do convênio existente com a CORAG, para que a edição tivesse caráter gracioso.

Como tivéssemos urgência de lançar outro número e à vista de nossos recursos financeiros o permitirem, promovemos a edição do nº 133, através de uma gráfica privada, a La Salle, de Canoas, após concorrência em que ela apresentou a

oferta mais vantajosa, no valor de R\$ 2.140, 00 para uma edição de 600 exemplares, sendo feita previamente a digitação e editoração pelo nosso prestimoso secretário executivo **Miguel Antônio Duarte**. Lamentavelmente, a edição apresentou defeitos que obrigaram a devolvê-la. Não se efetuou pagamento algum e o assunto ficou pendente de providências da gráfica.

Relações externas – Tem sido proveitosa a colaboração com a Diretoria de Atividades Culturais da Assembléia Legislativa do Estado. Através dessa Divisão, articulamos com a Mesa da Assembléia a celebração do sesquicentenário da morte do **Visconde de São Leopoldo**, tendo sido impressa por conta da Assembléia uma plaquete para divulgação da biografia do primeiro historiador do Rio Grande do Sul e realizada, no Solar dos Câmara, uma exposição de objetos e documentos de nosso acervo. O Legislativo gaúcho dedicou o grande expediente da sessão de 5 de agosto de 1997 em homenagem ao 77º aniversário do Instituto, tendo sido orador oficial o deputado **Jair Foscarini**.

Está em andamento, outrossim, a edição do livro que divulgará o primeiro rolo de microfilmes da coleção de correspondência dos cônsules norte-americanos no Rio Grande do Sul, abrangendo o período de 1829 a 1841. Até agora não houve gastos financeiros por parte do Instituto, eis que a transcrição paleográfica dos microfilmes foi custeada pelo Instituto Cultural Brasileiro-Norte-Americano e a respectiva tradução para o vernáculo, pela Assembléia Legislativa. O lançamento da obra está previsto para a Semana Farroupilha, em setembro do corrente ano, na programação da Divisão de Atividades Culturais do Legislativo gaúcho, em concurso com este Instituto e com o Instituto Cultural Brasileiro-Norte-Americano, segundo esperamos.

Reforma estatutária – Frustrou-se nosso propósito de promover a reforma do estatuto, ainda que, em assembléia recente, os confrades tenham sugerido a realização de uma assembléia extraordinária específica para aquele fim.

Do estudo que então realizamos, chegamos à conclusão de que o projeto de reforma não se acha em condições de ser votado. Como se sabe, o Estatuto atual dificulta sobremaneira a sua própria emenda. Só são passíveis de discussão e aprovação emendas que sejam de iniciativa ou da própria Diretoria, ou de dez membros efetivos da Casa. Quando, há vários anos, apresentamos um projeto de reforma, fizêmo-lo em caráter individual, subtendo o assunto à Diretoria, que teria legitimidade ativa para oferecimento do projeto à assembléia. O Presidente de então, confrade **Luís Alberto Cibils**, nomeou relator na pessoa do falecido confrade **Tarcísio Taborda**, que não apresentou propriamente um relatório a respeito da emenda, nada dizendo sobre seu mérito, mas acrescentando várias outras propostas, também em caráter individual. Não houve, portanto, discussão da proposta ou propostas pela diretoria, nem sua subscrição por dez membros efetivos, que as encampassem.

Sendo assim, seria prematura qualquer convocação de assembléia extraordinária, sendo aconselhável a renovação de todo o procedimento revisório, se possível a partir de um projeto concreto da própria diretoria.

Era o que me cumpria relatar aos prezados confrades.

Porto Alegre, 5 de agosto de 1998.

Sérgio da Costa Franco

Prof. Laudelino Teixeira de Medeiros

Faleceu em 6 de abril de 1999, nesta capital, nosso confrade Laudelino Teixeira de Medeiros, ex-presidente do Instituto no período de 1986 a 1988, integrante do Conselho Fiscal e dedicado membro efetivo da instituição até seus últimos dias vida.

Natural do Município de Dom Pedrito-RS, onde nasceu em 30 de novembro de 1914, o Professor Laudelino fez seus estudos secundários no Colégio Santa Maria, em Santa Maria-RS, vindo após para a capital do Estado, onde cursou sucessivamente a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, onde se diplomou Bacharel em Ciências Econômicas na turma de 1936, sendo o orador de sua turma, e a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduando-se em Bacharel na turma de 1941.

Fez profissão no magistério, tendo sido professor de Sociologia no Colégio Universitário da então Universidade de Porto Alegre de 1938 a 1942, professor da Escola de Serviço Social de Porto Alegre de 1942 a 1945, professor titular de Sociologia da UFRGS, de Teoria Sociológica no Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural (IEPE da UFRGS, de Organização Social das Cidades no Cursos de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Exerceu as funções de Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS de 1946 a 1949, diretor da Escola de Serviço Social de Porto Alegre (1953), diretor do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia da UFRGS, membro do Conselho de Pesquisas da UFRGS e do Conselho Universitário da UFRGS (vários mandatos) e do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

Integrou várias entidades científicas e culturais, tendo sido membro do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural Brasileiro-Norte-Americano, sócio da Sociedade Brasileira de Sociologia, da Associação Latino-Americana de Sociologia, e do Instituto Internacional de Sociologia.

Entre as diversas pesquisas que empreendeu e trabalhos que publicou, destacam-se: *Vilas de Malocas*, P. Alegre, 1952, 92p.; *Sociologia Rural Latino-Americana – suas possibilidades, necessidades e oportunidades*, in Boletim del Instituto de Sociologia, Universidad de Buenos Aires, 1952, nº 60, pp. 309-21; o mesmo in *Província de São Pedro*, P.Alegre, nº 19, 1954; *O Processo de Urbanização do Rio Grande do Sul*, P.Alegre, Gráf. da UFRGS, 1959, 64p.; *As Cidades do Rio Grande do Sul*, in *Rio Grande do Sul – Terra e Povo*, Ed. Globo, P.Alegre, 1964, pp. 68-88; *O Peão de Estância – um tipo de trabalhador rural*, P.Alegre, IEPE, 1969; *Formação da Sociedade Rio-Grandense*, P.Alegre, Edit. da UFRGS, 1975, 116p.; *Mão-de-Obra na Agroindústria* (em colaboração com Eli de Moraes Souza), P.Alegre, Edit. da UFRGS, 1983, 124pp.; *Escola Militar de Porto Alegre (1853-1911)*, P.Alegre, Edit. da UFRGS, 1992 e *A Pacificação da Revolução de 93*, ed. particular, P.Alegre, 1995.

Na série da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, aparece com os seguintes artigos: *CORSÁRIOS NA LAGOA MIRIM*, n. 133,p. 35, 1998; *GETÚLIO VARGAS NA ESCOLA DE RIO PARDO*, n. 132,p. 13, 1998; *GUILHERMINO CESAR (Dr): Outorga de Título a Guilhermino Cesar- Membro Benemérito do IHGRGS*, n. 126,p. 143, 1990; *PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (A) - (TENTATIVAS)*, *Revolução Federalista*, n. 130,p. 33, 1994; *UMA REVISTA ESTUDANTIL*, *Imprensa*, n. 131,p. 65, 1995.

O Professor Laudelino foi admitido como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 22 de junho de 1972, tendo tomado posse em 7 de novembro de 1974.

Desembargador Ruy Ruben Ruschel

A 11 de junho de 1999, em Porto Alegre, faleceu o membro efetivo do Instituto, desembargador e professor Ruy Ruben Ruschel, que desde 1994 integrava os quadros da entidade, tendo exercido funções na diretoria, prestando valiosos serviços.

Nascido em Porto Alegre em 27 de janeiro de 1926, fez seu curso secundário no Colégio N.Sa. do Rosário desta capital, diplomando-se, a seguir, em Geografia e História pela PUC (bacharelado em 1946 e licenciatura em 1947), e em Direito, pela Faculdade de Direito da mesma Universidade. Bem mais adiante, fez o curso de doutorado em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde também se fez livre-docente de Direito Constitucional.

Ingressou na magistratura por concurso em 1957, galgando os sucessivos postos até o Tribunal de Alçada e o Tribunal de Justiça, onde se aposentou como desembargador, em 1981.

Exerceu o magistério superior de disciplinas históricas e jurídicas nas seguintes faculdade e universidades: na UNISINOS, de 1968 a 1986; na PUCRS, de 1969 a 1971; na Faculdade de Direito de Santo Ângelo, de 1964 a 1966; na Faculdade de Filosofia de Ijuí, de 1965 a 1966; e na Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul, de 1962 a 1963.

Em nível de pós-graduação, lecionou na Escola Superior de Magistratura, na Escola Superior do Ministério Público, no curso de mestrado do Instituto Pedro Vergara, na Escola Superior de Advocacia, na Escola Superior de Administração, bem como no curso de mestrado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Além de numerosos artigos em revistas e jornais, especialmente a respeito da história e geografia da região litorânea, publicou: *Dinâmica das Classes Sociais*, P. Alegre, IEL, 1966, 123p.; *São Domingos das Torres* (em co-autoria), P. Alegre, Martins Livreiro, 1984 (1ª ed.) e 1987 (2ª ed.), 108p.; *Dialética Formal do Estado* (tese mimeografada), P. Alegre, UFRGS, 1974, 107p.; *Sítios Arqueológicos de Torres*, São Leopoldo, IAP, 57p.; *Os dois caminhos pioneiros do Rio Grande do Sul*, in *Raízes de Santo Antônio da Patrulha*, pp. 215-31; além de inúmeros trabalhos avulsos em Anais e revistas culturais, inclusive neste periódico, em que aparece o artigo: ORIGEM HISTÓRICA DA ESTRADA DAS TROPAS E SEU PRIMEIRO RUMO NO PLANALTO GAÚCHO. Em outros números da nossa Revista constam os artigos: ASSENTAMENTOS ALEMÃES EM TORRES, NA CORRESPONDÊNCIA DE SEU INSPETOR (OS), n. 132, p. 123, 1998; DOM DIOGO DE SOUZA E A FUNDAÇÃO DE TÓRRES, Torres/RS, n. 131, p. 11, 1995; ONDE FICAVA O IBIÃ?, n. 133, p. 97, 1998. Teve último livro publicado, *Os Fortes de Torres*, P. Alegre, EST, 1999, 96p., lançado pouco antes do seu falecimento.

Proposto para membro efetivo do Instituto pelo nosso saudoso confrade Moacyr Domingues, foi admitido em sessão de assembléia de 1º. de junho de 1994, tendo tomado posse solene em 23 de novembro do mesmo ano.

Embora tenha sido curta a sua permanência no sodalício, o Desembargador Ruschel, mercê de seu gênio afável e de seu alto espírito de colaboração, fez-se credor de muitas amizades e da geral estima dos confrades.

Selo
Stamp

Ao

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
- IHGRGS -**

**Rua Riachuelo, 1317
90010-271 Porto Alegre/RS
BRASIL**

Remetente
Sender

Nome/*name*: _____

Endereço/*address* _____

Cidade e Estado/*city and state*: _____

País/*country*: _____

Senhores:
Dear Sirs:

Queiram ter a gentileza de preencher o presente, devolvendo-o ao IHGRGS, a fim de que não haja interrupção na remessa do número seguinte da Revista do IHGRGS.

Please complete the requested below and return to us, so that we can send you the next number of Revista do IHGRGS

1. Recebemos e agradecemos: Revista do IHGRGS – nº 134 – 1999
We have received

2. Faltam-nos:
We are in want of

3. Enviamos em permuta:
We send you in exchange

Local e data:
City and date

Assinatura:
Signature